



SONAE DISTRIBUIÇÃO, SGPS, SA

Sede: R. João Mendonça, 529 - 4464-501 SENHORA DA HORA

Capital Social 1.100.000.000 Euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o
número único de matrícula e identificação 501 532 927

RELATÓRIO E CONTAS

31 DE DEZEMBRO DE 2007

Relatório de Gestão Sonae Distribuição – S.G.P.S., S.A.

Nos termos da Lei e dos Estatutos, apresentamos aos Senhores Accionistas o Relatório Único relativo à actividade da Sonae Distribuição - S.G.P.S., S.A. (anteriormente denominada Modelo Continente, S.G.P.S., S.A.) ao longo exercício de 2007.

Actividade ao longo do ano

Ao longo do ano de 2007, o volume de negócios consolidado da Sonae Distribuição totalizou 3.385 milhões de Euros. Este valor corresponde a um crescimento de 10% face ao verificado no ano transacto e esteve suportado no comportamento muito positivo do universo comparável de lojas (crescimento de 4%), bem como no importante plano de crescimento orgânico traduzido em 130 novas lojas (com cerca de 70.000 m² de área de venda).

Analizando com mais detalhe o desempenho do portfólio de negócios da Empresa, verificamos que o conjunto de insígnias de base alimentar alcançou um volume de negócios de 2.368 milhões de Euros, registando um aumento de 7%. Este valor evidencia a robustez e notoriedade da proposta de valor destes formatos (que apresentaram um crescimento superior a 3% num universo de base comparável) e beneficia fortemente da excelente adesão ao programa de fidelização lançado no início do ano, através do Cartão Continente e Cartão Modelo.

Esta nova forma de relacionamento com os clientes tem vindo a potenciar uma envolvência e compromisso fortemente valorizados pelos portugueses (traduzidos nos 2,2 milhões de cartões¹ que são utilizados em 80% das compras efectuadas) que alterou o paradigma de fidelização no sector em Portugal e é já uma referência a nível internacional.

Para além deste programa, outras iniciativas foram desenvolvidas no segmento alimentar procurando ajustar a proposta de valor oferecida e, assim, corresponder às melhores expectativas dos clientes. Neste âmbito, destaque para a implementação do projecto de segmentação da oferta levada a cabo na área dos perecíveis, e a criação de gamas alinhadas com as preocupações crescentes de alimentação saudável.

Ainda ao nível do segmento alimentar, o ano ficou igualmente marcado pelo forte ritmo de aberturas realizado. Em termos de crescimento orgânico, e nos 12 meses de 2007, a Sonae Distribuição inaugurou 21 novos espaços de

¹ Que correspondem a cerca de 2,2 milhões de famílias clientes.



retalho de base alimentar, num crescimento de 23.000 m² equivalentes a +6% de área de venda - acima das metas anunciadas para esse ano. A Empresa manteve igualmente a preocupação de requalificação do seu aparelho físico mais antigo para os referenciais de modernidade e atracitividade que lhe são reconhecidos. Realizou 30 intervenções profundas, e procedeu à mudança de insígnia de duas unidades da cadeia Modelo para o formato Continente. Neste exercício, lançou igualmente o "Outlet Continente", um conceito de loja com um papel muito específico na oferta de oportunidades.

O portfólio de formatos de base não alimentar da empresa apresentou igualmente uma evolução notória ao longo do ano, tendo os actuais 10 formatos visto confirmada a valia das suas propostas de valor independentemente dos diferentes estágios de maturidade e desenvolvimento em que se encontram. Em particular, este universo ficou marcado por um expressivo crescimento de 16% do seu volume de negócios para um valor acima dos 1.000 milhões de Euros.

Este bom desempenho, impulsionado pelo forte crescimento do conjunto comparável de lojas (superior a 4%), beneficiou igualmente do significativo ritmo de expansão orgânica empreendido (+46.000 novos m², ou seja mais 24% de área de venda, para um total de 109 novas lojas). A concretização deste ambicioso plano consolidou a posição de liderança destacada das principais insígnias de retalho especializado da Sonae Distribuição no mercado português, e contribuiu decisivamente para o aumento da notoriedade e reforço do potencial das insígnias mais recentes, como sejam a Zippy e a Área Saúde.

Em termos consolidados, e reportando-nos aos 12 meses de 2007, verificamos que o cash-flow operacional da Empresa atingiu 299 milhões de Euros. Este valor representa um aumento de 45 milhões de Euros em relação ao registado em 2006 e traduz um crescimento expressivo de 18% potenciado pela implementação dos projectos de melhoria de eficiência operacional da Companhia.

Realçamos, no entanto, que o crescimento desta rubrica se encontra positivamente influenciado pela consideração de um ganho não recorrente de 12 milhões de Euros resultante da venda dos activos imobiliários das galerias comerciais de Albufeira e Portimão². Caso esta operação não se tivesse concretizado, o cash-flow operacional consolidado do período totalizaria 287 milhões de Euros. Este valor corresponde a um aumento muito positivo de 13% face a período homólogo, e traduz um reforço de 0,3 p.p. na respectiva margem de rendibilidade operacional da Empresa.

² Este montante está considerado no segmento de análise de "Activos imobiliários com rendimento".

O reforço dos índices de produtividade - suporte dos elevados níveis de rendibilidade alcançados pela Empresa - tem vindo a constituir uma preocupação central no esforço de racionalização e modernização prosseguido. Em 2007, este esforço materializou-se em múltiplos projectos em toda a Companhia, merecendo especial destaque o desenvolvimento do programa de marcas próprias, o programa alargado de optimização de gestão dos stocks, e o notório reforço de competências na área do sourcing internacional.

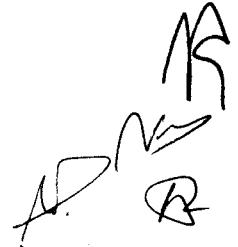
Outro eixo assumido como fundamental pela Sonae Distribuição para o aumento de produtividade e qualidade do serviço prende-se com o investimento dedicado à formação dos seus colaboradores. Neste capítulo, e no ano em análise, a Empresa ultrapassou as 1.300.000 horas de formação, que mais que quadriplicaram face aos referenciais de 2004. Este investimento confere ao maior empregador privado em Portugal um protagonismo e uma responsabilidade ímpares na formação profissional desenvolvida no País.

Centrando-nos agora um pouco mais em detalhe no comportamento evidenciado pelos diferentes segmentos de análise da Empresa, verificamos que o contributo do conjunto de insígnias de base alimentar para o cash-flow operacional consolidado da Empresa ascendeu a 208 milhões de Euros. Este valor equivale a 8,8% do respectivo volume de negócios - em alta de 0,2 p.p. do mesmo indicador face ao período homólogo.

Também no âmbito das insígnias de base não alimentar, o período em análise conheceu realizações importantes, com o contributo para o cash-flow operacional da Empresa a alcançar 71 milhões de Euros. Este valor corresponde a um aumento de 33% face a 2006. Traduz inequivocamente a forte aceitação e crescente maturidade das insígnias de retalho especializado da Companhia, que conciliaram neste período um forte crescimento com um reforço de cerca de 0,9 p.p. dos referenciais de rendibilidade operacional sobre vendas para 7,1%.

Ainda em termos consolidados, e para o mesmo período, verificamos que o resultado líquido da Empresa ascendeu a 169 milhões de Euros, fixando-se 9 milhões de Euros acima do montante obtido no ano transacto - não obstante a compra de 100 milhões de acções próprias no montante global de 205 milhões de Euros no final do exercício de 2006. O bom desempenho global da Empresa traduz-se assim num crescimento de 15% do resultado líquido por acção, confirmando uma vez mais os progressos alcançados e a valia da estratégia delineada.

Enquadramento de mercado



simultaneamente, permitiu alavancar o programa de crescimento orgânico da Companhia para os próximos anos, por via da incorporação dos projectos em desenvolvimento na empresa adquirida.

Estrutura de capitais

Em 31 de Dezembro de 2007, o endividamento financeiro líquido consolidado da Sonae Distribuição ascendia a 1.082 milhões de Euros. Este valor, que compara com 377 milhões de Euros reportados a final de 2006, encontra-se directamente impactado pela concretização da operação de aquisição do Carrefour (Portugal) no último dia de 2007, e que envolveu um investimento de 664 milhões de Euros totalmente financiado com capitais alheios.

Apesar deste aumento, a Companhia mantém uma estrutura de capitais perfeitamente adequada, atenta a sua forte capacidade de geração de cash-flow. A maturidade média do endividamento da Empresa é superior a 5 anos (tendo-se alongado em 1 ano face a 2006) e o rácio de dívida média/EBITDA do ano fixou-se em $\sim 2x^5$. Já o indicador de "interest coverage"⁶ cifrou-se em $\sim 10x$.

Governo das sociedades

Não ocorreram no período em análise mudanças significativas que mereçam destaque, e as directrizes definidas no Relatório Consolidado de Gestão de 2006, naquilo que diz respeito ao Governo das Sociedades, permanecem inalteradas.

A informação relativa ao Governo das Sociedades é apresentada em anexo próprio.

Perspectivas

As linhas estratégicas de actuação da Sonae Distribuição privilegiam o crescimento e o reforço da proposta de valor, assente num investimento continuado em eficiência e inovação. Este posicionamento, adoptado consistentemente pela Companhia ao longo de mais de 20 anos de actividade, tem permitido combinar fortes ritmos de crescimento com assinaláveis índices de rendibilidade, e estará novamente na base da actuação da Empresa no futuro.

Neste âmbito, a Empresa manterá o forte ritmo de crescimento orgânico como forma de consolidação da liderança no mercado nacional. Ao longos dos

⁵ Pontualmente este referencial ascendeu a 3,6x no final do ano (1.082/299). No entanto, este referencial não se revela o mais adequado para aferir da adequação da estrutura de capitais da Empresa, já que incorpora o endividamento adicional decorrente da aquisição da Carrefour (Portugal), concretizada no último dia do ano, mas não reflecte qualquer contributo desta operação ao nível do cash-flow operacional.

⁶ Cash-flow operacional / Juros líquidos.

12 meses de 2008, a Sonae Distribuição antecipa inaugurar cerca de 60.000 novos m², o que corresponde a um crescimento de aproximadamente 10% da área de venda face aos valores médios verificados em 2007. Metade deste investimento centrar-se-á na área de base alimentar, repartindo-se os restantes 30.000 m² de área de venda pelo conjunto de insígnias de base não alimentar.

Como corolário desta linha estratégica, já no início de 2008 a Sonae Distribuição integrou a exploração das doze unidades anteriormente operadas sob a insígnia Carrefour, que representam um aumento imediato de 85.000 m² de área de venda no segmento alimentar e 10.000 m² no segmento não alimentar. Esta operação está a ser realizada no respeito absoluto pelos compromissos assumidos perante a Autoridade da Concorrência e que garantiram a não-oposição à operação de concentração concretizada.

Ainda no capítulo do crescimento, a Empresa continuará atenta a eventuais oportunidades de aquisição que possam surgir no mercado e que permitam elevar as posições competitivas dos negócios, sempre com o objectivo de criação de valor para a Empresa.

O ano de 2008 será também marcado pela entrada da Sportzone no mercado espanhol. A Companhia prevê abrir 4 novas unidades neste País, suportada na sólida progressão da insígnia no mercado português - onde é líder de referência no sector específico em que actua. No entanto, a Sonae Distribuição acredita que o plano de expansão internacional da Sportzone não se esgotará no mercado espanhol, assim como continua a projectar para este País espaço para crescimento da actividade de outros formatos.

Com vista à potenciação de ganhos de produtividade e, consequentemente, de rendibilidade operacional, a Empresa implementará igualmente no período mais próximo um conjunto de projectos importantes ao nível da infra-estrutura logística, da optimização da gestão de stocks e da operação de loja.

Mantendo o seu forte cunho inovador, a Sonae Distribuição estenderá em 2008 a sua actividade a 2 novos negócios: à mediação de seguros (com a "Seguros Continente") e a uma nova insígnia de calçado "casual".

Simultaneamente, a Empresa continuará a investir no desenvolvimento de parcerias que visam o enriquecimento da proposta de valor oferecida aos clientes. Neste âmbito, já no início de 2008, foi cedido à GALP a exploração de 8 postos de combustível adquiridos pela Sonae Distribuição no âmbito da operação de aquisição da Carrefour (Portugal). Esta operação permitiu reforçar ainda mais a proposta de valor das empresas junto dos seus clientes, bem como os laços de parceria que têm vindo a aportar elevados benefícios para os consumidores.

Como até agora, a Sonae Distribuição continuará apostada no desenvolvimento sustentado das suas actividades como retalhista, no respeito absoluto dos princípios de responsabilidade social e corporativa instituídos. Segundo estas linhas, a Companhia prosseguirá esta orientação garantindo a sustentabilidade na geração e partilha de riqueza, uma constante política de protecção do ambiente e um envolvimento singular nas diversas iniciativas de cariz social, de que as campanhas da "Missão Sorriso" e "Causa Maior", são apenas exemplos.

Proposta de Aplicação de Resultados da empresa Sonae Distribuição, SGPS, SA

Será proposta à Assembleia Geral uma distribuição de 85 milhões de Euros pelas acções não detidas directa ou indirectamente pela Sonae Distribuição, SGPS, S.A., a título de dividendos, a que corresponde um "dividend pay-out ratio" de aproximadamente 50% dos resultados líquidos consolidados do exercício.

O resultado líquido do exercício da empresa Sonae Distribuição, SGPS, S.A., a título individual, foi de 84.137.774,42 Euros, relativamente ao qual o Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição

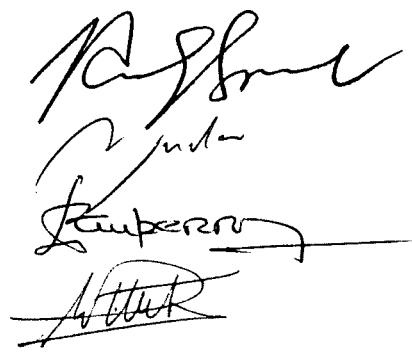
Reserva Legal	4.300.000,00	Euros
Dividendos	79.837.774,42	Euros
Total	84.137.774,42	Euros

Uma vez que se propõe a distribuição de 85.000.000,00 Euros a título de dividendos, serão para o efeito utilizados 5.162.225,58 Euros de Reservas livres.

Agradecimentos

Um agradecimento a todos os clientes, fornecedores, instituições financeiras e accionistas pelo apoio e preferências demonstrados. Aos auditores e revisores oficiais de contas é também devido o reconhecimento pela cooperação evidenciada ao longo do período. Finalmente, uma palavra de especial reconhecimento a todos os colaboradores da Sonae Distribuição pelo entusiasmo, dedicação e competência uma vez mais demonstrados.

Matosinhos, 5 de Março de 2008
O Conselho de Administração



Glossário

- Volume de negócios (vn): vendas de mercadorias e produtos + prestações de serviços.
- Cash-flow operacional (EBITDA): resultado operacional - amortizações e depreciações - provisões - perdas de imparidade - reversão de perdas de imparidade.
- Resultado operacional (EBIT): resultado consolidado - imposto sobre o rendimento + resultados relativos a investimentos + resultados relativos a empresas associadas - resultados financeiros.
- Resultado corrente: resultado operacional + resultados financeiros.
- Investimento líquido: aumento do imobilizado técnico (corpóreo e incorpóreo) bruto + variações do perímetro (resultantes de aquisições e alienações) + desinvestimento em imobilizado técnico (corpóreo e incorpóreo) + aumentos de diferenças de consolidação. Para cálculo do investimento em aquisições (medido pelas variações ocorridas no perímetro de consolidação) foi utilizado o valor líquido de amortizações acumuladas.
- Endividamento financeiro líquido: empréstimos correntes + empréstimos não correntes + credores por locação financeira - caixa e equivalentes de caixa - outros investimentos financeiros correntes + empréstimos de empresas participadas e/ou participantes.
- Endividamento médio: média do endividamento financeiro líquido final dos quatro últimos trimestres.
- Activos imobilizados brutos afectos a empresas imobiliárias: goodwill líquido de imparidades (diferenças positivas entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição) + imobilizado técnico bruto (valor dos activos corpóreos e incorpóreos registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal) detidos pelas empresas imobiliárias instrumentais do Grupo.
- Fundo de maneio: clientes (valor a receber resultante de vendas decorrentes do curso normal das actividades do Grupo) - fornecedores (valor a pagar resultante de aquisições decorrentes do curso normal das actividades do Grupo) + existências (mercadorias registadas ao custo de aquisição, deduzido do valor de descontos de quantidade e das perdas por imparidade) + outros activos e passivos (Estado e outros entes públicos + empresas associadas + acréscimos e diferimentos + impostos diferidos + provisões para riscos e encargos + fornecedores de imobilizado + devedores e credores diversos).
- Gearing: relação entre o endividamento financeiro líquido e o capital próprio da Empresa.
- Capitais empregues líquidos: activos imobiliários brutos [com Ex-Carrefour] + outros activos imobilizados brutos + amortizações e perdas de imparidade + investimentos financeiros + fundo de maneio.
- ROCE ("Return On Capital Employed"): EBIT sobre montante de Capitais Empregues Líquidos.
- ROE ("Return On Equity"): somatório do resultado líquido dos últimos quatro trimestres sobre a média do capital próprio da Empresa final dos quatro últimos trimestres.



Relatório sobre o Governo da Sociedade

Sonae Distribuição SGPS, S.A.

31 de Dezembro de 2007

O presente anexo contém uma breve descrição das práticas da Sonae Distribuição SGPS, S.A. sobre o Governo da Sociedade ("Corporate Governance"). Porque se trata de um anexo ao relatório de gestão único deve ser lido em complemento e em conjugação com esse documento, para o qual contem remissões sempre que for considerado mais adequado descrever o assunto no corpo do relatório de gestão, evitando assim a duplicação de informação.

Este documento foi elaborado nos termos do disposto no Regulamento n.º 7/2001 de 20 de Dezembro de 2001 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, com as alterações introduzidas pelo Regulamento n.º 11/2003 de 19 de Novembro de 2003, pelo Regulamento nº10/2005 de 3 de Novembro de 2005 e pelo Regulamento nº3/2006 de 30 de Maio de 2006. Dado que a Empresa perdeu a qualidade de sociedade aberta e se encontra excluída do mercado regulamentado Euronext Lisbon desde o dia 22 de Setembro de 2006, após a aquisição do domínio total da Empresa pela Sonae, SGPS, S.A., o documento que se segue reveste-se de um carácter voluntário, tendo sido elaborado com o propósito de melhor informar o Mercado.

Capítulo 0 - Declaração de cumprimento

A adopção das recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre governo das sociedades está expressa no corpo deste relatório em cada um dos capítulos em que está organizado.

Capítulo 1 - Divulgação de informação

1.1 Repartição de competências no quadro do processo de decisão empresarial

A 31 de Dezembro de 2007, o Conselho de Administração da Sonae Distribuição SGPS, S.A. era composto por quatro membros, tal como se pode apreciar na listagem anexa.

- Eng.º Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)
- Dr. Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão (CEO)
- Eng.º Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério
- Eng.º Álvaro Carmona e Costa Portela

Os membros do Conselho de Administração têm funções de coordenação e de gestão das funções de soberania (direcções funcionais), funcionando colegialmente. Ao longo de 2007, o organograma funcional da Sociedade assumiu a seguinte estrutura:

Conselho de Administração	
Direcções funcionais	
Operações	
Comerciais	
Logística	
Procurement	
Desenvolvimento loja	
Marketing	
Recursos Humanos	
Sistemas de Informação	
Financeira	
Planeamento e Controlo de Gestão	
Auditória e Controlo de Risco	
Assessoria Legal	
Ambiente	
Quebra	

A empresa conta igualmente com uma Comissão de Vencimentos, tal como descrito no ponto 1.9. e com um Conselho Fiscal, tal como mencionado no ponto 1.11.

1.2 Controlo de risco

Na Sonae Distribuição, a gestão de risco faz parte da sua Cultura, encontrando-se presente nas diferentes funções da empresa. Compete a cada gestor identificar, avaliar e gerir os riscos que possam pôr em causa a concretização dos objectivos de negócio. A análise e a gestão dos riscos estratégicos e de envolvente são desenvolvidas pelo Conselho de Administração da empresa no âmbito do ciclo de planeamento anual. Simultaneamente, os princípios gerais da gestão de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração.

Ao nível dos processos de negócio, são identificados e avaliados os principais riscos e planeadas acções de mitigação, que são monitorizadas pelas diferentes unidades funcionais. A análise e cobertura dos riscos financeiros são realizadas no âmbito da actividade da função financeira da Sonae Distribuição. Nos riscos de natureza mais transversal, nomeadamente nos grandes projectos de mudança organizacional e na elaboração de planos de contingência e de recuperação de negócios, são desenvolvidos programas estruturados de gestão de risco com a participação dos responsáveis das unidades envolvidas.

A Gestão do Risco de carácter financeiro reside, de forma mais operacional, na equipa financeira, estando a sua implementação e acompanhamento a cargo de um comité multifuncional alargado, supervisionado pela Tesouraria do Grupo. A actividade de Gestão de Risco organizativo é apoiada e suportada de forma mais directa pelas funções de Auditoria e Gestão de Risco. Para ambos os temas, são apresentadas em seguida as principais áreas de actuação:

1 - Gestão de Risco corporativo

No âmbito do processo de avaliação dos riscos de negócio relevantes para a empresa, a função de auditoria e gestão de risco definiu uma matriz de riscos da Empresa (BRM – "Business Risk Model"). Este processo enquadra-se no padrão internacional "Enterprise Risk Management – Integrated Framework" do COSO ("The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadaway Commission") e comprehende a identificação e sistematização dos riscos que afectam a organização, a sua priorização em função do impacto e da probabilidade de ocorrência e a identificação das suas causas mais importantes.

No âmbito da gestão do risco da segurança física das pessoas e activos críticos do negócio encontra-se implementado nas lojas um processo periódico de auto-controlo com o objectivo de efectuar o diagnóstico da exposição aos riscos de segurança física, identificação das principais causas e implementação de medidas de correção. Complementarmente são desenvolvidas auditorias de verificação do nível de implementação dessas medidas. Nos restantes activos que asseguram as principais actividades da empresa (entrepostos, centros de produção e edifícios administrativos) são realizadas periodicamente análises de risco de segurança física sendo implementadas acções preventivas e correctivas dos riscos identificados.

Na vertente da continuidade do negócio a companhia desenvolveu manuais de gestão de crise e planos de continuidade de negócio para as lojas, entrepostos e sistemas informáticos com os principais objectivos de, em caso de ocorrência de um sinistro de alto impacto, garantir a continuidade das operações e minimizar as perdas financeiras e de imagem. Regularmente é ainda reavaliada a cobertura financeira dos riscos seguráveis.

2- Auditoria de Processos e Cumprimento

No âmbito dos processos de maior risco operacional para a empresa, a função de auditoria de processos e cumprimento efectua a monitorização sistemática das transacções de risco, nomeadamente vendas, devoluções de vendas e compra de mercadorias.

3- Auditoria de Sistemas de Informação

A função de auditoria de sistemas de informação analisa e verifica os controlos informáticos que asseguram a operacionalidade e a eficiência da empresa, nomeadamente ao nível da confidencialidade, integridade e disponibilidade de dados. Neste âmbito, a empresa adoptou o standard internacional ISO27001 ("British Standard") e encontra-se em processo de finalização de adopção do COBIT ("Control Objectives for IT" do



ISACA) que cobrem o ciclo de vida da gestão dos sistemas de informação.

No quadro desta actividade realizam-se, entre outras, auditorias específicas às bases de dados e aplicações críticas do negócio, aos servidores e infra-estrutura de comunicações, testes de intrusão aos sites de comércio electrónico e segurança física dos centros informáticos. No domínio da continuidade de negócio, encontram-se definidos cenários de recuperação dos sistemas informáticos e planos operacionais de contingência.

4 – Gestão de Risco de Mercado

Revestem-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado os riscos taxa de juro e os riscos taxa de câmbio. O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos de mercado a que está exposto como forma de garantir a sua cobertura, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação ou especulação.

4.1– Risco de taxa de juro

A exposição do grupo à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor. O objectivo do grupo é limitar a volatilidade dos cash-flows e resultados tendo em conta o perfil da sua actividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política do grupo permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

Os instrumentos derivados utilizados pelo grupo na gestão do risco taxa de juro são definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa por configurarem relações perfeitas de cobertura. Os indexantes, as convenções de cálculos, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados.

4.2 – Risco de taxa de câmbio

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em euros. O Grupo está apenas exposto ao risco taxa de câmbio nas transacções relativas a aquisições de mercadorias em mercados internacionais em dólar;

A gestão do risco taxa de câmbio pretende fornecer uma base sólida à tomada de decisão de compra de mercadorias estabelecendo preços de custo conhecidos e estáveis. A cobertura acompanha toda a decisão de compra desde o momento da selecção dos fornecedores até à negociação formal de aquisição.

A exposição é controlada através de um programa de compra de divisas a prazo (forwards) com o objectivo de minorar o impacto negativo ocasionado por variações nas responsabilidades em consequência dos processos de importação em divisas distintas do euro.

5 – Gestão de Risco de liquidez

O principal objectivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que o grupo tem disponível, a todo o momento, os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos, através de uma adequada gestão do binómio custo-maturidade dos financiamentos.

O grupo prossegue assim uma política activa de refinanciamento pautada pela manutenção de um nível elevado de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face a necessidades de curto prazo e pelo alongamento ou manutenção da maturidade da dívida de acordo com os cash-flows previstos e a capacidade de alavancagem do seu balanço.

Constituem também importantes instrumentos de resposta ao risco de liquidez, a limitação da amplitude das cláusulas contratuais capazes de despoletar o vencimento antecipado dos empréstimos. O grupo assegura ainda, no seu relacionamento com as instituições financeiras, um elevado nível de diversificação que permite agilizar a contratação de novos empréstimos e limitar o impacto negativo de eventuais descontinuações de

relacionamento.

6 – Gestão de Risco de crédito

O grupo está exposto ao risco de crédito nas suas relações com as instituições financeiras relativas a aplicações de fundos, garantias de colocação em instrumentos de dívida, derivados, entre outros. O risco de crédito é limitado pela gestão da concentração de riscos e uma rigorosa selecção de contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional com rating emitido por agência de rating internacional mínimo de A- ou equivalente.

O Grupo está ainda exposto ao risco de crédito no âmbito da sua actividade operacional corrente. Este risco é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e qualitativa, prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes no cumprimentos das suas obrigações, visando a redução do risco de concessão de crédito.

Ao longo de 2007, as principais preocupações desta área prenderam-se com:

- Na vertente de minimização e controlo dos riscos de segurança física, o processo periódico de auto controlo, via intranet, foi estendido às Insígnias do Retalho Especializado. Nos restantes activos físicos foi mantido o acompanhamento dos principais riscos e avaliação da implementação de acções correctivas.
- Na vertente de continuidade do negócio foi concluído o desenvolvimento do Manual de Gestão de Crise para as Operações das Lojas, com a inclusão de novos cenários. Foram realizadas acções de formação e sensibilização aos Directores de Loja e Responsáveis de Segurança.
- Foram implementados dois novos sistemas de monitorização de transacções críticas na área de Vendas e na área de Compras. Foram realizadas auditorias às Rupturas de artigos em folheto, para os principais folhetos temáticos.
- Foram igualmente efectuadas auditorias de cumprimento da legislação nas áreas de correcta marcação de preço de venda ao público, promoções e Saldos, rotulagem dos artigos e livro de reclamações.
- Em 2007 foram desenvolvidas auditorias de Checklist na área de Ambiente, com destaque para a verificação do preenchimento, entrega e arquivo dos documentos legais de reporte de tratamento de Resíduos, a existência de símbolo de ponto verde e a existência de artigos com embalagens reutilizáveis.
- Nos Entrepastos, foram realizadas auditorias à recepção de mercadoria e à conferência da mercadoria expedida para as lojas. Foi ainda acompanhada a realização dos inventários físicos das lojas, verificando o cumprimento dos procedimentos definidos nas vertentes operacional e financeira
- Foram realizadas cerca de 400 auditorias de segurança alimentar em todas as lojas, entrepostos e centros de fabrico. Foram ainda efectuadas análises de risco de segurança alimentar nas lojas em abertura. Em 2007 foi igualmente desenvolvido um Projecto de análise de risco na cadeia de frio.
- No decorrer de 2007 a Direcção de Auditoria Informática dedicou uma especial atenção às questões relacionadas com a classificação da informação, continuidade do negócio e o controlo de acessos.
- Na vertente da gestão de risco de carácter financeiro, no acompanhamento próximo das situações que poderiam eventualmente configurar um problema latente, quer ao nível do curto prazo quer do médio e longo prazo.

1.3 Divulgação relativa ao capital social

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.100.000.000 acções ordinárias, com o valor nominal de 1 Euro cada uma. Em 31 de Dezembro de 2007 o capital da sociedade era detido como se segue:

Entidade	%
Sonae, SGPS, S.A.(1)	74,98



Sonae Investments, B.V.	15,93
Soflorin, B.V.(2)	9,09

(1) Em 31 de Dezembro de 2007, a Efanor, SGPS, S.A. e suas filiais detinham 52,94% das acções representativas do capital social da Sonae, SGPS, S.A.

(2) Em 31 de Dezembro de 2007, a Soflorin, B.V. é detida a 100% pela Sonae Distribuição, SGPS, S.A. As 100.000.000 de acções detidas pela Soflorin, B.V. são, nos termos da lei, consideradas acções próprias.

1.4 Evolução da cotação das acções

Com a aquisição do domínio total da Sonae Distribuição, SGPS, SA (anteriormente designada Modelo Continente SGPS, S.A.) pela Sonae, SGPS, SA, a empresa perdeu a qualidade de sociedade aberta, estando excluída do mercado regulamentado Euronext Lisbon desde o dia 22 de Setembro de 2006. No entanto, e até à data referida, os títulos representativos do capital social da sociedade encontravam-se admitidos à cotação no Mercado de Cotações Oficiais da Euronext Lisbon com as seguintes características técnicas:

Denominação:	Sonae Distribuição, SGPS, SA
Denominação anterior:	Modelo Continente, SGPS, SA
Capital social:	1.100.000.000 Euros
Valor nominal das acções:	1 Euro
Nº de acções:	1.100.000.000
Negociação das acções:	Euronext Lisbon
ISIN/Código Euronext:	PTMOC0AE0007
Reuters:	MDCT.IN1
Bloomberg :	MCON PL
Código central:	MOCAE

1.5 Distribuição de dividendos

A título de dividendos, e no que respeita a 2005, foi efectuada uma distribuição de 0,05 Euro por acção, num total de 55 milhões de Euros. Em 2006, foi efectuada uma distribuição de 75 milhões de Euros. No que respeita a 2007, será proposta à Assembleia Geral uma distribuição de 85 milhões de Euros pelas acções não detidas directa ou indirectamente pela Sonae Distribuição, SGPS, S.A., a título de dividendos, a que corresponde um "dividend pay-out ratio" de aproximadamente 50% dos resultados líquidos consolidados do exercício.

1.6 Planos de atribuição de acções e planos de atribuição de opções de aquisição de acções

A Comissão de Vencimentos da Sonae Distribuição SGPS, S.A. aprovou em 16 de Março de 2005 um regulamento que define as condições de atribuição de um plano de compensação diferida. Este plano tem como fundamento proporcionar a partilha do valor criado pela intervenção directa dos aderentes na definição da estratégia e na gestão dos negócios, sendo para tal elegíveis os administradores e quadros da Empresa cuja intervenção tem maior impacto sobre o desempenho dos negócios.

A compensação diferida é atribuída pelo órgão de gestão, em relação aos quadros, e pela Comissão de Vencimentos, em relação aos administradores, dependendo tais montantes, adicionalmente, do desempenho anual global da empresa.

O valor da compensação diferida varia em função directa de uma carteira padrão de acções constituída por acções da Sonae, SGPS, S.A. Os planos de compensação são valorizados à data de atribuição a preços representativos da cotação, no mercado de acções em Portugal, dos títulos que compõem a carteira. Considera-se para tal o valor mais baixo entre a cotação de fecho do primeiro dia útil subsequente à assembleia-geral ou a cotação média de fecho dos últimos 30 dias anteriores à assembleia-geral.

O Administrador/Quadro pode optar por:

- adquirir a custo zero, três anos após a atribuição, um número de acções igual ao valor em euros da compensação diferida atribuída e o valor da cotação mencionada anteriormente, ou
- adquirir ao valor de cotação à data de atribuição, três anos após a atribuição, um número de acções determinado pela aplicação do modelo de Black-Scholes ao valor em euros da compensação diferida

atribuída.

Em qualquer dos casos a aquisição poderá efectuar-se entre a data homóloga do terceiro ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade reserva-se o direito de entregar, em substituição das acções, o valor equivalente em dinheiro. O direito à compensação deferida caduca com a saída do Administrador/Quadro do grupo Sonae Distribuição e mantém-se até ao vencimento no caso de reforma. Em caso de morte ou invalidez permanente o plano de compensação deferida é valorizado a preços de mercado e entregue aos herdeiros ou ao próprio.

1.7 Divulgação relativa a transacções com partes relacionadas

A sociedade não efectuou nenhum negócio ou operação com os membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal. As transacções com o Revisor Oficial de Contas decorrem exclusivamente do exercício da sua função, estando os honorários pagos descritos no ponto 1.10. As transacções com sociedades em relação de domínio ou de grupo são realizadas em condições normais de mercado e fazem parte da actividade normal da sociedade.

1.8 Relações com investidores

Até 21 de Setembro de 2006, a Empresa assumiu o estatuto de sociedade aberta ao investimento público, admitida à cotação na Euronext Lisbon. Enquanto sociedade aberta ao investimento público, a Empresa teve sempre como regra informar o mercado de capitais, de forma imediata e eficaz, dos factos relevantes, garantindo a igualdade de tratamento entre os vários agentes do mercado e prevenindo assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores.

Para o efeito, utilizou os meios habituais de comunicação, privilegiando a utilização das novas tecnologias de informação, com destaque para o site institucional da empresa ("www.sonaedistribuicao.pt") que funciona como meio de centralização de um conjunto variado de questões (formuladas pelos investidores e pelo público em geral) bem como repositório de informação histórica da empresa, nomeadamente ao nível de Relatórios e Contas, Comunicados de Resultados e Apresentações Corporativas mais relevantes.

Mesmo se, em 22 de Setembro de 2006, a empresa perdeu a qualidade de sociedade aberta ao investimento público, na sequência de uma oferta pública de venda que alocou a totalidade do capital social ao seu accionista de referência de sempre, tais práticas de transparência e partilha de informação mantiveram-se inalteradas. Como inalterado se mantém, igualmente, o funcionamento do Gabinete de Apoio a Investidores, uma infra-estrutura criada pela Empresa, dotada de meios técnicos e de uma equipa de trabalho específica, o qual tem vindo a centralizar os contactos com a comunidade de investidores, nacional e internacional.

O Gabinete de Apoio a Investidores acompanha um vasto conjunto de agentes do mercado, com destaque para pequenos investidores particulares e para a comunidade universitária, bem como as principais equipas de análise a actuar no sector de retalho nacional e estrangeiro, encontrando-se disponível através dos seguintes contactos:

Rua João Mendonça, 529 – 6ºDto
4464-501 Senhora da Hora (Matosinhos – Portugal)
Telefone: +351.22.9561958
Fax: +351.22.9561318
Email: investor.relations@modelocontinente.pt

1.9 Comissão de Vencimentos

A Assembleia Geral elege, com a mesma periodicidade com que elege os órgãos sociais, uma Comissão de Vencimentos que, nos termos do número dois do artigo vigésimo sexto dos Estatutos, tem como função fixar as remunerações dos membros do Conselho de Administração. Na sociedade Sonae Distribuição SGPS, SA, a Comissão de Vencimentos é composta pela Sonae, SGPS, S.A. (representada pelo Senhor Eng.º Duarte Paulo Azevedo) e pelo Senhor Eng.º Bruno Walter Lehmann.

1.10 Remuneração Anual do Auditor

A auditoria à sociedade é realizada pela Deloitte & Associados, SROC, S.A., que em 2007, em conjunto com



outras sociedades da rede Deloitte, facturou à sociedade e às suas filiais e associadas, incluídas no perímetro de consolidação, o valor total de 1.240.557 Euros (dos quais 103.780 Euros relativos a serviços prestados a filiais no estrangeiro), sendo 30,7% relativos a serviços de auditoria e revisão legal de contas e 69,3% relativos a outros serviços. Os outros serviços são prestados por técnicos diferentes dos que estão envolvidos no processo de auditoria, pelo que consideramos estar dessa forma assegurada a independência do auditor.

1.11 Remuneração Anual do Conselho Fiscal

No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal da Sociedade (eleito na Assembleia Geral de 2 de Maio de 2007) auferiu uma remuneração total de 33.000 Euros, a título de remuneração fixa.

Capítulo 2 - Exercício de direitos de voto e representação de accionistas

A Assembleia Geral é constituída somente pelos accionistas com direito a voto, possuidores de acções ou títulos de subscrição que, até cinco dias úteis antes da realização da assembleia, comprovem junto da sociedade a sua titularidade, nos termos estabelecidos na lei.

A presença nas assembleias gerais de accionistas titulares de acções preferenciais sem voto e a sua participação na discussão dos assuntos da ordem do dia depende da autorização da Assembleia Geral.

A cada acção corresponde um voto.

Os accionistas que sejam pessoas singulares poder-se-ão fazer representar nas reuniões da Assembleia, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa que indique o nome, domicílio do representante e a data da Assembleia.

As pessoas colectivas far-se-ão representar pela pessoa que para o efeito designarem através de carta cuja autenticidade será apreciada pelo Presidente da Mesa.

Se a sociedade for considerada "sociedade com o capital aberto ao investimento do público", os accionistas poderão votar por correspondência, no que se refere exclusivamente à alteração do contrato social e à eleição dos órgãos sociais.

Só serão considerados os votos por correspondência, desde que recebidos na sede da sociedade, por meio de carta registada com aviso de recepção dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia, sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade de accionista.

A declaração de voto deverá ser assinada pelo titular das acções ou pelo seu representante legal, devendo o accionista, se pessoa singular, acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, se a pessoa colectiva deverá a assinatura ser reconhecida notarialmente na qualidade e com poderes para o acto.

Só serão consideradas válidas as declarações de voto de onde conste de forma expressa e inequívoca:

- a) a indicação do ponto ou pontos da ordem de trabalhos a que respeita;
- b) a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes;
- c) a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta.

Não obstante, é permitido a um accionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta declarar que vota contra as demais propostas no mesmo ponto da ordem de trabalhos, sem outras especificações.

Entender-se-á que os accionistas que enviem declarações de voto por correspondência se abstêm na votação das propostas que não sejam objecto dessas declarações.

Os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de



deliberação apresentadas posteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos.

Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, verificar da conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites.

Compete à sociedade assegurar a confidencialidade dos votos exercidos por correspondência até ao momento da votação.

O accionista deverá, com pelo menos cinco dias antes da data da realização da Assembleia Geral, fazer a conveniente e necessária prova das accções que possui.

Estarão à disposição dos accionistas, para consulta, na sede social e no Site da Emitente na Internet ("www.sonaedistribuicao.pt"), nos quinze dias anteriores à data da Assembleia Geral Anual, as contas individuais e consolidadas e demais documentos previstos na lei, bem como as propostas a submeter pelo Conselho de Administração à aprovação da Assembleia Geral, salvo se a Assembleia se constituir nos termos previstos no artigo 54º. do Código das Sociedades Comerciais

A Assembleia poderá deliberar em primeira convocação desde que se achem presentes ou representados accionistas que representem mais de cinquenta por cento do capital social, salvo se lei imperativa exigir outro quórum.

A Assembleia Geral poderá ser efectuada por meios telemáticos, desde que se encontrem assegurados os respectivos meios, a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações.

Com a publicação do Dec. Lei 76 A/2006 de 29 de Março, e dentro do prazo legal a Sonae Distribuição, SGPS, S.A., procedeu à alteração parcial do contrato social, daí resultando alguns ajustamentos quanto ao exercício do voto, em face da lei e das recomendações da CMVM.

Capítulo 3 - Regras societárias

3.1 Código de Conduta e Regulamentos Internos

Os valores e princípios da Sonae Distribuição, SGPS, S.A. são profusamente difundidos e estão profundamente enraizados na cultura dos seus colaboradores. Os principais vectores são a cultura empresarial (liderança, disponibilidade para a mudança, lealdade e rigor, transparéncia), a responsabilidade com os colaboradores (igualdade no tratamento, desenvolvimento profissional, segurança), a responsabilidade social (consciência ambiental, consciência social, abertura à sociedade, confiança e ética) e a independência face ao poder político. O corpo de colaboradores da empresa actua em estrito respeito pelo cumprimento dos deveres de diligência e confidencialidade nas relações com terceiros, salvaguardando a posição da sociedade em situações de conflitos de interesses. Neste âmbito, não existe um código de conduta formal dos órgãos da sociedade ou outro regulamento interno respeitante a esta matéria.

3.2 Limites ao exercício dos direitos de voto ou à transmissibilidade de accções, acordos parassociais e direitos especiais de accionistas

Para além dos deveres estatutários, quanto ao exercício do direito de voto e de representação dos accionistas, referidos no anterior Capítulo 2, não existem limitações ao exercício do direito de voto. A sociedade não adoptou quaisquer medidas impeditivas do êxito de Ofertas Públicas de Aquisição.



Capítulo 4

4.1 Órgãos de administração

A 31 de Dezembro de 2007, o Conselho de Administração da Sonae Distribuição SGPS, S.A. era composto pelos seguintes elementos:

	Executivo*	Não Executivo*	Não Independente*	1ª Designação	Termino do mandato
· Engº Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)		x	x	31.03.2006	2009
· Dr. Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão (CEO)	x		x	31.03.1989	2009
· Engº Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério		x	x	29.08.1995	2009
· Engº Álvaro Carmona e Costa Portela		x	x	31.03.2006	2009

* caracterização de acordo com a redacção dada pelo Regulamento da CMVM nº10/2005

O mandato do Conselho de Administração é de quatro anos e termina em 2009. Os administradores foram eleitos em lista única, não tendo sido apresentada lista alternativa por nenhum dos accionistas. Durante 2007, o Conselho reuniu 20 vezes, estando as actas correspondentes registadas no respectivo livro de actas. No quadro do processo de decisão empresarial executivo, o Dr. Nuno Jordão assume funções de coordenação global alargada da Empresa, no âmbito das tradicionalmente adstritas à figura de CEO.

Apresenta-se em seguida um breve resumo do curriculum vitae de cada um dos administradores, com indicação dos cargos profissionais mais relevantes.

- Engº Duarte Paulo Teixeira de Azevedo:

Naturalidade: Porto

Data de nascimento: 31-12-1965

Estado Civil: casado

Filhos: 3

Licenciatura em Engenharia Química - Ecole Polytechnique Féderale de Lausanne, 1986

Mestrado em Gestão de Empresas - MBA (ISEE), 1989

Executive Retailing Program - Babson College, 1994

Strategic Uses of Information Technology Program - Stanford Business School, 1996

IMD - Breakthrough Program for Senior Executives – Lausanne, 2002

CEO da Sonae, SGPS, SA e presidente do Conselho de Administração da generalidade das sociedades dominadas ou maioritariamente detidas pela empresa (listadas nas Notas do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados das respectivas empresas).

- Dr. Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

Naturalidade: Lisboa

Data de nascimento: 27-04-1956

Estado Civil: casado

Filhos: 4

Licenciado em Economia – ISCTE (Universidade de Lisboa), 1978

CEO da Sonae Distribuição, SGPS, SA e presidente do Conselho de Administração da generalidade das sociedades dominadas ou maioritariamente detidas pela empresa (listadas nas Notas do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados das respectivas empresas). Membro do Conselho de Administração da Sonae, SGPS, SA.



- Engº. Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério:
Naturalidade: Vila Nova de Gaia
Data de nascimento: 14-09-1959
Estado Civil: casado
Filhos: 4
Licenciado em Engenharia Civil (FEUP), 1982
Mestrado em Gestão de Empresas - MBA (ISEE), 1988
CEO da Sonaecom, SGPS, SA e presidente do Conselho de Administração da generalidade das sociedades dominadas ou maioritariamente detidas pela empresa (listadas nas Notas do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados das respectivas empresas). Membro do Conselho de Administração da Sonae, SGPS, SA.

- Engº. Álvaro Carmona e Costa Portela:
Naturalidade: Porto
Data de nascimento: 04-09-1951
Estado Civil: casado
Filhos: 3
Licenciado em Engenharia Mecânica (FEUP), 1974
Mestrado em Gestão de Empresas - MBA (Universidade Nova de Lisboa), 1983
AMP / ISMP - Harvard Business School, 1997
CEO da Sonae Sierra, SGPS, SA e presidente do Conselho de Administração da generalidade das sociedades dominadas ou maioritariamente detidas pela empresa (listadas nas Notas do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados das respectivas empresas). Membro do Conselho de Administração da Sonae, SGPS, SA.

Apresenta-se em seguida o histórico de cada um dos administradores acima referidos, como membros do Conselho de Administração da Sonae Distribuição, SGPS, S.A.:

- Engº Duarte Paulo Teixeira de Azevedo: É administrador desde 31 de Março de 2006 para o mandato 2006 a 2009. Anteriormente foi eleito em 6 de Setembro de 1996 para o mandato de 1994 a 1997 e posteriormente foi eleito para o mandato de 1998 a 2001, tendo renunciado em 31 de Março de 2000 e sendo novamente reeleito para o mesmo mandato em 12 de Junho de 2001.
- Dr. Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão: É administrador desde 31 de Março de 1989 em mandatos ininterruptos de 1987 a 1989, de 1990 a 1993, de 1994 a 1997, de 1998 a 2001, de 2002 a 2005 e de 2006 a 2009.
- Engº. Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério: É administrador desde 29 de Agosto de 1995 em mandatos ininterruptos de 1994 a 1997, de 1998 a 2001, de 2002 a 2005 e de 2006 a 2009.
- Engº. Álvaro Carmona e Costa Portela: É administrador desde 31 de Março de 2006 para o mandato 2006 a 2009. Anteriormente foi eleito para o mandato de 1987 a 1989, posteriormente foi eleito para o mandato de 1990 a 1993, tendo renunciado em 26 de Março de 1991. Posteriormente foi eleito para o mandato de 1994 a 1997, tendo renunciado em 6 Setembro de 1996.

Adicionalmente, não existe qualquer Comissão Executiva, ou uma qualquer outra Comissão, com competências em matéria de gestão. Não foram constituídas comissões de controlo interno para avaliação da estrutura e governo societários uma vez que essa avaliação é efectuada no plenário do Conselho de Administração. Não foi definida lista de incompatibilidades nem número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de administração de outras sociedades, na medida em que, na generalidade dos casos, os administradores exercem funções de gestão nas sociedades pertencentes ou participadas pela Sonae Distribuição. Nenhum dos administradores mencionados anteriormente detém directamente acções na

sociedade Sonae Distribuição, SGPS, SA.

4.2 Remunerações

No exercício de 2007, os membros do Conselho de Administração da Sonae Distribuição auferiram remunerações totais de 3.434.423 Euros, das quais 2.900.903 Euros a título de prémio de desempenho. O prémio de desempenho é indexado à evolução de um conjunto de indicadores financeiros que permitem o alinhamento dos interesses dos administradores com os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Metade desse prémio tem carácter diferido, e apenas será liquidado em 2011, podendo ser majorado ou minorado em função da evolução da cotação. O presidente do Conselho de Administração auferiu uma remuneração total de 37.333 Euros, integralmente com carácter fixo.

As remunerações atribuídas em 2007 aos colaboradores com responsabilidades de direcção estratégica das principais sociedades do Grupo (excluindo os membros do Conselho de Administração) totalizaram 4.302.137 Euros, repartidas entre 1.957.929 Euros de remuneração fixa e 2.344.208 Euros de prémios de desempenho.

O Conselho de Administração considera que a informação sobre as suas remunerações prestada acima é suficientemente extensiva, e que a prestação dessa informação numa base individual se traduz num requisito excessivo de acordo com os princípios gerais que regem os deveres de informação, porque de utilidade marginal para o interesse dos accionistas. De igual forma, e porque se incorria numa prestação de informação de base individual, não se efectua a distinção entre as remunerações auferidas pelo corpo de administradores executivos/não executivos.

4.3 Política de comunicação de irregularidades

A Sonae Distribuição dedica uma atenção muito especial à questão da detecção, responsabilização e correcção oportunas das irregularidades que eventualmente ocorram no seio da organização. As questões mais frequentes prendem-se com incorrecções pontuais na operação de loja (ao nível do atendimento, da gama de produtos ou do equipamento físico, entre outros) sendo o conjunto de clientes que visitam as lojas da empresa em Portugal os principais detectores destas ocorrências. Muitos dos clientes deixam uma indicação das situações ao fazer uma reclamação ou deixar uma sugestão junto da equipa de loja onde tais irregularidades foram detectadas.

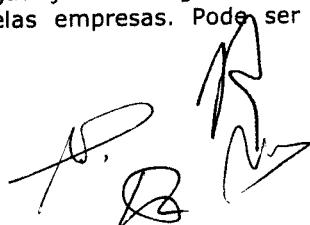
A Sonae Distribuição valoriza muito estes contactos, na medida em que o cliente está a dar à empresa uma oportunidade de resolução do problema e de identificação de áreas de melhoria que o beneficiem directamente a si e a outros igualmente afectados.

De forma a tratar de forma cabal e atempada estas questões, a empresa desenvolveu há cerca de 10 anos um Sistema de Sugestões e Reclamações, com uma estrutura de pivots descentralizada em várias direcções da organização e sob o acompanhamento e responsabilidade directa do Conselho de Administração. A direcção de Marketing é responsável pela coordenação e controlo central de todo o processo, ainda que as questões sejam tratadas e respondidas pela entidade a quem o cliente se dirige, com conhecimento e responsabilidade das áreas específicas que estejam em causa (ex: Controlo de Qualidade, Departamento Jurídico, etc).

Ainda no ano de 2006, com a entrada em vigor, no dia 01 de Janeiro de 2006, do Dec. Lei 156/2005, que instituiu a obrigatoriedade do livro de reclamações nos estabelecimentos comerciais, foi o sistema anteriormente referido reforçado.

Simultaneamente, a Sonae Distribuição SGPS, S.A. (no âmbito do grupo Sonae) disponibiliza à sua equipa de colaboradores e público em geral o acesso ao Provedor. O Provedor funciona como uma entidade que complementa o processo de sugestões e reclamações. Esta figura depende directamente do Presidente do Grupo Sonae, e tem por função dar andamento oportuno a reclamações, queixas ou sugestões que lhe são dirigidas por clientes, fornecedores e colaboradores da empresa.

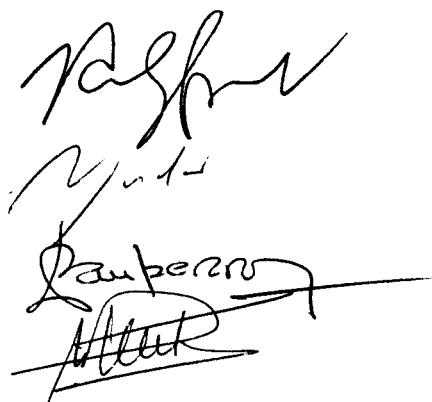
As suas atribuições são a afirmação e promoção pela via apropriada dos direitos e interesses legalmente protegidos dos clientes, utentes ou fornecedores das empresas, a reposição da justiça e da regularidade que podem ser violadas e a melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços prestados pelas empresas. Pode ser



contactado através do endereço electrónico provedor@sonae.pt, ou no seguinte endereço:

Lugar do Espido, Via Norte
Apartado 1011 - 4471-909 Maia - Portugal
Tel: +351 22 010 4631 - Fax: +351 22 010 4784

Matosinhos, 5 de Março de 2008


Ralph
M. L.
Lampert
Attila

Declaração

Nos termos do Artº 245, 1, al.c) do Código de Valores Mobiliários

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis tal como adoptadas pela União Europeia, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, do activo consolidado e individual, do passivo consolidado e individual, da situação financeira consolidada e individual e do resultado líquido consolidado e individual do emitente e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Matosinhos, 5 de Março de 2008


Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)


Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão (CEO)


Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério


Álvaro Carmona e Costa Portela

Sonae Distribuição, SGPS, S.A.

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

TÍTULOS DETIDOS PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E RESPECTIVAS TRANSACÇÕES DURANTE 2007

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em 31.12.2007
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo						1
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						
Migracom, SGPS, SA (3)						
Aumento de capital	20.11.2007	20.000	76,45			69.996
Imparfin, SGPS, SA (4)						
Venda	10.12.2007			150.000	25,75	0
Sonae, SGPS, SA						
Venda	22.05.2007			593.616	2,03	
Acções entregues ao abrigo do Plano de Atribuição Diferida de Acções	01.06.2007	147.376	0			
Venda	01.06.2007			147.376	2,17	3.293
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupérlio						4.564
Sonae, SGPS, SA						
Alvaro Carmona e Costa Portela						25.934
Sonae, SGPS, SA						
Notas:						
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA						
Compra	31.12.2007	14	1,98			658.804.424
Pareuro, BV (2)						20.000
(2) Pareuro, BV						
Sonae, SGPS, SA						400.000.000
(3) Migracom, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA						
Compra	22.05.2007	593.616	2,03			
Compra	01.06.2007	147.376	2,17			
Compra	31.12.2007	549.008	1,98			1.290.000
Imparfin, SGPS, SA (4)						
Compra	23.07.2007	150.000	25,75			150.000
(4) Imparfin, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA						
						4.105.273

Sonae Distribuição, SGPS, S.A.

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

TITULARES DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS

Accionistas	Número de acções a 31.12.2007
Sonae, SGPS, SA (1)	824.780.810
Sonae Investments, BV	175.219.190

Notas:

(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA	
Sonae, SGPS, SA	658.804.424
Pareuro, BV (2)	20.000
(2) Pareuro, BV	
Sonae, SGPS, SA	400.000.000

Sonae Distribuição, SGPS, S.A.

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Dando cumprimento ao artigo 8º, nº 1 alínea e) do Regulamento da CMVM nº 04/2004, indicamos os titulares de participações qualificadas a 31 de Dezembro de 2007:

Accionistas	Nº de acções	% Direitos de voto
Sonae, SGPS, SA	824.780.810	74,98%
Sonae Investments, BV	175.219.190	15,93%
Soflorin, BV (1)	100.000.000	9,09%
Total imputável	1.100.000.000	100,00%

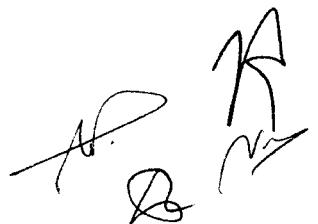
Nota:

(1) Consideradas Acções próprias, uma vez que a Soflorin, BV é detida a 100% pela Sonae Distribuição, SGPS, SA.



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**

31 DE DEZEMBRO DE 2007

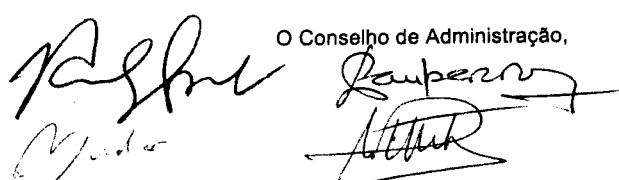
Two handwritten signatures are present at the bottom right of the page. The signature on the left appears to begin with the letters 'N.' and 'D.'. The signature on the right appears to begin with the letters 'R.' and 'M.'.

SONAE DISTRIBUIÇÃO, SGPS, S.A. (Nota Introdutória)

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	IFRS	
		31-12-2007	31-12-2006
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Imobilizações corpóreas	8	1.624.215.706	1.245.522.480
Diferenças de consolidação	9	563.903.201	61.141.604
Imobilizações incorpóreas	8	154.559.265	149.164.529
Investimentos em empresas associadas	5	39.082.244	17.823.351
Outros investimentos financeiros	10	999.170	34.230.053
Impostos diferidos activos	17	22.286.220	23.413.248
Outros activos não correntes	11	1.820.126	1.825.831
Total de activos não correntes		2.406.865.932	1.533.121.096
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	12	457.866.661	340.651.297
Clientes	13	32.409.579	30.300.343
Outras dívidas de terceiros	14	121.819.762	75.878.963
Estado e outros entes públicos	15	51.067.860	58.282.812
Outros activos correntes	16	23.492.179	12.315.265
Outros investimentos financeiros	10	57.208.737	33.261.362
Caixa e equivalentes de caixa	18	67.853.490	359.415.148
Total de activos correntes		811.718.268	910.105.190
Activos detidos para venda	8	6.006.580	
TOTAL DO ACTIVO		3.224.590.780	2.443.226.286
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	19	1.100.000.000	1.100.000.000
Acções Próprias	19	(205.000.000)	(205.000.000)
Reservas e resultados transitados	19	(223.444.442)	(307.971.049)
Resultado líquido do período atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe		167.492.214	158.079.602
Total do capital próprio atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe		839.047.772	745.108.553
Interesses Minoritários	20	12.096.474	10.930.910
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		851.144.246	756.039.463
PASSIVO:			
PASSIVOS NÃO CORRENTES:			
Empréstimos obrigacionistas	21	1.100.672.731	593.166.278
Credores por locações financeiras	21,22	5.554.636	8.051.112
Outros empréstimos	21	276.330	313.779
Outros passivos não correntes	24	12.702.606	13.001.800
Impostos diferidos passivos	17	36.423.318	36.985.189
Provisões	29	16.278.593	21.978.393
Total de passivos não correntes		1.171.908.214	673.496.551
PASSIVOS CORRENTES:			
Empréstimos bancários	21	83.834.903	163.539.818
Credores por locações financeiras	21,22	6.783.670	4.195.233
Outros empréstimos	21	317.352	128.328
Fornecedores	26	835.856.284	637.520.855
Outras dívidas a terceiros	27	80.848.547	77.110.117
Estado e outros entes públicos	15	44.222.307	44.717.120
Outros passivos correntes	28	147.467.643	86.339.698
Provisões	29	2.207.614	139.103
Total de passivos correntes		1.201.538.320	1.013.690.272
TOTAL DO PASSIVO		2.373.446.534	1.687.186.823
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		3.224.590.780	2.443.226.286



SONAE DISTRIBUIÇÃO, S.G.P.S., S.A. (Nota Introdutória)

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em euros)

Notas	IFRS			
	2007		2006	
	4ºTrimestre ⁽¹⁾	31-12-2007	4ºTrimestre ⁽¹⁾	31-12-2006
Proveitos operacionais:				
Vendas	35	956.306.560	3.238.947.595	863.287.660
Prestações de serviços	35	34.476.166	145.720.912	30.046.529
Outros proveitos operacionais	36	94.931.305	317.911.045	88.094.984
Total de proveitos operacionais		<u>1.085.714.031</u>	<u>3.702.579.552</u>	<u>981.429.173</u>
Custos operacionais:				
Custo das vendas	12	(729.296.975)	(2.517.317.555)	(673.146.983)
Fornecimentos e serviços externos		(130.624.744)	(458.137.503)	(107.115.180)
Custos com o pessoal		(101.314.911)	(376.092.288)	(88.937.904)
Amortizações e depreciações	8	(22.613.472)	(87.048.798)	(20.985.151)
Provisões e perdas por imparidade	29	(1.206.500)	(1.737.549)	49.223
Outros custos operacionais	37	(19.816.594)	(51.286.979)	(14.694.982)
Total de custos operacionais		<u>(1.004.873.196)</u>	<u>(3.491.620.672)</u>	<u>(904.830.977)</u>
Resultados operacionais		80.840.835	210.958.880	76.598.196
Proveitos e ganhos financeiros	38	9.596.429	19.471.969	5.665.144
Custos e perdas financeiras	38	(18.350.145)	(54.153.947)	(10.885.527)
Resultados financeiros	38	(8.753.716)	(34.681.978)	(5.220.383)
Resultados relativos a empresas associadas		147.455	247.316	344.266
Resultados relativos a investimentos		-	(587.173)	(820.407)
Resultado antes de impostos		<u>72.234.574</u>	<u>175.937.045</u>	<u>70.901.672</u>
Imposto sobre o rendimento	39	(2.976.589)	(7.121.200)	(1.511.965)
Resultado consolidado		<u>69.257.985</u>	<u>168.815.845</u>	<u>69.389.707</u>
Atribuível a:				
Accionistas da Empresa-Mãe		68.764.950	167.492.214	68.882.978
Interesses Minoritários		493.035	1.323.631	506.728
Resultados por acção (básico e diluído)	40	0,07	0,17	0,06
				0,15

(1) Não auditado

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração,

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Atribuível aos Acionistas da Empresa-Mãe						Total do Capital Próprio			
		Capital Social	Acções Proprias	Reservas Legais	Reservas Conversão	Reservas Cobertura	Outras Reservas	Resultado Transitados	Resultado Líquido	Total	Interesses Minoritários
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	19	1.100.000.000	-	90.200.000	125.389	-	(557.829.549)	214.122.570	846.618.410	8.717.734	855.336.144
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2005:							214.122.570	(214.122.570)	(55.000.000)	-	(55.000.000)
Transferência para reserva legal e resultados transitados							(55.000.000)	-	(205.000.000)	-	(205.000.000)
Dividendos distribuídos							-	-	-	-	-
Aquisição de acções próprias							-	-	-	-	-
Variação nas reservas							22.000	-	22.000	-	22.000
Variação de justo valor							-	-	385.320	-	385.320
Geradas no exercício							-	-	-	31.182	31.182
Entradas de novas Empresas							-	-	-	3.221	3.221
Outros							-	-	-	-	-
Resultado líquido consolidado do exercício							158.079.602	158.079.602	2.181.984	160.261.596	160.261.596
Saldo em 31 de Dezembro de 2006		1.100.000.000	(205.000.000)	90.200.000	510.709	-	(398.681.758)	158.079.602	745.108.553	10.930.910	756.039.463
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	19	1.100.000.000	(205.000.000)	90.200.000	510.709	-	(398.681.758)	158.079.602	745.108.553	10.930.910	756.039.463
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2005:							153.279.602	(158.079.602)	(75.000.000)	-	-
Transferência para reserva legal e resultados transitados							(75.000.000)	-	(10.256)	-	(10.256)
Dividendos distribuídos	41	-	-	4.800.000	-	-	-	-	-	-	(75.010.256)
Variação nas reservas				-	-	-	919.624	-	919.624	-	919.624
Variação de justo valor				-	-	-	593.913	-	593.913	-	593.913
Geradas no exercício				-	-	-	(381.455)	-	(381.455)	-	(381.455)
Transferidas para resultados				-	-	-	-	-	-	116.869	116.869
Entradas de novas Empresas				-	-	-	-	-	-	(264.680)	50.243
Outros				-	-	-	314.923	-	314.923	-	314.923
Resultado líquido consolidado do exercício				-	-	-	-	167.492.214	167.492.214	1.323.631	168.815.845
Saldo em 31 de Dezembro de 2007		1.100.000.000	(205.000.000)	95.000.000	1.104.622	538.169	(320.087.233)	167.492.214	839.047.772	12.096.474	851.144.246

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

SONAE DISTRIBUIÇÃO, SGPS, S.A. (Nota Introdutária)

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em euros)

ACTIVIDADES OPERACIONAIS:	Notas	31-12-2007	31-12-2006
Recebimento de clientes		3.379.348.706	3.162.265.711
Pagamentos a fornecedores		(2.718.261.054)	(2.533.510.663)
Pagamentos ao pessoal		(367.381.880)	(331.977.598)
Fluxo gerado pelas operações		293.705.772	296.777.450
Pagamento/recebimento imposto s/rendimento		(5.664.945)	(18.178.530)
Outros recebim./pagam.rel.à activ.operacional		1.672.760	13.082.081
Fluxos das actividades operacionais (1)		289.713.587	291.681.001
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros			
Alienação de subsidiárias	6	10.137.318	12.564.414
Outros investimentos financeiros	14	22.369.435	16.573.114
Imobilizações corpóreas e incorpóreas		44.005.165	22.268.037
Juros e proveitos similares		13.574.458	8.812.177
Dividendos		225.169	162.169
Empréstimos concedidos	33	359.425.000	1.102.358.000
		449.736.545	1.162.737.911
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros			
Aquisição de subsidiárias	6	(612.720.553)	235.751
Aumento de capital em associadas	5	(21.011.577)	
Outros investimentos financeiros	27	(24.870.137)	(43.275.936)
Imobilizações corpóreas e incorpóreas		(236.120.750)	(220.199.054)
Empréstimos concedidos	33	(359.433.190)	(1.089.388.739)
		(1.254.156.207)	(1.352.627.978)
		(804.419.662)	(189.890.067)
Fluxos das actividades de investimento (2)			
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		2.297.644.251	1.639.076.000
Aumento de capital em filiais		50.036	16.000
		2.297.694.287	1.639.092.000
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(1.956.125.925)	(1.656.064.963)
Juros e custos similares		(45.346.651)	(27.879.887)
Dividendos		(75.010.292)	(54.999.980)
Aquisições de acções (quotas) próprias		(2.076.482.868)	(1.943.944.830)
		221.211.419	(304.852.830)
Fluxos das actividades de financiamento (3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(293.494.656)	(203.061.896)
Efeito das diferenças de câmbio		(72.602)	20.759
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	18	(357.690.994)	(560.773.649)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	18	64.268.940	357.690.994

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração,

SONAE DISTRIBUIÇÃO, SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE DISTRIBUIÇÃO, SGPS, S.A. ("Empresa" ou "Sonae Distribuição"), anteriormente denominada Modelo Continente, SGPS, S.A., tem a sua sede na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 4 e 5 ("Grupo Sonae Distribuição") e cujas actividades principais se encontram descritas na Nota 42.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras cuja moeda funcional não seja o Euro são incluídas nas demonstrações financeiras de acordo com a política descrita no ponto 2.2.d).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade de operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 4 e 5) as quais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor em 1 de Janeiro de 2007 conforme adoptadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras intercalares são apresentadas trimestralmente de acordo com a IAS 34 – "Relato Financeiro Intercalar".

Durante o exercício de 2007 foi aplicada pela primeira vez a IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros-Divulgação de Informação" cuja aplicação é obrigatória para os exercícios com início em ou após 1 de Janeiro de 2007 e as correspondentes alterações ao IAS 1- "Apresentação das Demonstrações Financeiras". O impacto da aplicação destas normas resultou no acréscimo de informação divulgada ao nível dos instrumentos financeiros utilizados no Grupo.

Adicionalmente e a partir de 1 de Janeiro de 2007 entraram em vigor quatro Interpretações: a IFRIC 7 "Adopção do método de reexpressão de acordo com o IAS 29-Relato Financeiro em Economias Hiper inflacionárias"; IFRIC 8 "Âmbito do IFRS 2"; IFRIC 9 "Reavaliação dos Derivados Embutidos" e IFRIC 10 "Demonstrações Financeiras Intercalares e Imparidade". A aplicação destas interpretações não teve impacto relevante ao nível das políticas contabilísticas do Grupo e das suas demonstrações financeiras.

A 31 de Dezembro de 2007 estavam emitidas as seguintes normas e interpretações: IAS 23 Revisão "Custos de empréstimos obtidos", IFRS 8 - "Segmentos operacionais", IFRIC 13 - "Customer Loyalty Programmes", IFRIC 11 IFRS 2 - "Group and Treasury Share Transactions" e IFRIC 12 - "Service Concession Arrangements". A aplicação destas normas e interpretações não é obrigatória para o exercício com início a 1 de Janeiro de 2007, tendo o Grupo decidido não adoptar antecipadamente as mesmas. Da aplicação destas normas e interpretações não se estima que resultem efeitos materiais nas demonstrações financeiras futuras do Grupo, com exceção do IFRS 8 cuja aplicação apenas é obrigatória para os

exercícios com início em ou posterior a 1 de Janeiro de 2009 e que resultam fundamentalmente num acréscimo de informação ao nível do relato por segmentos.

Em 31 de Dezembro de 2007, não tinham ainda sido aprovadas pela União Europeia as seguintes normas e interpretações: Revisão do IAS 23, IFRS8, IFRIC12 e IFRIC13.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas tomando por base o custo histórico, excepto para alguns instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor (Nota 2.11).

2.2. Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica interesses minoritários. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e capacidade de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 2.2.c)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor de activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do exercício após reconfirmação do justo valor atribuído. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo ou o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa -



geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como diferenças de consolidação e mantidas no valor da rubrica investimento financeiro em associadas (Nota 2.2.c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do exercício na rubrica resultados relativos a empresas associadas após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir, são objecto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, situação em que é registada uma provisão por aqueles montantes.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados na Nota 5.

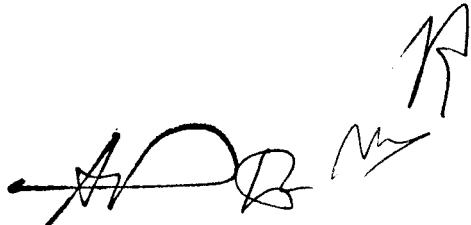
c) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas são registadas na rubrica Diferenças de consolidação ou mantidas na rubrica Investimentos em empresas associadas (Nota 8). As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em filiais sedeadas no estrangeiro cuja moeda funcional não é o Euro e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reservas de conversão cambial incluída na rubrica Reservas e Resultados Transitados.

O valor das diferenças de consolidação não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. As perdas por imparidade das diferenças de consolidação constatadas no exercício são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

As perdas por imparidade relativas a diferenças de consolidação não podem ser revertidas.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando negativas são reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.



Diferenças de consolidação anteriores à data de transição

As diferenças de consolidação originadas em aquisições anteriores à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram mantidas pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados pelos activos incorpóreos não aceites pelos IFRS e objecto de testes de imparidade, sendo os impactos desses ajustamentos registados em resultados transitados, conforme IFRS 1. No caso de filiais estrangeiras, as diferenças de consolidação foram reexpressas na moeda funcional de cada filial, retrospectivamente. As diferenças cambiais geradas no processo de conversão foram registadas em resultados transitados (IFRS 1).

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os custos e proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante gerada após 1 de Janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de Reserva de conversão cambial. As diferenças cambiais geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de resultados transitados.

O valor das diferenças de consolidação e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos dessa entidade e transpostos para Euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração de resultados como um ganho ou perda na alienação.

As cotações utilizadas na conversão para Euros das contas das filiais, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	31.12.07		31.12.06	
	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício
Real brasileiro	0,38516	0,37577	0,35564	0,36658

2.3. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o exercício de vida útil estimado para cada Grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica "Perdas de imparidade" da demonstração consolidada de resultados.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização do imobilizado corpóreo, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Perdas de imparidade" da demonstração consolidada de resultados.



As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	10 a 15
Equipamento de transporte	5
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	10
Outras imobilizações corpóreas	5

As despesas com reparação e manutenção de imobilizado são consideradas como custo no exercício em que ocorrem.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registadas ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estas imobilizações são amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do imobilizado corpóreo são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração de resultados como Outros proveitos operacionais ou Outros custos operacionais.

2.4. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas adviem benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de Software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

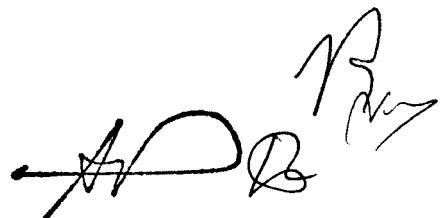
As amortizações são calculadas, após os bens estarem concluídos ou em disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado o qual corresponde genericamente a 5 anos e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada de resultados.

Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

2.5. Locações

Situações em que o Grupo age como Locatário

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e como



(ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o bem de acordo com a sua natureza, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do imobilizado corpóreo são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Situações em que o Grupo age como Locador

Na situação em que o Grupo age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, o valor dos bens afectos são mantidos no balanço do Grupo e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação.

2.6. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de imobilizado, são incluídos na rubrica Outros passivos não correntes e são creditados na demonstração de resultados em quotas constantes durante o período estimado de vida útil dos activos adquiridos.

Os subsídios relacionados com custos incorridos são registados como proveito na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que a Empresa já tenha incorrido nos custos subsidiados e que cumpra com as condições exigidas para sua concessão.

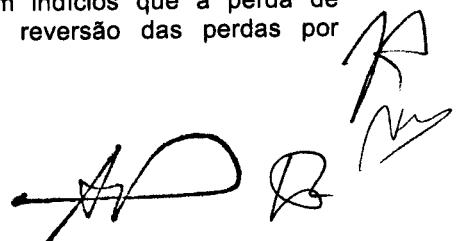
2.7. Imparidade dos activos não correntes, excepto Diferenças de consolidação

É efectuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados consolidada na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido, é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e condescedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por



imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como Outros proveitos operacionais. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.8. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados ou imputáveis à aquisição, construção ou produção de activos fixos, são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do activo ou quando o projecto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos, directamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

2.9. Existências

As mercadorias encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade respectivos, concedidos ou a conceder pelos fornecedores, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando como método de custeio o preço da última compra. Tendo em consideração a elevada rotação das mercadorias, o critério utilizado na sua valorização não diverge substancialmente da utilização do FIFO ou do custo médio ponderado.

As diferenças entre o custo e o respectivo valor líquido de realização das existências, no caso deste ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais em Custo das vendas.

2.10. Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

2.11. Instrumentos financeiros

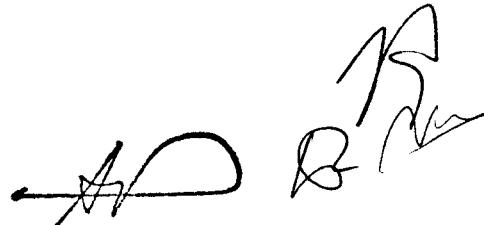
O Grupo classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com o balanço consolidado conforme identificado na nota 21.

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data.



Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes.

Os investimentos disponíveis para venda são classificados como Activos não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor que corresponde ao valor de aquisição, no caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda são incluídas as despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor incluída na rubrica Reservas e resultados transitados até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) na rubrica de resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, cada empresa do Grupo tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que se perspective um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.



d) **Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, e contabilizados na rubrica resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na nota 2.8. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o período.

e) **Fornecedores e dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal.

f) **Instrumentos derivados**

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

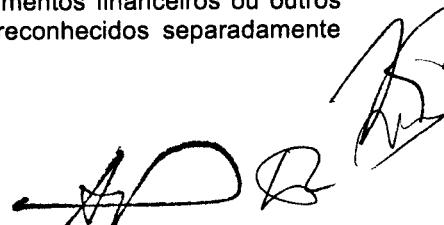
Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente, registados pelo seu valor, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura incluída na rubrica Reservas e resultados transitados, sendo transferidas para resultados no mesmo exercício em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros é efectuada com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e teve por base a actualização, para a data do balanço, dos fluxos de caixa futuros do "leg" fixo e do "leg" variável do instrumento derivado.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixa de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura incluída em Reservas e resultados transitados são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Nos casos em que os instrumentos derivados, embora contratados com o objectivo específico de cobertura dos riscos financeiros inerentes ao negócio (fundamentalmente, "forwards" de taxas de câmbio para cobertura de importações futuras), não se enquadram nos requisitos definidos no IAS 39 para classificação como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afectam directamente a demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente



nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos de acolhimento e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Adicionalmente, o Grupo procede por vezes à contratação de derivados de taxa de juro e de taxa de câmbio com o objectivo de cobertura de justo valor. Nestas situações, os derivados são registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não é mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estão mensurados ao custo amortizado) a parcela eficaz de cobertura é ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto através da demonstração de resultados.

g) Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos, no balanço consolidado.

i) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como dedução ao Capital Próprio. Os ganhos ou perda resultantes da alienação de acções próprias são reconhecidos directamente em Capital Próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.12. Responsabilidades por pagamentos baseados em acções

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das acções da Sonae, SGPS, S.A. (Empresa detentora da Sonae Distribuição, SGPS, S.A.).

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Março de cada ano) e posteriormente actualizado no final de cada exercício de reporte em função do número de acções atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em custos com pessoal e outros passivos correntes e não correntes, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas, no caso de atribuição de direitos sobre acções remíveis em dinheiro. Quando não existe a opção de remição em dinheiro a responsabilidade é registada em custos com pessoal e em reservas de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

2.13. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.14. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Os activos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de diferenças de consolidação ou do reconhecimento inicial de activos e passivos que não através de operações de concentração empresarial.

No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.15. Rérito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Relativamente à actividade de prestação de serviços de agenciamento de viagens, o reconhecimento de proveitos verifica-se no momento da facturação ao cliente do serviço contratado. No encerramento de cada período contabilístico são feitos os ajustamentos necessários nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes no sentido de reconhecer o rérito associado a serviços já prestados mas cuja facturação ainda não tinha ocorrido, bem como as despesas de subcontratos associados.

Os dividendos recebidos ou a receber são reconhecidos como proveitos no exercício em que são atribuídos pelos sócios ou accionistas das empresas participadas.

Os custos e proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.



Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

2.16. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na moeda funcional da filial, utilizando as taxas em vigor na data da transacção.

Todos os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada exercício. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício, excepto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.11.f).

2.17. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.18. Julgamentos e estimativas

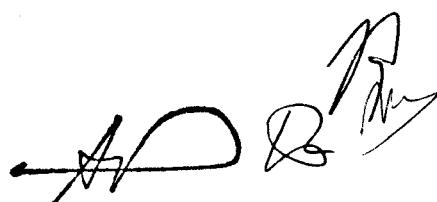
As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Vidas úteis dos activos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade das diferenças de consolidação e de outros activos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de imparidade aos valores do activo, nomeadamente existências e contas a receber, e provisões;
- d) Cálculo da responsabilidade associada aos programas de fidelização de clientes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

2.19. Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados os segmentos aplicáveis ao Grupo, não tendo sido identificados segmentos secundários, tendo em consideração que o Grupo opera



fundamentalmente em Portugal e que foi escolhido como segmento primário um segmento de negócio.

A informação financeira relativa aos segmentos de negócio identificados está incluída na Nota 42.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os princípios gerais da gestão de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração, estando a sua implementação e acompanhamento supervisionados pela Tesouraria do Grupo.

1 – Risco de mercado

Revestem-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado os riscos taxa de juro e os riscos taxa de câmbio.

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos de mercado a que está exposto como forma de garantir a sua cobertura, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação ou especulação.

1.1 – Risco de taxa de juro

A exposição do grupo à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

O objectivo do grupo é limitar a volatilidade dos cash-flows e resultados tendo em conta o perfil da sua actividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política do grupo permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

Os instrumentos derivados utilizados pelo grupo na gestão do risco taxa de juro são definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa por configurarem relações perfeitas de cobertura. Os indexantes, as convenções de cálculos, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados.

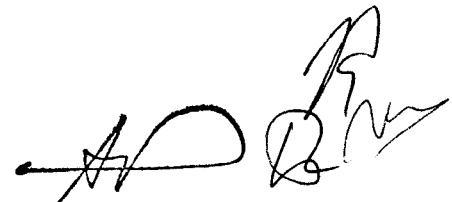
Estima-se que a exposição a este risco à data do balanço seja reduzida, de tal forma que, nos últimos 12 meses, uma subida (descida) de 75 pontos base em todas as taxas de juro do Euro durante o ano de 2007 teria tido um impacto negativo (positivo) nos resultados consolidados antes de impostos não superior a 4,1 milhões de Euros (2,0 milhões de Euros em 2006), tomando em consideração os perfis de refixação contratados e excluindo quaisquer outros efeitos na actividade da empresa.

1.2 – Risco de taxa de câmbio

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em Euros. O Grupo está apenas exposto ao risco taxa de câmbio nas transacções relativas a aquisições de mercadorias em mercados internacionais em dólar;

A gestão do risco taxa de câmbio pretende fornecer uma base sólida à tomada de decisão de compra de mercadorias estabelecendo preços de custo conhecidos e estáveis. A cobertura do risco cambial acompanha toda a decisão de compra desde o momento da selecção dos fornecedores até à negociação formal de aquisição.

A exposição é controlada através de um programa de compra de divisas a prazo (forwards) com o objectivo de minorar o impacto negativo ocasionado por variações nas responsabilidades em consequência dos processos de importação em divisas distintas do euro.



A 31 de Dezembro de 2007 e 2006 os valores em Euros dos saldos activos e passivos denominados em moeda estrangeira eram os seguintes:

	ACTIVOS		PASSIVOS	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
Real brasileiro	1.311.595	959.795	4.585.100	650.094
Libra esterlina	-	11.260	113.478	77.814
Dolar americano	877.150	1.059.536	3.574.320	1.118.970
Florins hungaros	61.351	78.770	-	-

Face à reduzida exposição ao risco de câmbio não foi efectuada qualquer análise de sensibilidade de risco de taxa de câmbio.

2 – Risco de liquidez

O principal objectivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que o grupo tem disponível, a todo o momento, os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos, através de uma adequada gestão do binómio custo-maturidade dos financiamentos.

O grupo prossegue assim uma política activa de refinanciamento pautada pela manutenção de um nível elevado de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face a necessidades de curto prazo e pelo alongamento ou manutenção da maturidade da dívida de acordo com os cash-flows previstos e a capacidade de alavancagem do seu balanço.

Constituem também importantes instrumentos de resposta ao risco de liquidez, a limitação da amplitude das cláusulas contratuais capazes de despoletar o vencimento antecipado dos empréstimos. O grupo assegura ainda, no seu relacionamento com as instituições financeiras, um elevado nível de diversificação que permite agilizar a contratação de novos empréstimos e limitar o impacto negativo de eventuais descontinuações de relacionamento.

A análise de liquidez para instrumentos financeiros é apresentada junto da nota respectiva a cada classe de passivos financeiros.

3 – Risco de crédito

O Grupo está exposto ao risco de crédito no âmbito da sua actividade operacional corrente. Este risco é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e qualitativa, prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes no cumprimentos das suas obrigações, visando a redução do risco de concessão de crédito. O risco de crédito no relacionamento com fornecedores surge na sequência de adiantamentos ou de débitos de receitas comerciais e é mitigado pela expectativa de manutenção do relacionamento comercial. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, estando portanto ao seu justo valor.

O grupo está ainda exposto ao risco de crédito nas suas relações com as instituições financeiras relativas a aplicações de fundos, garantias de colocação em instrumentos de dívida, derivados, entre outros.

O risco de crédito é limitado pela gestão da concentração de riscos e uma rigorosa selecção de contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional com rating emitido por agência de rating internacional mínimo de BBB ou equivalente.



4. EMPRESAS FILIAIS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas filiais incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, são as seguintes:

Firma	Sede Social	Percentagem do Capital detido		Percentagem do Capital detido	
		31.12.2007	Total	31.12.2006	Total
Directo	Directo				
Empresa mãe					
Sonae Distribuição SGPS, S. A.	Matosinhos				
Sonae Distribuição					
Best Offer – Prestação de Informações pela Internet, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bikini, Portal de Mulheres, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
g) Cacetinho – Comércio Retailista e Expl. Centros Comerciais, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Carnes do Continente – Industria e Distribuição Carnes, S.A.	Santarém	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Citorres - Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, S.A.	Castelo de Paiva	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
j) Continente Hipermarcados, S.A.	Lisboa	99,86%	99,86%	-	-
Difusão - Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Distrifin - Comercio y Prestacion de Servicios, S.A.	Madrid(Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Efanor – Design e Serviços, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Efanor - Industria de Fios, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ecuador & Mendes - Agencia de Viagens e Turismo, Lda	Lisboa	75,00%	67,50%	75,00%	67,50%
Estevão Neves - Hipermercados da Madeira, S.A.	Funchal	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
b) Fundo Fechado de Investimento Imobiliário Efisa Imobiliário	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Global S Hipermercado, Lda.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IGI – Investimento Imobiliário, S.A.	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
e) Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	-	-
Imoconti – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoestrutura – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
f) Imoponte – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Infofield – Informática, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Inventory - Acessórios de Casa, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marcas MC, zRT	Budapest	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
m) Maxoffice – Artigos e Serviços para Escritório, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MJLF-Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, S.A.	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo.Com - Vendas por Correspondência, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
a) Modelo – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Continente Hipermarcados, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Continente – Operações de Retailo, S.G.P.S., S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
h) Modelo Continente Seguros – Sociedade de Mediação, S.A.	Porto	75,00%	75,00%	-	-
Modelo Hiper Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
k) Modelo Hipermarcados Trading, S.A.	Madrid(Espanha)	100,00%	100,00%	-	-

Firma	Sede Social	Percentagem do Capital detido		Percentagem do Capital detido	
		31.12.2007	31.12.2006	Directo	Total
g) Modis - Distribuição Centralizada, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
d) NA - Equipamentos para o Lar, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	-	-
d) NA - Comércio de Artigos de Desporto, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	-	-
Nova Equador Internacional - Agencia de Viagens e Turismo, Lda	Lisboa	75,00%	67,50%	75,00%	67,50%
I) Nova Equador P.C.O. E Eventos, Sociedade Unipessoal, Lda	Lisboa	100,00%	100,00%	-	-
g) Ok Bazar - Comércio Geral, S.A.	Ermesinde	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
a) Parcium Imobiliária, S.A.	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
c) Pharmacontinente-Saúde e Higiene, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	-	-
Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Peixes do Continente-Indústria e Distribuição de Peixes, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Solaris Supermercados, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários de Fafe, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sociolures – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.	Gondomar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Soflordin, B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Capital Brasil, Ltda	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SM Empreendimentos Imobiliários, Ltda	Porto Alegre (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Retalho Espanha – Servicios Generales, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sondis Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonvecap, B.V.	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sport Zone – Comércio de Artigos de Desporto, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
g) SRE - Projectos e Consultadoria, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Star-Viagens e Turismo, S.A.	Lisboa	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Tlantic Sistemas de Informação, Ltda	Porto Alegre (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Todos os Dias – Comércio Ret. E Explor.Centros Comerciais, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
i) Valor N, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	-	-
Worten – Equipamentos para o Lar, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
k) Worten Espanha, S.A.	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	-	-

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral.

- a) Filiais incorporadas por fusão na Sonae Distribuição, SGPS, S.A. em 1 de Janeiro de 2007.
- b) Filial liquidada em 30 de Março de 2007
- c) Filial constituída em 9 de Fevereiro de 2007.
- d) Filiais constituídas em 29 de Março de 2007.
- e) Filial adquirida em 11 de Abril de 2007.
- f) Filial alienada em 31 de Maio de 2007.
- g) Filiais incorporadas por fusão na Modelo Continente Hipermercados, S.A. em 1 de Abril de 2007.
- h) Filial adquirida em 16 de Julho de 2007.
- i) Filial adquirida em 10 de Dezembro de 2007.
- j) Filial adquirida em 31 de Dezembro de 2007, ex-Carrefour (Portugal)- Soc. Exploração de Centros Comerciais, S.A.
- k) Filial constituída em 20 de Dezembro de 2007.
- l) Filial constituída em 10 de Outubro de 2007.
- m) Filial dissolvida durante o exercício de 2007.

5. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

As empresas associadas, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor de balanço em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 são os seguintes:

Firma	Sede Social	Capital detido		Capital detido		Valor de balanço	
		31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedé	Maia	42,16%	42,16%	33,81%	33,81%	34.616.937	13.734.183
Mundo Vip - Operadores Turísticos, S.A.	Lisboa	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%	2.851.706	3.023.478
Sonaegest - Soc. Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	Maia	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	669.644	558.894
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, S.A.	Lisboa	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	943.957	506.796
						39.082.244	17.823.351

As empresas associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 2.2.b).

Adicionalmente, os montantes agregados dos principais indicadores financeiros destas associadas era como segue:

	Total de activos		Total de passivos		Proveitos		Resultado líquido do exercício	
	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06	31.12.07	31.12.06
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedé	86.008.228	65.406.375	5.333.873	24.787.718	4.340.775	1.622.716	(504.340)	618.857
Mundo Vip - Operadores Turísticos, S.A. a)	7.742.898	8.845.246	7.265.602	8.213.892	62.864.853	66.756.878	(154.058)	132.389
Sonaegest - Soc. Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	1.858.032	1.496.438	183.920	99.199	789.439	406.916	276.873	20.693
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, S.A.	13.803.088	15.011.792	10.027.258	12.984.606	64.482.822	59.443.674	1.748.644	408.622
	109.412.246	90.759.851	22.810.653	46.085.415	132.477.889	128.230.184	1.367.119	1.180.561

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em associadas, foi o seguinte:

<u>Investimentos em associadas</u>	31.12.2007		31.12.2006	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
Saldo em 1 de Janeiro	17.823.351	-	8.080.761	-
a) Aumentos durante o exercício	21.011.577	-	16.383.901	-
Transferências (nota 8)	-	-	(7.478.262)	-
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	247.316	-	836.951	-
Saldo em 31 de Dezembro	39.082.244	-	17.823.351	-

a) Corresponde no exercício de 2007 ao aumento de capital efectuado na associada Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedé, no valor de 21.011.577 Euros. Em 2006 o valor dos aumentos corresponde fundamentalmente ao valor da constituição do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedé, bem como à aquisição do investimento financeiro no Mundo Vip - Operadores Turísticos, S.A.

6. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As principais aquisições e alienações de empresas ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 foram as seguintes:

6.1- Aquisições

Firma	Sede Social	Percentagem do Capital detido		Percentagem do Capital detido	
		31.12.2007		31.12.2006	
		Directo	Total	Directo	Total
Iginha-Sociedade Imobiliária, S.A	Matosinhos	100,00%	100,00%		
Modelo Continente Seguros-Sociedade de Mediação, Ld ^a	Porto	75,00%	75,00%		
Valor N, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%		
Continente Hipermercados, S.A.	Lisboa	99,86%	99,86%		

As aquisições acima mencionadas tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007:

	Data de aquisição					31.12.2007	
	Outras	Continente Hipermercados			Total		
		Outras	Outras	Outras			
	Valor Contabilístico	Imputação Justo Valor	Total Justo Valor	Valor Contabilístico			
Activos líquidos adquiridos							
Imobilizações corpóreas e incorpóreas (nota 8)	14.120.204	1.341.202	15.461.406	267.013.229	282.474.635	285.320.526	
Outros activos correntes	1.735.726		1.735.726	40.264.328	42.000.054	40.399.583	
Caixa e equivalentes de caixa	510.473		510.473	1.347.294	1.857.767	1.801.528	
Impostos diferidos	8.808	(355.418)	(346.610)	1.845.583	1.498.973	1.564.950	
Empréstimos	(6.821.755)		(6.821.755)	(83.038.919)	(89.860.674)	(83.038.919)	
Outros passivos	(8.696.570)		(8.696.570)	(150.218.081)	(158.914.651)	(167.654.589)	
	856.886	985.784	1.842.670	77.213.434	79.056.104	78.393.079	
Diferenças de consolidação (Nota 9)			377.371	504.847.714	505.225.085		
Interesses minoritários			(12.476)	(104.393)	(116.869)		
Preço de aquisição			2.207.565	581.956.755	584.164.320		
Pagamentos efectuados			9.029.320	611.200.000	620.229.320		
Valor a Receber - acerto preço aquisição				(30.414.000)	(30.414.000)		
Divida financeira à data de aquisição			(6.821.755)		(6.821.755)		
Custos suportados com aquisição				1.170.755	1.170.755		
	2.207.565	581.956.755	2.207.565	581.956.755	584.164.320		
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição							
Pagamentos efectuados			9.029.320	611.200.000	620.229.320		
Custos suportados com aquisição				1.170.755	1.170.755		
Empréstimos intra-grupo à data de aquisição			(6.821.755)		(6.821.755)		
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos			(510.473)	(1.347.294)	(1.857.767)		
	1.697.092	611.023.461	1.697.092	611.023.461	612.720.553		

Os impactos das aquisições acima na demonstração dos resultados consolidados foram os seguintes:

Proveitos operacionais	791.800
Custos operacionais	(1.139.987)
Resultado financeiro	(605.994)
Resultado antes de impostos	(954.181)
Imposto sobre o rendimento	64.730
Resultado líquido	(889.451)

Caso as aquisições efectuadas tivessem sido reportadas a 1 de Janeiro de 2007, os proveitos operacionais viriam aumentados em 589.137.736 Euros.

Dado que a filial Continente Hipermercados foi adquirida no final do exercício de 2007, não foi ainda efectuado o exercício de imputação de justo valor o qual será efectuado até final do ano de 2008, pelo que o valor das diferenças de consolidação apurado é provisório.

6.2 - Alienações

Firma	Sede Social	Percentagem do Capital detido		Percentagem do Capital detido	
		Data de alienação		31.12.2006	
		Directo	Total	Directo	Total
Imoponte-Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Os activos líquidos das filiais alienadas na data da alienação são os seguintes:

	Filial Alienada	31-12-2006
	Data alienação	
Activos líquidos alienados		
Imobilizações corpóreas	9.928.909	9.700.630
Impostos diferidos activos (nota17)	910.761	871.296
Outros activos correntes	150.897	150.544
Caixa e equivalentes a caixa	3.683	421
Outros passivos não correntes	(4.316.000)	(11.837.000)
Impostos diferidos passivos (nota 17)	(12)	(16)
Outros passivos correntes	(10.396)	(920.356)
	6.667.842	(2.034.481)
Perda na alienação	(842.841)	
Preço da alienação	5.825.001	
Fluxo de caixa líquido decorrente da alienação		
Recebimentos efectivados	10.141.001	
Caixa e equivalentes a caixa alienados	(3.683)	
	10.137.318	
Empréstimos intra-grupo à data de alienação	(4.316.000)	
Valor do negócio	5.821.318	

O valor da dívida financeira referida no quadro acima corresponde ao valor de suprimentos concedidos pela accionista da filial alienada e que estão incluídos no valor recebido de 10.141.001 Euros.

Os resultados do exercício desta subsidiária até à data da sua alienação podem ser detalhados como segue:

	Filial alienada	2007
Prestações de Serviços		57
Outros custos operacionais		102
Resultado financeiro		(265.584)
Resultado antes impostos		(265.425)
Imposto sobre o rendimento		39.470
Resultado líquido		(225.955)
		(225.955)

As principais aquisições e alienações de empresas ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 foram as seguintes:

6.3 - Aquisições

Firma	Sede Social	Percentagem do Capital detido		Percentagem do Capital detido	
		31.12.06		31.12.05	
		Directo	Total	Directo	Total
Bertimóvel-Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%		
Equador & Mendes-Agência de Viagens e Turismo, Lda	Lisboa	75,00%	67,50%	50,00%	37,50%
Exit-Travel-Agência de Viagens e Turismo On Line, S.A.	Maia	100,00%	90,00%	50,00%	25,00%
Nova Equador Internacional-Agência de Viagens e Turismo, Lda	Lisboa	75,00%	67,50%	50,00%	37,50%
Star-Viagens e Turismo, S.A.	Lisboa	90,00%	90,00%	50,00%	50,00%
Parcium Imobiliária, S.A.	Porto	100,00%	100,00%		

As aquisições acima mencionadas tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2006:

	Viagens	Outras		
	Valor Contabilístico	Valor Contabilístico	Imputação Justo Valor	Valor Total
Activos líquidos adquiridos				
Imobilizações corpóreas e incorpóreas (nota 8)	5.497.807	12.393.731		17.891.538
Investimentos	12.143			12.143
Outros activos correntes	17.916.289	1.069.962	83.181	19.069.432
Caixa e equivalentes de caixa	974.431	7.339.573		8.314.004
Impostos diferidos	1.035.918	(128)		1.035.790
Empréstimos	(1.256.399)	(21.496)		(1.277.895)
Outros passivos	(27.157.208)	(12.766.211)		(39.923.419)
	<u>(2.977.019)</u>	<u>8.015.431</u>	<u>83.181</u>	<u>5.121.593</u>
Diferenças de consolidação (Nota 9)	8.685.939	651.388		9.337.327
Interesses minoritários	11.809			11.809
Provisão constituída em exercícios anteriores em resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial	775.929			775.929
Preço de aquisição	<u>6.496.658</u>	<u>8.666.819</u>		<u>15.246.658</u>
Pagamentos efectuados	6.496.658	1.550.000		8.046.658
Montantes a pagar no futuro		7.200.000		7.200.000
	<u>6.496.658</u>	<u>8.750.000</u>		<u>15.246.658</u>
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição				
Pagamentos efectuados	6.496.658	1.550.000		8.046.658
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(974.431)	(7.339.573)		(8.314.004)
	<u>5.522.227</u>	<u>(5.789.573)</u>		<u>(267.346)</u>
Participações adicionais adquiridas em filiais				31.595
				<u>(235.751)</u>

Os impactos das aquisições acima na demonstração dos resultados consolidados foram os seguintes:

Proveitos operacionais	117.436.998
Custos operacionais	(116.039.874)
Resultado financeiro	(191.559)
	Resultado antes de impostos
Imposto sobre o rendimento	1.205.565
	(786.528)
	Resultado líquido
	<u>419.037</u>

Caso as aquisições efectuadas tivessem sido reportadas a 1 de Janeiro de 2006 o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 viria alterado em 288.357 Euros e os proveitos operacionais viriam aumentados em 6.423.345 Euros.



7. CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.11, foram classificados como segue:

Activos Financeiros

31 de Dezembro de 2007

	Nota	Empréstimos e contas a receber	Disponíveis para venda	Activos registados a justo valor por resultados	Derivados de cobertura (Nota 23)	Sub-total	Activos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
Activos não correntes								
Outros investimentos	10	240.000	759.170			999.170		999.170
Outros activos não correntes	11	1.820.126				1.820.126		1.820.126
		<u>2.060.126</u>	<u>759.170</u>			<u>2.819.296</u>		<u>2.819.296</u>
Activos correntes								
Clientes	13	32.409.579				32.409.579		32.409.579
Outras dívidas de terceiros	14	121.819.762				121.819.762		121.819.762
Outros activos correntes	16	11.829.490				11.829.490	11.662.689	23.492.179
Outros investimentos financeiros	10	56.093.108		1.971	1.113.658	57.208.737		57.208.737
Caixa e equivalentes de caixa	18	67.853.490		1.971	1.113.658	67.853.490		67.853.490
		<u>290.005.429</u>		<u>1.971</u>	<u>1.113.658</u>	<u>291.121.058</u>	<u>11.662.689</u>	<u>302.783.747</u>
Total		292.065.555	759.170	1.971	1.113.658	293.940.354	11.662.689	305.603.043

31 de Dezembro de 2006

	Nota	Empréstimos e contas a receber	Disponíveis para venda	Activos registados a justo valor por resultados	Derivados de cobertura (Nota 23)	Sub-total	Activos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
Activos não correntes								
Outros investimentos	10	900.000	33.330.053			34.230.053		34.230.053
Outros activos não correntes	11	1.825.831				1.825.831		1.825.831
		<u>2.725.831</u>	<u>33.330.053</u>			<u>36.055.884</u>		<u>36.055.884</u>
Activos correntes								
Clientes	13	30.300.343				30.300.343		30.300.343
Outras dívidas de terceiros	14	75.878.963				75.878.963		75.878.963
Outros activos correntes	16	4.487.426				4.487.426	7.827.839	12.315.265
Investimentos detidos para negociação	10	33.211.904		49.458		33.261.362		33.261.362
Caixa e equivalentes de caixa	18	359.415.148		49.458		359.415.148		359.415.148
		<u>503.293.784</u>		<u>49.458</u>		<u>503.343.242</u>	<u>7.827.839</u>	<u>511.171.081</u>
Total		506.019.615	33.330.053	49.458		539.399.126	7.827.839	547.226.965

Passivos Financeiros

31 de Dezembro de 2007

	Nota	Passivos registados a justo valor por resultados	Outros passivos financeiros	Sub-total	Passivos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
Passivos não correntes						
Empréstimos bancários	21	1.100.672.731	1.100.672.731			1.100.672.731
Empréstimos obrigacionistas	22	5.554.636	5.554.636			5.554.636
Credores por locações financeiras	22	276.330	276.330			276.330
Outros empréstimos	21	10.830.596	10.830.596	1.872.010		12.702.606
Outros passivos não correntes	24		1.117.334.293	1.117.334.293	1.872.010	1.119.206.303
Passivos correntes						
Empréstimos bancários	21	83.834.903	83.834.903			83.834.903
Credores por locações financeiras	22	6.783.670	6.783.670			6.783.670
Outros empréstimos	21	281.123	36.229	317.352		317.352
Fornecedores	26	835.856.284	835.856.284			835.856.284
Outras dívidas a terceiros	27	80.848.547	80.848.547			80.848.547
Outros passivos correntes	24	144.777.374	144.777.374	2.690.269		147.467.643
		<u>281.123</u>	<u>1.152.137.007</u>	<u>1.152.418.130</u>	<u>2.690.269</u>	<u>1.155.108.399</u>
Total		281.123	2.269.471.300	2.269.752.423	4.562.279	2.274.314.702

31 de Dezembro de 2006	Passivos registados a justo valor por resultados	Outros passivos financeiros	Sub-total	Passivos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
Passivos não correntes					
Empréstimos bancários	21	593.166.278	593.166.278		593.166.278
Empréstimos obrigacionistas	21				
Credores por locações financeiras	22	8.051.112	8.051.112		8.051.112
Outros empréstimos	21	313.779	313.779		313.779
Outros passivos não correntes	24	10.767.334	10.767.334	2.234.466	13.001.800
		612.298.503	612.298.503	2.234.466	614.532.969
Passivos correntes					
Empréstimos bancários	21	163.539.818	163.539.818		163.539.818
Empréstimos obrigacionistas	21				
Credores por locações financeiras	22	4.195.233	4.195.233		4.195.233
Outros empréstimos	21	116.043	12.284	128.327	128.327
Fornecedores	26	637.520.855	637.520.855		637.520.855
Outras dívidas a terceiros	27	77.110.117	77.110.117		77.110.117
Outros passivos correntes	28	83.369.047	83.369.047	2.970.651	86.339.698
		116.043	965.747.354	965.863.397	2.970.651
Total		116.043	1.578.045.857	1.578.161.900	5.205.117
					1.583.367.017

A 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 os instrumentos financeiros registados a justo valor por resultados correspondem apenas a instrumentos financeiros derivados que não se qualificam como de cobertura.

8. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS

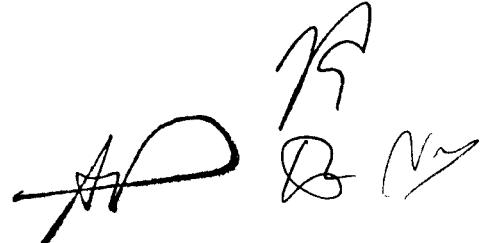
Durante os exercícios de 2007 e 2006 o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas e incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Imobilizações corpóreas - Exercício de 2007

	Terrenos e edifícios	Equipamento báscio	Equipamento Transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Taros e vasilhame	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizado em curso a)	Adiantamentos Imobilizado corpóreo b)	Total corpóreo
Activo bruto:										
Saldo inicial	1.027.788.651	479.043.575	15.346.401	96.146.283	8.310.375	80.429	2.006.122	29.402.940	17.147.589	1.675.281.375
Variações do perímetro - Aquisições	249.123.401	38.721.989	1.580.910	6.937.941	18.401.874	-	-	57.869.991		372.636.108
Variações do perímetro - Alienações	(9.928.909)									(9.928.909)
Investimento	19.776.057	1.356.472	193.909	1.887.220	36.629	-	-	178.083.396	20.475.574	219.809.257
Desinvestimento c)	(20.919.134)	(12.825.079)	(685.495)	(5.638.660)	(117.845)	(13.862)	(296.020)	(537.922)	-	(41.033.817)
Efeito da conversão cambial	330.893	81.728	4.190	45.018	-	-	-	9.189		471.019
Transferências / abates d)	54.910.980	80.114.113	1.085.925	1.909.329	3.196.795	-	(384)	(137.260.170)	(23.218.797)	(19.282.209)
Saldo final	1.321.081.939	586.492.798	17.525.840	101.287.132	29.837.028	86.567	1.709.718	125.567.424	14.404.376	2.197.972.822
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas										
Saldo Inicial	128.715.051	224.445.608	12.011.068	58.138.134	4.544.535	80.429	1.824.070	-	-	429.758.895
Variações do perímetro - Aquisições	50.162.578	20.137.861	1.057.883	5.345.648	14.072.537	-	-	-	-	90.776.487
Depreciação do exercício	17.525.551	46.228.506	1.165.413	9.457.540	1.852.113	-	47.054	-	-	76.276.177
Desinvestimento	(2.368.778)	(9.411.081)	(654.067)	(4.682.029)	(100.334)	(13.862)	(296.020)	(295.921)	-	(17.524.072)
Efeito da conversão cambial	13.174	16.124	1.074	9.523	-	-	-	-	-	39.895
Transferências / abates	(12.347)	(2.569.703)	(12.416)	(2.956.705)	(6.485)	-	(9.610)	-	-	(5.570.286)
Saldo final	194.037.229	278.847.315	13.568.935	65.309.111	20.362.366	66.567	1.565.593	-	-	573.757.116
Valor líquido	1.127.044.710	307.845.483	3.956.905	35.978.021	9.474.662	-	144.125	125.567.424	14.404.376	1.624.215.706

Imobilizações incorpóreas - Exercício de 2007

	Despesas de desenvolvimento	Propriedade Indust. e outros direitos	Software	Trespasses	Outras imobilizações incorpóreas	Imobilizado em curso a)	Adiantamentos Imobilizado incorpóreo b)	Total incorpóreo
Activo bruto:								
Saldo inicial	464.840	83.989.039	98.303.747	13.908.707	-	13.319.370	275.000	210.260.703
Variações do perímetro - Aquisições			1.300.626					1.300.626
Investimento	1.217	1.076.817	71.056			14.762.392	(40.491)	15.911.482
Desinvestimento								10.652
Efeito da conversão cambial			10.652					
Transferências/Abates	3.450	3.538.097	7.875.520	(44.892)	(11.777.932)	(275.000)		(680.757)
Saldo final	469.507	88.603.963	107.561.601	13.863.815	-	16.263.339	-	226.782.215
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas								
Saldo inicial	148.308	3.328.177	44.882.011	12.736.678	-	-	-	61.096.174
Variações do perímetro - Aquisições			685.610					685.610
Depreciação do período	93.685	1.860.365	8.549.643	268.928				10.772.621
Desinvestimento								-
Efeito da conversão cambial			3.431					3.431
Transferências/Abates	(13.860)	(296.134)	(44.892)					(354.886)
Saldo final	241.893	5.175.682	53.824.561	12.960.714	-	-	-	72.202.950
Valor líquido	227.514	83.428.271	53.737.040	903.101	-	16.263.339	-	154.559.265



- a) Os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Imobilizado em curso corpóreo e incorpóreo", referem-se aos seguintes projectos:

	31.12.2007	31.12.2006
Remodelação e Expansão do parque de lojas	122.900.793	27.214.918
Licenças de instalação	4.467.338	3.352.407
Projectos informáticos	<u>11.726.539</u>	<u>8.752.631</u>
	<u>139.094.670</u>	<u>39.319.956</u>

O aumento da rubrica "Remodelação e expansão do parque de lojas" é em grande medida explicado pela aquisição do Continente Hipermercados, S.A., que contribui com o montante de 57.582.766 Euros.

- b) Os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas", referem-se fundamentalmente a projectos de lojas Modelo e Continente para os quais foram efectuados os respectivos adiantamentos.
- c) Os valores mais significativos registados como "Desinvestimento", na rubrica "Terrenos e Edifícios", referem-se à alienação, de galerias comerciais adjacentes às lojas Modelo em Albufeira e Portimão, no valor líquido de aproximadamente 18.550.000 Euros.

Estas alienações deram origem ao reconhecimento de ganhos no montante de aproximadamente 13,5 milhões de Euros no período findo em 31 de Dezembro de 2007, os quais se encontram registados na rubrica "Outros proveitos operacionais".

- d) A rubrica de transferências inclui a transferência de terrenos e edifícios no valor de 6.006.580 Euros relativos a terrenos, para os quais existiam já contratos de promessa de compra e venda.

Esta rubrica inclui ainda 2.400.000 Euros relativos a adiantamentos efectuados em exercícios anteriores e que foram recebidos em resultado da rescisão de contrato respectivo.

Imobilizações corpóreas - exercício de 2006

	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Equipamento Transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Tara e vasilhame	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizado em curso a)	Adiantamentos corpóreos b)	Total corpóreo
Activo bruto:										
Saldo inicial	978.230.779	405.610.342	14.117.345	89.651.881	5.710.422	80.429	1.950.524	38.286.374	5.848.553	1.538.486.849
Variações do perímetro - Aquisições	10.867.929	1.806.960	-	2.103.400	92.475	-	87.713	1.467.690	887.860	17.114.027
Investimento	14.186.123	1.307.352	89.371	5.104.729	42.819	-	632.350	136.010.175	10.411.186	167.784.105
Desinvestimento	(20.839.853)	(16.162.273)	(510.542)	(1.477.901)	(81.621)	-	(32.657)	(133.308)	-	(39.238.155)
Efeito da conversão cambial	(151.002)	(28.885)	(1.427)	(13.490)	-	-	33	(4.013)	-	(198.784)
Transferências / abates	45.494.675	88.710.079	1.651.654	777.864	2.555.280	-	(631.841)	(146.223.978)	-	(9.666.467)
Saldo final	1.027.788.651	479.043.575	15.346.401	96.146.283	8.319.375	80.429	2.006.122	29.402.840	17.147.599	1.675.281.375
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas										
Saldo inicial	111.186.506	198.616.711	11.511.048	53.789.753	3.401.061	80.429	1.758.334	-	-	360.323.842
Variações do perímetro - Aquisições	479.243	438.036	-	1.156.155	8.514	-	58.986	-	-	2.138.934
Depreciação do exercício	16.879.167	40.167.142	975.817	10.263.167	1.207.842	-	45.452	-	-	69.538.587
Desinvestimento	(156.148)	(12.249.774)	(456.175)	(1.108.825)	(75.916)	-	(32.657)	-	-	(14.079.495)
Efeito da conversão cambial	(8.336)	(4.285)	(262)	(2.607)	-	-	-	-	-	(15.490)
Transferências / abates	334.619	(2.522.222)	(19.360)	(5.939.509)	3.034	-	(4.045)	-	-	(8.147.483)
Saldo final	126.715.051	224.445.808	12.011.068	58.138.134	4.544.535	80.429	1.824.070	-	-	429.758.895
Valor líquido	899.073.600	254.597.967	3.335.333	38.008.149	3.774.840	-	182.052	29.402.840	17.147.599	1.245.522.480

Imobilizações Incorpóreas - exercício de 2006

	Despesas de desenvolvimento	Propriedade Indusl. e outros direitos (c)	Software	Trespasses	Outras Imobilizações Incorpóreas	Imobilizado em curso a)	Adiantamentos Imobilizado incorpóreo b)	Total incorpóreo
Activo bruto:								
Saldo inicial	369.198	3.930.825	86.413.655	11.679.303		7.374.640		108.767.621
Variações do perimetro - Aquisições		28.400	1.498.648	3.051.103		626.982		5.203.133
Investimento		75.307.566	114.140	50.000		19.144.076	459.500	95.075.282
Desinvestimento			(2.478)					(2.478)
Efeito da conversão cambial			(3.113)					(3.113)
Transferências/Abates	95.642	4.724.248	10.282.895	(871.699)		(13.826.328)	(184.500)	220.258
Saldo final	464.840	83.989.039	98.303.747	13.908.707	-	13.319.370	275.000	210.260.703
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas								
Saldo inicial	71.896	1.813.564	35.776.724	10.390.161				48.052.345
Variações do perimetro - Aquisições		19.870	797.700	1.469.318				2.286.688
Depreciação do período	76.412	910.988	8.882.504	932.250				10.802.154
Desinvestimento			(826)					(826)
Efeito da conversão cambial			(946)					(946)
Transferências/Abates		584.955	(573.145)	(55.051)				(43.241)
Saldo final	148.308	3.329.177	44.882.011	12.736.678	-	-	-	61.096.174
Valor líquido	318.532	80.659.862	53.421.736	1.172.029	-	13.319.370	275.000	149.164.529

- e) Os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Imobilizado em curso corpóreo e incorpóreo", referem-se aos seguintes projectos:

	31.12.06	31.12.05
Remodelação e Expansão de lojas em Portugal	27.214.918	36.850.888
Licenças de instalação	3.352.407	3.621.399
Projectos informáticos	<u>8.752.631</u>	3.113.895
	<u>39.319.956</u>	<u>43.586.182</u>

- f) Os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas", referem-se fundamentalmente a projectos de lojas Modelo e Continente para os quais foram efectuados os respectivos adiantamentos.
- g) Durante o primeiro semestre de 2006, o Grupo adquiriu à Sonae, SGPS, S.A. um conjunto de marcas comerciais, incluindo a marca Continente, pelo montante global de 75.000.000 Euros.

Este conjunto de marcas foi classificado como um activo intangível com vida útil indefinida pelo que não se encontra a ser amortizado.

9. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o movimento ocorrido na rubrica das diferenças de consolidação, bem como nas respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31.12.2007	31.12.2006
Valor Bruto:		
Saldo inicial	63.980.187	47.164.598
Novas empresas no consolidado (nota 6)	<u>505.225.085</u>	9.337.327
Transferências	-	7.478.262
Diminuições	<u>(3.927.845)</u>	
Saldo final	<u>565.277.427</u>	<u>63.980.187</u>
 Perdas por imparidade acumuladas (nota 19):		
Saldo inicial	2.838.583	-
Aumentos	-	2.838.583
Diminuições	<u>(1.464.357)</u>	-
Saldo final	<u>1.374.226</u>	<u>2.838.583</u>
Valor líquido	<u>563.903.201</u>	<u>61.141.604</u>

As diferenças de consolidação não são amortizadas. São efectuados testes de imparidade das diferenças de consolidação com periodicidade anual.



O valor das diminuições corresponde ao valor das diferenças de consolidação para as quais tinham sido registadas perdas de imparidade em exercícios anteriores, bem como o montante da diferença de consolidação que foi abatido na sequência da alienação por parte de uma filial de activos corpóreos adquiridos em data anterior à sua aquisição no valor de 2.463.488 Euros, e que foi registado por contrapartida da rubrica de "Outros proveitos operacionais - Ganhos em imobilizações corpóreas e incorpóreas".

Na aquisição do Continente Hipermercados (Ex-Carrefour), não foi feito o exercício de imputação de justo valor, em virtude da aquisição ocorrer em 31 de Dezembro, foi registado goodwill no montante de 504.847.714 Euros, valor a ajustar até final do exercício de 2008.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o valor líquido das diferenças de consolidação pode ser detalhado como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Base alimentar	21.439.730	21.439.730
Base não alimentar	27.351.895	27.351.895
Imobiliárias com rendimento	9.886.491	9.886.491
Imobiliárias sem rendimento	377.371	2.463.488
	<u>59.055.487</u>	<u>61.141.604</u>
Continente Hipermercados	504.847.714	
Total	<u>563.903.201</u>	61.141.604

10. OUTROS INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 esta rubrica pode ser decomposta como segue:

	31.12.2007		31.12.2006	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
Outros Investimentos Financeiros				
Saldo em 1 de Janeiro	33.804.781	33.211.904	54.278.095	10.500.000
Aquisições durante o exercício	4.988	6.444.626	11.335.309	1.512.346
Alienações durante o exercício	(523.913)	(16.063.792)	(11.308.993)	(778.925)
Aumento/(diminuição) no justo valor			1.921.716	(442.863)
Transferências	(32.500.370)	32.500.370	(22.421.346)	22.421.346
Saldo em 31 de Dezembro	785.486	56.093.108	33.804.781	33.211.904
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 29)	(26.316)	-	(474.728)	-
	<u>759.170</u>	<u>56.093.108</u>	<u>33.330.053</u>	<u>33.211.904</u>
Instrumentos Financeiros derivados				
Justo valor em 1 de Janeiro	-	49.458	-	60.475
Aquisições durante o exercício	-	1.971	-	49.458
Alienações durante o exercício	-	(49.458)	-	(60.475)
Aumento/(diminuição) no justo valor	-	1.113.658	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	-	1.115.629	-	49.458
Adiantamentos para investimentos Financeiros				
Saldo em 1 de Janeiro	900.000	-	-	-
Aquisições concretizadas durante o período	-	-	900.000	-
Transferencias	(660.000)	-		
Saldo em 31 de Dezembro	240.000	-	900.000	-
Total em outros Investimentos Financeiros	<u>999.170</u>	<u>57.208.737</u>	<u>34.230.053</u>	<u>33.261.362</u>

O detalhe dos outros investimentos financeiros é como segue:

- a) 759.170 Euros (1.316.522 Euros em 31 de Dezembro de 2006), corresponde fundamentalmente a Investimentos em empresas não cotadas e cujo justo valor não foi estimado por não ser mensurável de forma fiável, mantém-se ao custo de aquisição deduzidos de eventuais perdas de imparidade.



- b) 56.093.108 Euros (65.000.740 Euros em 31 de Dezembro de 2006), relativos a montantes depositados numa Escrow Account e que se encontram aplicados em Unidades de Participação num fundo de investimento monetário de rating superior, que surgem como garantias das responsabilidades contratuais assumidas pelo Grupo na venda da Sonae Distribuição Brasil, S.A. e para as quais foram constituídas provisões (Nota 29).

11. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos outros activos não correntes em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é o seguinte:

	31.12.2007	31.12.2006
Empréstimos concedidos a empresas associadas	1.015.475	1.006.538
Clientes e outros devedores	804.651	819.293
	<u>1.820.126</u>	<u>1.825.831</u>

O valor registado em empréstimos concedidos a empresas associadas vence juros à taxa de mercado e não se encontram vencidos.

Os valores registados em Clientes e outros devedores não correntes, correspondem fundamentalmente a Depósitos judiciais efectuados por uma filial brasileira, para os quais se encontram registados os correspondentes passivos na rubrica "Outras dívidas a terceiros" (Nota 24), não apresentando maturidade definida.

12. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2007	31.12.2006
Mercadorias	473.962.389	352.193.769
Perdas de imparidade acumuladas em existências (nota 29)	<u>(16.095.728)</u>	<u>(11.542.472)</u>
	<u>457.866.661</u>	<u>340.651.297</u>

O custo das vendas nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, foi apurado como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Existências iniciais	352.193.769	335.902.568
Variação de perímetro-Aquisições	37.274.615	
Compras	2.604.690.994	2.346.937.968
Regularizações de existências	4.633.499	7.864.634
Existências finais	<u>473.962.389</u>	<u>352.193.769</u>
Perdas de imparidade (Nota 29)	<u>2.515.563.490</u>	<u>2.322.782.133</u>
	<u>1.754.065</u>	<u>846.000</u>
	<u>2.517.317.555</u>	<u>2.323.628.133</u>

Os montantes inscritos na rubrica de 'Regularizações de existências', em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, referem-se, essencialmente, a regularizações do montante de descontos concedidos ou a conceder por fornecedores, que estão incluídas no valor de existências.



13. CLIENTES

O detalhe de clientes em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é o seguinte:

	31.12.2007	31.12.2006
Clientes correntes	33.218.618	30.296.646
Clientes de cobrança duvidosa	11.962.348	11.170.837
	45.180.966	41.467.483
Perdas de imparidade acumuladas (nota 29)	(12.771.387)	(11.167.140)
	32.409.579	30.300.343

A rubrica de Clientes correntes inclui 15.549.379 Euros (10.578.449 Euros em 31 de Dezembro de 2006) relativo a clientes das agências de viagens, bem como 11.231.975 Euros (12.508.142 Euros em 31 de Dezembro de 2006), relativo a vendas por grosso a empresas relacionadas.

Os valores apresentados acima correspondem fundamentalmente a dívidas originadas pelo curso normal da actividade do Grupo. Os montantes apresentados no balanço são líquidos de perdas de imparidade, pelo que o valor registado em Clientes representa um valor próximo do seu justo valor uma vez que os mesmos não vencem juros e o efeito de desconto é considerado imaterial.

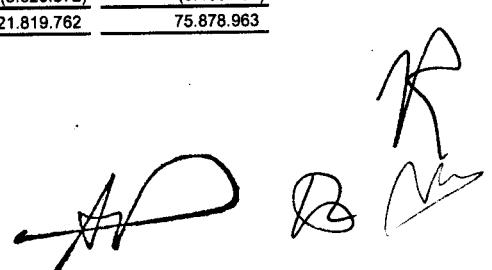
A 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

	Clientes	
	31.12.2007	31.12.2006
Não vencido	20.174.169	6.922.610
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 30 dias	2.404.680	14.942.547
30 - 90 dias	4.932.343	6.225.758
+ 90 dias	4.493.884	1.629.619
	<u>11.830.907</u>	<u>22.797.924</u>
Vencido com registo de imparidade		
0 - 90 dias	77.339	155.470
90 - 180 dias	204.254	116.578
180 - 360 dias	660.725	978.645
+ 360 dias	12.233.572	10.496.256
	<u>13.175.890</u>	<u>11.746.949</u>
Total	<u>45.180.966</u>	<u>41.467.483</u>

14. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

O detalhe das outras dívidas de terceiros em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é o seguinte:

	31.12.2007	31.12.2006
Outros devedores		
a) Fornecedores c/c-saldos devedores	66.725.484	27.974.728
Vendas de imobilizado	747.614	8.148.867
b) Vendas c/ créditos s/ terceiros	5.536.607	4.226.904
Subsídios à Exploração	1.434.458	1.999.584
Regime esp.reg.dívidas ao Fisco e Seg.Social(Dec.Lei 248-A)	14.576.053	14.576.053
Iva-Imóveis	2.887.859	15.533.273
Acerto de preço na aquisição de participações financeiras (nota 6)	30.414.000	
Outros	7.737.240	9.549.364
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	<u>381.319</u>	<u>333.380</u>
	<u>130.440.634</u>	<u>82.342.153</u>
Perdas de imparidade acumuladas (nota 29)	(8.620.872)	(6.463.190)
Total de instrumentos financeiros (Nota 7)	<u>121.819.762</u>	<u>75.878.963</u>



- a) Os saldos devedores de fornecedores incluem o valor aproximado de 12 milhões de Euros relativo ao pagamento adiantado de IVA de processos de importações em curso.
- b) Corresponde a vendas efectuadas para as quais foram recebidas formas de pagamento emitidas por terceiros, nomeadamente vales, tickets ou instrumentos similares.

Em Dezembro de 2006 a rubrica "Outros", incluía o montante de 4.425.465 Euros a receber relativo à venda de filiais, montante que foi recebido durante o exercício de 2007.

A 31 de Dezembro de 2007 e de 2006, a antiguidade dos saldos de Outras dívidas de terceiros pode ser analisada como segue:

	Fornecedores c/c saldos devedores		Outros devedores diversos	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
Não vencido	3.855.045	58.373	48.865.428	17.940.644
Vencido mas sem registo de imparidade				
0 - 30 dias	19.872.653	16.967.675	4.203.042	1.775.200
30 - 90 dias	30.218.156	5.196.294	8.784.758	8.628.502
+ 90 dias	3.675.137	867.750	1.143.910	25.967.752
	53.765.946	23.031.719	14.131.710	36.371.454
Vencido com registo de imparidade				
180 - 360 dias	1.444.067	1.230.574	509.848	16.988
+ 360 dias	7.660.426	3.654.062	208.164	38.339
	9.104.493	4.884.636	718.012	55.327
	66.725.484	27.974.728	63.715.150	54.367.425

Os devedores que não estão vencidos não apresentam qualquer sinal de imparidade, o valor contabilístico dos activos líquidos de imparidades é considerado como estando próximo do seu justo valor.

O montante relacionado com o Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco e Segurança Social, corresponde basicamente a impostos pagos, que foram reclamados junto das autoridades competentes, sendo entendimento do Conselho de Administração que as reclamações apresentadas terão um desfecho favorável para o Grupo facto pelo qual não registou qualquer perda por imparidade relativamente a estes activos.

A rubrica Subsídios à Exploração corresponde a montantes a receber de entidades governamentais a título de subsídios à exploração, fundamentalmente para fazer face a custos com formação. Durante o exercício foram reconhecidos proveitos no montante de 182.473 Euros relacionados com estes subsídios (Nota 36).

15. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica Estado e outros entes públicos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é o seguinte:

Valores devedores	31.12.2007	31.12.2006
Imposto sobre o rendimento	13.256.014	15.165.745
Imposto sobre o valor acrescentado	36.910.417	42.325.229
Outros Impostos	901.429	791.838
	51.067.860	58.282.812

Valores credores	31.12.2007	31.12.2006
Imposto sobre o rendimento	6.388.566	7.875.537
Imposto sobre o valor acrescentado	25.828.419	29.069.914
Retenção na Fonte - IRS trabalho dependente	3.055.163	1.444.148
Contribuições para a Segurança Social	8.206.536	6.265.659
Outros Impostos e Retenção na Fonte	743.623	61.862
	44.222.307	44.717.120

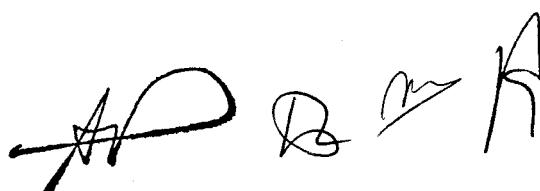
16. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe dos outros activos correntes em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, é o seguinte:

	31.12.2007	31.12.2006
Receitas comerciais	4.222.318	3.341.600
Juros a receber	741.938	444.314
Comissões a receber	6.865.234	701.512
Total instrumentos financeiros (Nota 7)	11.829.490	4.487.426
Sinistros	231.480	314.225
Rendas	3.259.833	2.922.485
Serviços de gestão de condomínios	1.684.282	1.596.516
Seguros	2.058.068	969.948
Outros	4.429.026	2.024.665
	23.492.179	12.315.265

Na rubrica "Outros" inclui IVA a recuperar relativo às operações das agências de viagens de acordo com o D.L. 221/85 no montante de 1.127.913 Euros.

Os montantes identificados como activos financeiros correspondem a valores ainda não debitados aos terceiros respectivos mas que apresentam suporte contratual e que não se encontram vencidos.



17. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
Imputação do justo valor em aquisição filiais	-	-	1.943.455	1.588.037
Homogeneização de amortizações	70.513	181.106	29.290.837	27.903.609
Provisões e perdas por imparidade de activos não aceites fiscalmente	4.320.121	4.270.132	-	-
Anulação de imobilizações	9.517.092	9.340.215	-	-
Anulação de custos diferidos	9.644	20.165	32.267	43.932
Valorização de instrumentos derivados	74.497	30.751	194.556	13.106
Mais/menos-valias reinvestidas	-	-	2.394.039	3.512.705
Reavaliações de imobilizado corpóreo reintegrável	-	-	2.523.410	2.328.427
Diferenças de cambio não tributadas	-	-	44.754	1.595.373
Prejuízos fiscais reportáveis	8.010.720	9.570.879	-	-
Outros	283.633	-	-	-
	22.286.220	23.413.248	36.423.318	36.985.189

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos activos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foi como segue:

	31.12.2007		31.12.2006	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Saldo inicial	23.413.248	36.985.189	24.126.376	37.487.973
Efeito em resultados:				
Anulação de imobilizações incorpóreas	59.661	-	(1.097.634)	-
Anulação de imobilizações corpóreas	(421.461)	-	(275.560)	-
Reavaliações	-	(97.355)	-	(669.661)
Homogeneização de amortizações	(110.591)	1.384.243	(67.181)	(155.031)
Anulação de acréscimos e diferimentos	(10.516)	(11.665)	(16.459)	44.592
Provisões do exercício não aceites para efeitos fiscais	(760.889)	-	1.461.770	-
Imparidade de activos	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados	43.746	(12.584)	(15.826)	(3.030)
Prejuízos fiscais reportáveis	(1.537.964)	-	(281.319)	-
Mais/menos valias reinvestidas	-	(1.118.666)	-	(81.669)
Diferenças de câmbio não tributadas em filiais brasileiras	-	(1.642.013)	-	1.644.410
Efeito de variação de taxa de imposto	-	-	(1.407.762)	(1.190.259)
Outros	276.716	-	-	-
	(2.461.298)	(1.498.040)	(1.699.971)	(410.648)
Efeito em reservas:				
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	-	194.034	-	-
Efeito de conversão cambial	98.303	94.392	(49.075)	(49.957)
Efeito de variação de taxa de imposto	-	-	-	(35.231)
Outros	-	-	-	(7.076)
	98.303	288.426	(49.075)	(92.264)
Efeito de Variação de Perímetro (Nota 6)				
Aquisições	750.594	292.337	1.035.918	128
Imputação de justo valor em aquisição de filiais	1.396.134	355.418	-	-
Alienações	(910.761)	(12)	-	-
	1.235.967	647.743	1.035.918	128
Saldo final	22.286.220	36.423.318	23.413.248	36.985.189

Em impostos diferidos está incluído o valor de 2.342.238 Euros (1.182.646 Euros em 31 de Dezembro de 2006) referente a crédito de imposto auferido pela empresa no exercício em resultado do recebimento dos rendimentos das unidades de participação de Fundos de Investimento Imobiliário.



De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam impostos diferidos activos por prejuízos fiscais, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, utilizando para o efeito as taxas de câmbio naquelas datas, os mesmos eram reportáveis como segue:

	31-12-2007			31-12-2006		
	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2000			2006	16.638	4.160	2006
Gerados em 2001			2007	2.509.559	627.389	2007
Gerados em 2002	12.423.840	3.105.960	2008	12.905.938	3.226.484	2008
Gerados em 2003	9.065.672	2.266.418	2009	10.304.696	2.576.173	2009
Gerados em 2004	1.567.260	391.815	2010	3.172.510	793.128	2010
Gerados em 2005	7.341.505	1.835.377	2011	7.435.642	1.858.911	2011
Gerados em 2006	387.074	96.768	2012	362.870	90.718	2012
Gerados em 2007	1.257.531	314.383	2013	-	-	-
	<u>32.042.882</u>	<u>8.010.721</u>		<u>36.707.853</u>	<u>9.176.963</u>	
Sem limite de data de utilização						
				1.158.580	393.916	
	<u>32.042.882</u>	<u>8.010.721</u>		<u>37.866.433</u>	<u>9.570.879</u>	

Foram avaliados os activos por impostos diferidos a reconhecer, os quais só foram registados na medida em que é provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis ou até à concorrência de passivos por impostos diferidos que sejam registados pela mesma entidade e que cuja reversão seja expectável que ocorra na mesma data. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo Sonae Distribuição, periodicamente revistos e actualizados, e nas oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2007 existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 91.117.181 Euros (166.813.143 Euros em 31 de Dezembro de 2006), cujos activos por impostos diferidos não se encontram registados numa óptica de prudência.

	31-12-2007			31-12-2006		
	Prejuízo fiscal	Crédito por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito por impostos diferidos	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2002	1.814.987	453.747	2008	3.661.629	915.408	2007
Gerados em 2003	200.291	50.074	2009	3.871.960	967.991	2008
Gerados em 2004	329.687	82.422	2010	1.675.290	418.823	2009
Gerados em 2005	36.519.737	9.129.934	2011	1.521.758	380.440	2010
Gerados em 2006	161.837	40.459	2012	146.488.121	36.622.030	2011
Gerados em 2007	24.379.231	6.094.808	2013	340.626	85.156	2012
	<u>63.405.770</u>	<u>15.851.444</u>		<u>157.559.384</u>	<u>39.389.848</u>	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima						
	19.571.433	5.619.101		9.250.041	3.237.514	
Sem limite de data de utilização						
	<u>8.139.978</u>	<u>2.767.592</u>		<u>3.718</u>	<u>1.264</u>	
	<u>91.117.181</u>	<u>24.238.137</u>		<u>166.813.143</u>	<u>42.628.626</u>	

18. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31.12.2007	31.12.2006
Numerário	5.723.805	3.396.197
Depósitos bancários	62.094.598	355.570.923
Aplicações de tesouraria	35.087	448.028
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	67.853.490	359.415.148
Descobertos bancários (nota 21)	(3.584.549)	(1.724.154)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	64.268.941	357.690.994

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de empréstimos bancários.

19. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Capital Social

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.100.000.000 acções ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada uma.

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

Entidade	%
Sonae, SGPS, S.A.	74,98
Sonae Investments, BV	15,93
Acções Próprias	9,09

Em 31 de Dezembro de 2007, a Efanor Investimentos, SGPS, S.A. e suas filiais detinham 52,94% das acções representativas do capital social da Sonae, SGPS, S.A..

Acções Próprias

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o detalhe das acções próprias era o seguinte:

	31.12.2007	31.12.2006
Acções Próprias - Valor nominal	100.000.000	100.000.000
Acções Próprias - Prémios, descontos	105.000.000	105.000.000
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	205.000.000	205.000.000

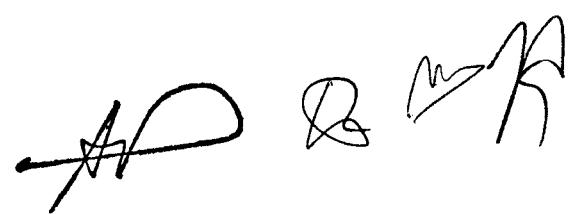
Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 o Grupo adquiriu 100.000.000 de acções próprias com um custo de 2,05 Euros/acção às empresas detentoras do seu capital social: Sonae, SGPS, S.A. (52.800.000 acções) e Sonae Investments, BV (47.200.000 acções).

Reservas e Resultados Transitados

	31.12.2007	31.12.2006
Reservas Legais	95.000.000	90.200.000
Reservas de Conversão	1.104.622	510.709
Sub-total	<u>96.104.622</u>	<u>90.710.709</u>
Reservas nos termos do art.º 324 CSC	205.000.000	205.000.000
Reservas de justo valor	-	42.500
Reservas de cobertura	(538.169)	-
Outras reservas e resultados acumulados	(524.010.895)	(603.724.258)
Sub-total	<u>(319.549.064)</u>	<u>(398.681.758)</u>
Total	<u>(223.444.442)</u>	<u>(307.971.049)</u>

Em 31 de Dezembro de 2007, a Empresa apresenta 95.000.000 Euros (90.200.000 Euros em 31 de Dezembro de 2006) relativos a reservas legais, as quais não podem ser objecto de distribuição aos accionistas a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas em capital.

Em resultado da aquisição de acções próprias, a Empresa tornou indisponível nos termos do art. 324º do Código das Sociedades Comerciais, reservas livres de montante igual ao custo de aquisição das referidas acções próprias. Esta reserva só poderá ser movimentada após a extinção ou alienação das referidas acções próprias para Sociedade que não se encontre em relação de domínio ou de grupo.



A rubrica "Reservas de cobertura" inclui o montante de justo valor dos instrumentos financeiros derivados classificados como de cobertura de fluxos de caixa na componente eficaz da cobertura, líquido do respectivo efeito fiscal.

20. INTERESSES MINORITÁRIOS

Os movimentos desta rubrica durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foram os seguintes:

	31.12.2007	31.12.2006
Saldo inicial em 1 de Janeiro	10.930.910	8.717.734
Variações de capitais próprios - Aquisição filial	116.869	31.182
Distribuição de Dividendos	(10.256)	
Outros	(264.680)	
Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários	1.323.631	2.181.994
Saldo final em 31 de Dezembro	<u>12.096.474</u>	<u>10.930.910</u>

21. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31.12.2007				31.12.2006			
	Valor Contabilístico	Valor nominal	Valor Contabilístico	Valor nominal	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários	80.250.354	-	80.250.354	-	161.815.664	-	161.815.664	-
Empréstimos obrigacionistas	-	1.100.672.731	-	1.106.925.000	-	593.166.278	-	597.000.000
Descobertos bancários (Nota 18)	3.584.549	-	3.584.549	-	1.724.154	-	1.724.154	-
	<u>83.834.903</u>	<u>1.100.672.731</u>	<u>83.834.903</u>	<u>1.106.925.000</u>	<u>163.539.818</u>	<u>593.166.278</u>	<u>163.539.818</u>	<u>597.000.000</u>
Outros empréstimos	36.229	276.330	36.229	276.329	12.285	313.779	12.285	313.779
Instrumentos finanç. Derivados (Nota 23)	281.123	-	-	-	116.043	-	-	-
	<u>317.352</u>	<u>276.330</u>	<u>36.229</u>	<u>276.329</u>	<u>128.328</u>	<u>313.779</u>	<u>12.285</u>	<u>313.779</u>
Locações financeiras	6.783.670	5.554.636	6.783.670	5.554.636	4.195.233	8.051.112	4.195.233	8.051.112
	<u>90.935.925</u>	<u>1.105.503.697</u>	<u>90.654.802</u>	<u>1.112.755.965</u>	<u>167.863.379</u>	<u>601.531.169</u>	<u>167.747.336</u>	<u>605.364.891</u>

Os empréstimos (incluindo empréstimos bancários e locação financeira) e juros são reembolsáveis nos seguintes anos:

	2007		2006	
	Capital	Juros	Capital	Juros a)
2007			167.747.336	27.957.604
2008	90.654.802	58.412.491	3.253.851	32.417.784
2009	103.146.003	54.804.262	102.610.174	29.178.403
2010	67.370.839	51.752.185	267.302.013	26.225.321
2011	82.065.244	48.381.029	82.029.992	12.478.150
2012	350.042.467	38.775.565	150.042.467	7.949.825
2013	155.036.229	25.634.467	36.229	
+2014	355.095.183	35.317.289	90.165	
	1.203.410.767	314.255.338	773.112.227	136.207.087

a) o comparável relativo aos juros toma em consideração a informação disponível à data relativa à evolução das taxas de juro, correspondendo o valor referenciado como de 2007, ao valor efectivamente suportado durante o exercício.

Empréstimos Obrigacionistas

Os empréstimos obrigacionistas podem ser resumidos como segue:

Modelo Continente / 2003	82.000.000 EUR
Modelo Continente / 2004	100.000.000 EUR
Modelo Continente / 2005/2010	64.925.000 EUR
Modelo Continente / 2005/2012	150.000.000 EUR
Modelo Continente / 2007/2012	200.000.000 EUR
Sonae Distribuição, SGPS, S.A. / 2007/2015	200.000.000 EUR
Sonae Distribuição Setembro / 2007/2015	310.000.000 EUR

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE 2003

1.640.000 obrigações - Valor Nominal: 50 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 8 (oito) anos.

Taxa de Juro anual:

A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 0,75% a.a.

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamentos em 15 de Abril e em 15 de Outubro de cada ano.

Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 15 de Outubro 2011. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da emitente nem por parte dos obrigacionistas.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE 2004

10.000.000 obrigações - Valor Nominal: 10 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 5 (cinco) anos.

Taxa de Juro anual:

A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 1,15% a.a..

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamento em 18 de Março e em 18 de Setembro de cada ano.

Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 18 de Março 2009. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da emitente nem por parte dos obrigacionistas.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE 2005/2010

265 000 obrigações - Valor Nominal: 245 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 5 (cinco) anos.

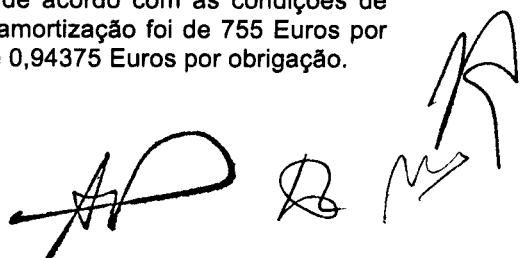
Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 0,70% a.a..

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamento em 3 de Fevereiro e em 3 de Agosto de cada ano.

Reembolso: - Será amortizado ao seu valor nominal, no final do 5º ano de vida do empréstimo, ou seja, em 3 de Agosto de 2010, salvo se ocorrer reembolso antecipado.

Reembolso antecipado: (Call-Option) - O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da Emitente total ou parcialmente por redução ao valor nominal das obrigações, no 2º, 3º ou 4º ano de vida do empréstimo, mediante o pagamento de um prémio de 0,125% sobre o valor reembolsado.

Em 3 de Agosto de 2007 a sociedade procedeu, de acordo com as condições de emissão, à amortização parcial das obrigações. A amortização foi de 755 Euros por obrigação, com um prémio atribuído no montante de 0,94375 Euros por obrigação.



Após amortização, o empréstimo reduziu-se para 64.925.000 Euros, representado por 265.000 obrigações com o valor nominal de 245 Euros cada.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE 2005/2012

15.000.000 obrigações - Valor Nominal: 10 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 7 (sete) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, com um spread de 0,85%.

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamento em 2 de Fevereiro e em 2 de Agosto de cada ano.

Reembolso: Ao par, na data de pagamento do 14º cupão, ou seja, em 2 de Agosto de 2012, salvo se ocorrer reembolso antecipado.

Reembolso antecipado: (Call-Option) - O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da Emitente, sem penalização, total ou parcialmente por redução ao valor nominal das obrigações, nas datas de pagamento do 10º, 11º, 12º, 13º cupões.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE 2007/2012

4.000 Obrigações – Valor Nominal: 50.000 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 5 (cinco) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, com um spread de 0,5% a.a..

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamentos em 30 de Abril e em 30 de Outubro de cada ano.

Reembolso: Ao par, na data de pagamento do 10º cupão, ou seja, em 30 de Abril de 2012. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da emitente nem por parte dos obrigacionistas.

Empréstimo por obrigações - Sonae Distribuição / 2007/2015

4.000.000 Obrigações – Valor Nominal: 50 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 8 (oito) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, com um spread de 0,48% a.a..

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamentos em 10 de Fevereiro e em 10 de Agosto de cada ano.

Reembolso: Ao par, na data de pagamento do 16º cupão, ou seja, em 10 de Agosto de 2015.

Reembolso antecipado: (Call-Option) - O empréstimo poderá ser reembolsado total e antecipadamente por iniciativa da Emitente, sem penalização, nas datas de pagamento do 10º, 12º, 14º cupões.

Empréstimo por obrigações - Sonae Distribuição Setembro / 2007/2015

31.000.000 Obrigações – Valor Nominal: 10 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 8 (oito) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, acrescida de um spread de:

0,25% a.a., nas primeiras 3 Datas de Pagamento de Juros;

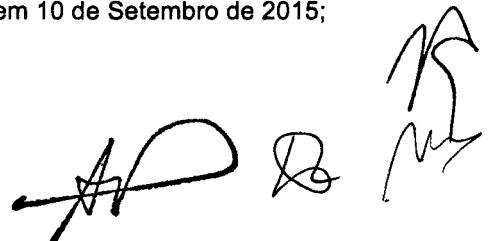
0,55% a.a. a partir da 4ª Data de Pagamento de Juros.

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamentos em 10 de Março e em 10 de Setembro de cada ano (cada uma "Data de Pagamento de Juros").

Reembolso: Ao par nos seguintes termos:

50% na data de pagamento do 12º cupão, ou seja, em 10 de Setembro de 2013;

50% na data de pagamento do 16º cupão, ou seja, em 10 de Setembro de 2015;



Reembolso antecipado: (Call-Option) - O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da Emitente, sem penalização, total ou parcialmente por redução ao valor nominal das obrigações, nas 10^a, 11^a, 12^a, 13^a, 14^a e 15^a Datas de Pagamento de Juros.

Reembolso Antecipado Extraordinário (Call Option): até ao final do 18º mês de vida do empréstimo nas seguintes condições:

- i) O empréstimo poderá ser reembolsado total ou parcialmente, sem penalizações, em cada Data de Pagamento de Juros;
- ii) O empréstimo poderá ser reembolsado total ou parcialmente, sujeito a *Breakage Costs*, com 30 dias de pré-aviso no decurso de cada período de juros.

Outros empréstimos – não correntes

Em 31 de Dezembro de 2007 esta rubrica corresponde ao montante de subsídios reembolsáveis atribuídos pelo IAPMEI ao abrigo da Medida de Apoio ao Aproveitamento do Potencial Energético e Racionalização de Consumos (MAPE). Estes subsídios não vencem juros e foram atribuídos por um período de 12 anos, com um período de carência de reembolso de 3 anos após atribuição. Os subsídios são reembolsáveis em parcelas semestrais iguais, ocorrendo o primeiro reembolso 6 meses após o período de carência. Actualmente encontram-se classificados na rubrica de "Outros empréstimos-correntes" 36.229 Euros.

Empréstimos bancários

A rubrica Empréstimos bancária inclui emissão de papel comercial de curto prazo no montante de 80.000.000 Euros os quais vencem juros a taxas normais de mercado, bem como um empréstimo bancário reembolsável em 2008 no montante de 250.354 Euros.

O montante de instrumentos financeiros destinados a cobrir as carências de tesouraria disponíveis a 31 de Dezembro de 2007 podem ser resumidas como se segue:

	31.12.2007	
	Compromisso Inferior a 1 ano	Compromisso Superior a 1 ano
Montante de linhas disponíveis	317.737.441	400.000.000
Montante de linhas contratadas	401.572.344	400.000.000

Os montantes considerados em instrumentos financeiros com compromisso superior a 1 ano são programas de papel comercial com garantia de colocação com um prazo de 7 anos.

A 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o valor contabilístico dos passivos financeiros é semelhante ao seu justo valor.

22. CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2007	31.12.2006	
Valor líquido contabilístico de bens adquiridos com recurso a locação financeira:			
Terrenos e edifícios	19.649.684	13.598.069	
Equipamento administrativo	<u>4.274.323</u>	<u>5.682.069</u>	
	<u>23.924.007</u>	<u>19.280.138</u>	
Credores por locações financeiras			
Montantes a pagar por locações financeiras:		Pagamentos mínimos da locação financeira	Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira
2007	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007
2008	7.190.501	4.571.267	4.195.233
2009	3.280.731	3.461.396	3.211.384
2010	2.465.786	2.315.070	2.573.945
2011	<u>35.921</u>	<u>35.252</u>	<u>2.265.783</u>
	12.972.939	13.065.530	12.338.306
Juros futuros	<u>(634.633)</u>	<u>(819.185)</u>	<u>12.246.345</u>
Componentes de curto prazo		6.783.670	4.195.233
Credores por locações financeiras-líquidos da parcela de curto prazo		<u>5.554.636</u>	<u>8.051.112</u>

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos, sendo usualmente garantido ao locatário o exercício de uma opção de compra sobre o bem locado.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

23. INSTRUMENTOS FINANCIEROS DERIVADOS

Derivados de taxa de câmbio

No âmbito da política de gestão de riscos financeiros o Grupo utiliza derivados de taxa de câmbio.

Em 31 de Dezembro de 2007, o justo valor dos instrumentos derivados, calculado tendo por base os valores de mercado actuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é estimado como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Activos (Nota 10)	1.971	49.458
Passivos (Nota 23)	<u>(281.123)</u>	<u>(116.043)</u>
	<u>(279.152)</u>	<u>(66.585)</u>

Os ganhos e perdas do exercício associados à variação do justo valor dos instrumentos derivados (212.567) Euros ((127.060) Euros em 2006) e foram registados directamente na demonstração de resultados na rubrica de custos operacionais.

Justo valor de instrumentos derivados financeiros

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

	Activos (nota 10)		Passivos (nota 21)	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
Derivados de cobertura	1.113.658		-	
Outros derivados	1.971	49.458	281.123	116.043
	<u>1.115.629</u>	<u>49.458</u>	<u>281.123</u>	<u>116.043</u>

Derivados de taxa de juro

Os instrumentos financeiros de taxa de juro utilizados pelo Grupo existentes durante o exercício de 2007, respeitavam, fundamentalmente, a "swaps". De acordo com as políticas contabilísticas adoptadas, estes derivados cumprem os requisitos para serem designados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro.

O justo valor ascende a:

	31.12.2007	31.12.2006
Activos	1.113.658	
Passivos		
	<u>1.113.658</u>	<u>-</u>

Estes instrumentos de taxa de juro encontravam-se avaliados pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliações efectuadas pelo Grupo com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e a avaliações externas quando esses sistemas não permitissem a valorização de determinados instrumentos. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base, para os swaps, a actualização para a data do balanço dos "cash-flows" futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do "leg" fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do "leg" variável do instrumento derivado.

24. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a rubrica "Outros passivos não correntes" pode ser detalhada como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Empresas participantes (Nota 33)	10.000.000	10.000.000
Outras dívidas a terceiros não correntes	830.596	767.334
Responsabilidades por pagamentos baseados em acções (nota 25)	1.872.010	2.234.466
	<u>12.702.606</u>	<u>13.001.800</u>

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a rubrica "Outras dívidas a terceiros não correntes" correspondia essencialmente aos montantes estimados para cumprir com as obrigações judiciais e fiscais da filial brasileira que são consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas dos processos fiscais e judiciais em curso e para os quais existiam depósitos judiciais na rubrica de Outros activos não correntes (nota 11), sendo que não tem maturidade definida.

O valor da rubrica empresas participantes corresponde a um empréstimo concedido por um accionista de uma empresa filial, o qual vence juros a taxas de mercado. O justo valor deste empréstimo é aproximadamente o seu valor contabilístico, sendo que não tem maturidade definida.



25. RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM ACÇÕES

O Grupo Sonae Distribuição concedeu, em 2007 e em anos anteriores, a colaboradores do Grupo prémios de desempenho diferidos sob a forma de acções, a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efectuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade tem o direito de entregar, em substituição das acções, o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço da empresa do Grupo Sonae na data de vencimento.

As responsabilidades com prémios de desempenho diferidos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 podem ser resumidas como segue:

	Ano de atribuição	Ano de vencimento	Número de participantes	Justo Valor	
				31.12.2007	31.12.2006
Acções					
	2004	2007	40	-	2.970.651
	2005	2008	38	2.690.269	2.454.762
	2006	2009	40	1.958.101	1.793.878
	2007	2010	40	1.699.820	
Total				6.348.190	7.219.291

Os valores registados nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2007 e 2006, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas, desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Registado em outros passivos não correntes (nota 24)	1.872.010	2.234.466
Registado em outros passivos correntes (nota 28)	2.690.269	2.970.651
Registado em resultados em exercícios anteriores	(628.007)	(1.093.837)
Valor registado em custos com pessoal no período	3.934.272	4.111.280

Os custos dos planos de acções são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício dos mesmos em custos com pessoal.

26. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.2007	A Pagar		
		0-90 dias	90-180 dias	>180 dias
Fornecedores, conta corrente	582.816.649	580.936.348	1.853.302	26.999
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	253.039.635	251.849.750	1.189.885	
	835.856.284	832.786.098	3.043.187	26.999

	31.12.2006	A Pagar		
		0-90 dias	90-180 dias	>180 dias
Fornecedores, conta corrente	476.211.283	475.366.379	762.919	81.985
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	161.309.572	158.719.879	2.589.693	
	637.520.855	634.086.258	3.352.612	81.985

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a rubrica de fornecedores respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das actividades do Grupo. O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

27. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a rubrica "Outros passivos correntes" pode ser detalhada como segue:

	31.12.2007	A Pagar		
		0-90 dias	90-180 dias	>180 dias
Empresas participadas e participantes	408.665	408.665		
Credores por fornecimentos de imobilizado	42.158.108	39.529.576	1.965.146	663.386
Outras dívidas	38.281.774	31.879.012	2.199.326	4.203.436
	80.848.547	71.817.253	4.164.472	4.866.822
	31.12.2006	A Pagar		
		0-90 dias	90-180 dias	>180 dias
Empresas participadas e participantes	319.071	319.071		
Credores por fornecimentos de imobilizado	40.549.692	35.398.007	3.687.660	1.464.025
Outras dívidas	36.241.354	28.749.964	188.568	7.302.822
	77.110.117	64.467.042	3.876.228	8.766.847

A rubrica Outras dívidas a terceiros inclui:

- a) 12.263.128 Euros valor de descontos atribuídos, no âmbito do projecto de fidelização "Cartão Cliente", ainda não rebatidos.
- b) 6.085.151 Euros (7.331.133 Euros em 31 de Dezembro de 2006) relativos a meios de pagamento em posse de clientes, nomeadamente vouchers, cheques de oferta e talões de desconto.
- c) 7.944.600 de Euros (aproximadamente 3 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2006) relativos a montantes a pagar ao comprador da Sonae Distribuição Brasil, S.A. em resultados dos acordos celebrados com aquela entidade e que se encontravam integralmente provisionados.
- d) Em 31 de Dezembro de 2006 incluía ainda o montante de 37.069.900 reais (aproximadamente 13 milhões de Euros) relativos a uma opção de venda concedida aos accionistas de uma participada entretanto alienada em 2005. Esta opção foi exercida durante o exercício por aquele montante, aproximadamente 14,2 milhões de Euros, tendo sido posteriormente vendidas as acções adquiridas pelo montante de 4.425.465 Euros (Nota 14).

28. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a rubrica "Outros passivos correntes" pode ser detalhada como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Custos com Pessoal	65.890.374	53.750.630
Responsabilidades por pagamentos baseados em acções (Nota 25)	2.690.269	2.970.651
Encargos financeiros a pagar	18.887.751	9.493.077
Publicidade e propaganda	19.792.292	6.378.828
Outros fornecimentos e serviços externos	29.607.645	9.074.673
Rendas	5.146.700	
IMI-Imposto municipal sobre imóveis	3.658.053	3.860.842
Outros passivos	1.794.559	810.997
	147.467.643	86.339.698

A rubrica de "Custos com Pessoal" diz essencialmente respeito a valores de remuneração a liquidar durante o exercício seguinte referente a valores de Férias e Subsídio de Férias.

29. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante o exercício de 2007 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos a)	Entradas Perímetro	Diminuições	Final
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos (Nota 10)	474.728	-	-	(448.412)	26.316
Perdas de imparidade acumuladas em diferenças de consolidação (Nota 9)	2.838.583	-	-	(1.464.357)	1.374.226
Perdas de imparidade acumuladas para clientes c/c (Nota 13)	11.167.140	315.392	1.760.215	(471.360)	12.771.387
Perdas de imparidade acumuladas para devedores diversos (Nota 14)	6.463.190	1.422.157	974.704	(239.179)	8.620.872
Perdas de imparidade - existências de mercadorias (Nota 12)	11.542.472	3.988.050	2.799.191	(2.233.985)	16.095.728
Provisões	22.117.496	1.600.648	3.719.073	(8.951.010)	18.486.207
	54.603.609	7.326.247	9.253.183	(13.808.303)	57.374.736

- a) Nos aumentos está incluído o valor de 1.600.648 Euros, referente à variação cambial dos saldos iniciais.

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente activo.

A rubrica provisões inclui 14.628.032 Euros (21.978.393 Euros em 31 de Dezembro de 2006) para fazer face a responsabilidades por contingências assumidas pela sociedade aquando da alienação da filial Sonae Distribuição Brasil, S.A. ocorrida em 2005. Esta provisão vai sendo utilizada à medida que aqueles passivos se vão materializando.

30. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

	31.12.2007	31.12.2006
Garantias prestadas:		
por processos fiscais em curso	79.895.859 a)	50.887.200
por processos autárquicos em curso	11.687.093	8.568.362
Outras	45.649.202 b)	16.099.991

- a) Inclui garantias de 46.603.916 Euros (29.550.873 Euros em 31 de Dezembro de 2006) relativas a processos de IRC, bem como garantias de 27.869.675 Euros relativas a processos de IVA (18.110.885 Euros em 31 de Dezembro de 2006).

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2007, a filial Sonae Capital Brasil, Ltda, prestou uma garantia no montante de 25.255.265 Euros (65.570.840 de reais), relativos a um processo fiscal que se encontra a ser julgado em tribunal referente a imposto de renda.

- b) Inclui garantias de 35.800.646 Euros (8.083.055 Euros em 31 de Dezembro de 2006) relativas a pedidos de reembolso de IVA.

Na sequência da alienação de uma subsidiária no Brasil o grupo garantiu ao comprador todas as perdas que aquela filial venha a suportar em resultado de decisões desfavoráveis e não passíveis de recurso relativas a processos fiscais sobre transacções anteriores à data de alienação (13 de Dezembro de 2005) que excedam o montante de 40 milhões de Euros. Em 31 de Dezembro de 2007, o montante reclamado pela Administração Tributária Brasileira dos processos fiscais em curso, que os advogados da Empresa qualificam como tendo uma probabilidade de perda provável, ascende a um montante de aproximadamente 24 milhões de Euros. Adicionalmente, existem outros processos fiscais no valor global de 80 milhões de Euros para os quais o Conselho de Administração baseado no parecer dos advogados entende que da sua resolução não resultarão perdas para aquela antiga filial de montante superior aos referidos 40 milhões de Euros.

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os eventos/diferendos para os quais foram prestadas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos eventos/diferendos não resultarão quaisquer passivos para o Grupo.

31. COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO REFLECTIDOS NO BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2007 o Grupo não tinha assumido compromissos para a aquisição de imobilizado ou outro tipo de compromissos financeiros não reflectidos no balanço.

32. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2007 foi reconhecido como custo do exercício o montante de 45.141.687 Euros (33.845.973 Euros em 31 de Dezembro de 2006) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relativos a imóveis.

Adicionalmente, à data de balanço o Grupo detinha, como locatário, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação vencem como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Vencíveis em:		
Contratos anuais:		
Renovável automaticamente	19.734.050	22.739.347
Contratos plurianuais		
N+1	25.737.279	14.932.536
N+2	23.645.115	12.521.761
N+3	21.104.187	12.009.459
N+4	17.632.325	9.631.641
N+5	14.529.304	6.865.087
Posteriores a N+5	<u>66.535.895</u>	<u>8.212.621</u>
a)	<u>188.918.155</u>	<u>86.912.453</u>

a) Cerca de 85 milhões de Euros resultam da aquisição da filial Continente Hipermercados [ex-Carrefour].

Durante o exercício de 2007 foi reconhecido como proveito do exercício o montante de 8.116.056 de Euros (10.582.457 Euros em 31 de Dezembro de 2006) relativo a rendas recebidas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relacionadas com galerias comerciais exploradas por terceiros em lojas propriedade do Grupo.

Adicionalmente, à data de balanço o Grupo tinha celebrado, como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação vencem como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Vencíveis em:		
Renovável automaticamente	2.276.129	2.736.163
N+1	5.000.076	7.312.065
N+2	4.360.617	5.073.046
N+3	4.093.186	3.568.130
N+4	3.660.316	1.924.737
N+5	3.064.699	1.030.393
Posteriores a N+5	<u>2.755.955</u>	<u>611.824</u>
	<u>25.210.978</u>	<u>22.256.358</u>



33. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 os saldos e transacções com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

Transacções	Vendas e prest. de serviços		Compras e serviços recebidos		Juros auferidos		Juros suportados	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
Empresa - Mãe	375.401	316.826	761.892	568.403	2.793.622	3.800.147	2.459	101.300
Empresas associadas	679.597	478.368	11.269.555	318.286	239.377			
Empresas participadas	51.527.903	48.047.084						
Empresas participantes	500.841		78.659				408.597	318.967
Outras partes relacionadas ¹⁾	16.252.754	19.263.062	92.913.740	95.527.343	155.711	2.431	41.969	24.596
	69.336.496	68.105.340	105.023.846	96.414.032	3.188.710	3.802.578	453.025	444.863
Imobilizado aquisições								
Transacções de Imobilizado	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006				
Empresa - Mãe		75.000.000	573.913					
Empresas associadas			18.760	15.769.755				
Outras partes relacionadas ¹⁾	93.163.597	60.718.044	37.896.448	66.644				
	93.163.597	135.718.044	38.489.121	15.836.399				
Empréstimos								
Saldos	Contas a receber	Contas a pagar			Obtidos	Concedidos		
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
Empresa - Mãe	108.794	59.854	499.045	203.095				
Empresas associadas	919.474	683.776	692.339	391.909			1.000.000	1.000.000
Empresas participadas	12.090.910	12.804.052		155.357				
Empresas participantes (Nota 24)	317.726		432.656		10.000.000	10.000.000	15.475	6.358
Outras partes relacionadas ¹⁾	8.945.791	10.526.303	29.801.268	19.711.625				
	22.382.695	24.073.985	31.425.308	20.461.986	10.000.000	10.000.000	1.015.475	1.006.358

1) Consideram-se "Outras partes relacionadas" as filiais ou empresas sob o controlo conjunto da Efanor SGPS, S.A. não integradas no Grupo Sonae Distribuição, SGPS, S.A.

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, S.A., bem como todas as empresas subsidiárias e conjuntamente controladas pertencentes aos Grupos Sonae Indústria, SGPS, S.A. E Sonae Capital, SGPS, S.A., bem como a Efanor Investimentos, SGPS, S.A. E suas filiais.

Para além das transacções acima identificadas não existem outras transacções com empresas relacionadas.

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, não ocorreram transacções com os Administradores da Sociedade nem lhes foram concedidos empréstimos.

Durante o exercício foram concedidas operações de tesouraria à Sonae SGPS, S.A., no montante global de 359.425.000 Euros, os quais foram liquidados durante o exercício.

Os montantes registados como empréstimos obtidos de empresas participantes correspondem a empréstimos obtidos de sócios de empresas subsidiárias os quais vencem juros à taxa de mercado.

34. REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRECÇÃO

No exercício de 2007, os membros do Conselho de Administração da Sonae Distribuição auferiram remunerações totais de 3.434.423 Euros, das quais 2.900.903 Euros a título de prémio de desempenho. As remunerações atribuídas em 2007 aos colaboradores com responsabilidades de direcção estratégica das principais sociedades do Grupo (excluindo os membros do Conselho de Administração) totalizaram 4.302.137 Euros, repartidas entre 1.957.929 Euros de remuneração fixa e 2.344.208 Euros de prémios de desempenho.

35. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços nos exercícios de 2007 e 2006 foram como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Vendas	3.238.947.595	2.959.534.901
Prestações de Serviços (a)	145.720.912	131.025.942
	<u>3.384.668.507</u>	<u>3.090.560.843</u>

- a) Fundamentalmente corresponde ao contributo das empresas de agências de viagens.

36. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros proveitos operacionais nos exercícios de 2007 e 2006 é a seguinte:

	31.12.2007	31.12.2006
Proveitos suplementares	288.997.874	252.388.286
Benefícios de penalidades contratuais	104.032	471.638
Subsídios à exploração (Nota 14)	182.473	1.771.027
Ganhos na alienação imobil. corpóreas e incorpóreas	13.806.875	2.063.135
Reversão de perdas de imparidade (Nota 29)	710.540	6.188.014
Diferenças cambiais	5.021.010	2.096.601
Trabalhos para própria empresa	7.127.098	1.105.407
Outros proveitos	1.961.143	2.376.857
	<u>317.911.045</u>	<u>268.460.965</u>

- a) A rubrica de Proveitos Suplementares diz essencialmente respeito a receitas obtidas junto dos fornecedores do Grupo relativas a: i) comparticipações em campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas do Grupo Sonae Distribuição, ii) receitas obtidas de fornecedores relativas à colocação de produtos em localizações preferenciais nas lojas do Grupo, e iii) descontos de pronto de pagamento obtidos.
- b) Na rubrica de Trabalhos para a Própria Empresa estão incluídos 5.980.469 Euros (78.199 Euros em 31 de Dezembro de 2006), referentes a desenvolvimento de software efectuado por uma filial brasileira.

37. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros custos operacionais nos exercícios de 2007 e 2006 é a seguinte:

	31.12.2007	31.12.2006
Custos com terminais pag. automático	20.086.220	19.317.237
Imposto municipal sobre imóveis	2.518.676	2.480.544
Outros impostos	1.808.327	1.428.392
Perdas na alienação e abates de imobil. corpóreas	6.054.799	4.537.311
Perdas na alienação de imobil. incorpóreas	-	8.927
Donativos	5.962.769	5.363.772
Multas e penalidades	257.289	428.467
Dividas incobráveis	610.642	1.708.159
Diferenças cambiais	5.501.787	2.203.812
Outros custos	8.486.470	5.174.774
	<u>51.286.979</u>	<u>42.651.395</u>



38. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios de 2007 e 2006 têm a seguinte decomposição:

	31.12.2007	31.12.2006
Custos e perdas:		
Juros suportados		
relativos a empréstimos e descob. bancários	(3.242.014)	(1.298.117)
relativos a obrigações não convertíveis	(40.916.098)	(22.558.763)
relativos a contratos de locação financeira	(413.827)	(379.914)
outros	<u>(471.801)</u>	<u>(461.086)</u>
	<u>(45.043.740)</u>	<u>(24.697.880)</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(3.063.881)	(2.933.837)
Ajustamento para o justo valor de Investimentos registados ao justo valor através de resultados		(60.475)
Outros custos e perdas financeiras		
encargos de emissão de dívida	(1.941.330)	(1.176.609)
outros	<u>(4.104.996)</u>	<u>(4.042.356)</u>
	<u>(6.046.326)</u>	<u>(5.218.965)</u>
Total de custos e perdas	<u>(51.090.066)</u>	<u>(29.977.320)</u>
Proveitos e ganhos		
Juros obtidos		
relativos a depósitos bancários	10.111.607	2.781.316
relativos a empréstimos com empresas relacionadas	2.793.622	3.842.649
outros	<u>3.496.740</u>	<u>2.537.611</u>
	<u>16.401.969</u>	<u>9.161.576</u>
Diferenças de câmbio favoráveis	2.831.286	3.679.301
Ajustamento para o justo valor de Investimentos registados ao justo valor através de resultados		173.592
Outros proveitos e ganhos financeiros	<u>238.714</u>	<u>1.335.656</u>
Total de proveitos e ganhos	<u>16.640.683</u>	<u>10.670.824</u>
Resultados financeiros	<u>(34.449.383)</u>	<u>(19.306.496)</u>

39. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos no exercício de 2007 e 2006 são detalhados como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Imposto corrente	8.500.098	9.602.480
Imposto diferido	<u>(1.378.897)</u>	<u>106.677</u>
	<u>7.121.201</u>	<u>9.709.157</u>



A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é como segue:

	31.12.2007	31.12.2006
Resultado antes de Imposto	175.937.046	169.970.776
Taxa de Imposto (incluindo taxa máxima e derrama)	26,50%	27,50%
	<u>46.623.317</u>	<u>46.741.963</u>
Efeito de provisões e perdas por imparidade não aceites em termos fiscais	242.198	(1.330.658)
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	(2.216.129)	(890.268)
Utilização de perdas fiscais que não deram origem a activos por impostos diferidos	(33.740.922)	(40.960.242)
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a activos por impostos diferidos	2.788.320	1.865.633
Efeito de existência de taxas diferentes da apresentada acima	(3.331.800)	(978.719)
Efeito de alteração da taxa de imposto para efeito de cálculo de impostos diferidos	0	182.272
Crédito de imposto relativo a rendimentos de Fundos de Investimento Imobiliário	2.342.238	1.186.933
Efeito da constaçao ou reversão de impostos diferidos	(2.070.110)	(2.013.848)
Tributação autónoma e benefícios fiscais	571.618	267.122
Insuficiência/excesso de estimativa de imposto	(1.123.987)	(68.341)
Outros	<u>(2.963.543)</u>	<u>5.707.310</u>
Imposto sobre o rendimento	<u>7.121.200</u>	<u>9.709.157</u>

40. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção do período, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	4.Trim.2007	31.12.2007	4.Trim.2006	31.12.2006
Resultados				
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	68.764.950	167.492.214	68.882.978	158.079.602
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>68.764.950</u>	<u>167.492.214</u>	<u>68.882.978</u>	<u>158.079.602</u>
Número de acções				
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	1.000.000.000	1.000.000.000	1.089.315.068	1.089.315.068
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>1.000.000.000</u>	<u>1.000.000.000</u>	<u>1.089.315.068</u>	<u>1.089.315.068</u>
Resultados por acção (básico e diluído)	0,07	0,17	0,06	0,15

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 não existem efeitos diluidores do número de acções em circulação.

41. DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 2 de Maio de 2007 foram atribuídos dividendos no montante de 75.000.000 Euros.

42. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Os contributos dos principais segmentos identificados nos exercícios de 2007 e 2006 podem ser analisados como segue:

31 de Dezembro de 2007	Volume de Negócios	EBITDA	EBIT	Capitais empregues líquidos	Áres de venda ['.000m2]
Base alimentar	2.368.424.461	207.733.018	145.411.650	786.500.777	374
Base não alimentar	1.009.076.913	71.410.251	47.246.242	318.902.896	239
Activos imobiliários com rendimento	7.167.133	19.571.890	18.044.840	44.388.494	
Activos imobiliários sem rendimento		292.688	229.356	50.370.475	
Outros		26.842	26.792	69.086.206	
	3.384.668.507	299.034.689	210.958.880	1.269.248.848	613
Continente Hipermercados [ex-Carrefour]				663.752.773	
	3.384.668.507	299.034.689	210.958.880	1.933.001.621	613

31 de Dezembro de 2006	Volume de Negócios	EBITDA	EBIT	Capitais empregues líquidos	Áres de venda ['.000m2]
Base alimentar	2.209.467.419	188.461.490	132.939.906	726.657.263	349
Base não alimentar	869.243.426	53.637.322	32.499.501	240.022.035	194
Activos imobiliários com rendimento	11.849.998	10.594.800	8.625.188	69.201.566	
Activos imobiliários sem rendimento		192.469	77.639	58.028.475	
Outros		843.929	843.455	48.161.093	
	3.090.560.843	253.730.010	174.985.689	1.142.070.432	543

Insígnias de base alimentar

Inclui o contributo da actividade do Grupo associada às insígnias de retalho alimentar.

Insígnias de base não alimentar

Inclui o contributo da actividade da empresa associada às insígnias de retalho não alimentar.

Activos imobiliários com rendimento

Inclui o contributo dos activos imobiliários detidos e geridos pela Sonae Distribuição, nomeadamente as galerias comerciais anexas às unidades Continente e Modelo.

Activos imobiliários sem rendimento

Inclui o contributo dos activos imobiliários que na sua maioria servirão para acomodar o crescimento orgânico da Sonae Distribuição.

Continente hipermercados [ex-Carrefour]

Inclui os capitais empregues líquidos da empresa que foi alvo de aquisição em 31 de Dezembro de 2007, pelo que os seus contributos não foram ainda classificados pelos segmentos da Empresa.

Outros

Valores que pela sua natureza, não são alocáveis a nenhum dos outros segmentos, tais como investimentos financeiros que para o valor final dos capitais empregues líquidos, representam a quase totalidade.

Cash-flow operacional (EBITDA)

Resultado operacional - amortizações e depreciações – provisões - perdas de imparidade - reversão de perdas de imparidade.

Resultado operacional (EBIT)

Resultado consolidado - imposto sobre o rendimento + resultados relativos a investimentos+ resultados relativos a empresas associadas - resultados financeiros.

Capitais empregues líquidos

Activos imobiliários brutos [com Ex-Carrefour] + outros activos immobilizados brutos + amortizações e perdas de imparidade + investimentos financeiros + fundo de maneio.



43. EVENTOS SUBSEQUENTES

Será proposta à Assembleia Geral uma distribuição de 85 milhões de Euros pelas acções não detidas directa ou indirectamente pela Sonae Distribuição, SGPS, S.A., a título de dividendos, a que corresponde um "dividend pay-out ratio" de aproximadamente 50% dos resultados líquidos consolidados do exercício.

44. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 5 de Março de 2008, contudo as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, nos termos da Legislação Comercial em vigor em Portugal.

Matosinhos, 5 de Março de 2007



Two handwritten signatures are present. The top signature is 'Rui Soeiro' and the bottom one is 'António Ramalho'. Both signatures are written in black ink on a white background.



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS**

31 DE DEZEMBRO DE 2007

A handwritten signature consisting of stylized initials and a surname, appearing to read 'AD R M A'.

SONAE DISTRIBUIÇÃO, SGPS, S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	31-12-07	31-12-06	IFRS
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Imobilizações incorpóreas	7	140.483	695.668	
Imobilizações corpóreas	7	7.296	10.043	
Investimentos	6	2.009.050.391	1.350.118.831	
Impostos diferidos activos	8	304	1.649	
Empréstimos a empresas do grupo	9	774.196.909	457.114.129	
Total de activos não correntes		2.783.395.383	1.807.940.320	
ACTIVOS CORRENTES:				
Clientes	10	3.540.891	21.191.886	
Empresas do grupo	11	734.444.255	897.398.511	
Outras dívidas de terceiros	13	7.101.105	2.709.977	
Estado e outros entes públicos	12	9.916.188	10.954.848	
Outros activos correntes	14	2.051.090	3.521.868	
Derivados	15	1.113.658	-	
Caixa e equivalentes de caixa	16	48.033	50.033.177	
Total de activos correntes		758.215.220	985.810.267	
TOTAL DO ACTIVO		3.541.610.603	2.793.750.587	
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital social	17	1.100.000.000	1.100.000.000	
Acções Próprias	18	-	(205.000.000)	
Reservas legais	19	95.000.000	90.200.000	
Outras reservas	19	825.514.961	905.536.702	
Resultado líquido do exercício	33	84.137.774	80.335.955	
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		2.104.652.735	1.971.072.657	
PASSIVO:				
PASSIVOS NÃO CORRENTES:				
Empréstimos obrigacionistas - líquidos da parcela de curto prazo	20	1.100.672.731	593.166.278	
Impostos diferidos passivos	8	233.406	115.282	
Total de passivos não correntes		1.100.906.137	593.281.560	
PASSIVOS CORRENTES:				
Parcela de curto prazo dos empréstimos bancários de longo prazo	20	-	161.400.000	
Empréstimos bancários de curto prazo	20	2.809	2.594	
Fornecedores	21	104.307	81.620	
Empresas do grupo	11	310.274.622	41.033.321	
Outras dívidas a terceiros	22	3.965.364	11.165.157	
Estado e outros entes públicos	12	1.184.698	3.932.935	
Outros passivos correntes	23	20.519.931	11.780.743	
Total de passivos correntes		336.051.731	229.396.370	
TOTAL DO PASSIVO		1.436.957.868	822.677.930	
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		3.541.610.603	2.793.750.587	

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração,

SONAE DISTRIBUIÇÃO, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZAS INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS E PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

Notas	(Montantes expressos em euros)			
	IFRS		IFRS	
	4ºTrimestre 07	31-12-07 Acumulado Não auditado	4ºTrimestre 06	31-12-06 Acumulado Não auditado
Proveitos operacionais:				
Prestações de serviços	27	775.579	3.128.682	4.223.332
Outros proveitos operacionais	28	920.225	3.179.931	974.025
Total de proveitos operacionais		<u>1.695.804</u>	<u>6.308.613</u>	<u>17.614.059</u>
Custos operacionais:				
Fornecimentos e serviços externos		(327.133)	(1.373.646)	(328.362)
Custos com o pessoal		(982.494)	(2.548.664)	(594.656)
Amortizações e depreciações		(70.631)	(283.101)	(70.721)
Outros custos operacionais	29	<u>(955.966)</u>	<u>(3.289.754)</u>	<u>(1.040.382)</u>
Total de custos operacionais		<u>(2.336.224)</u>	<u>(7.495.165)</u>	<u>(5.561.148)</u>
Resultados operacionais		<u>(640.420)</u>	<u>(1.186.552)</u>	<u>3.163.236</u>
Proveitos e ganhos financeiros	30	21.298.447	70.793.951	(4.594.956)
Custos e perdas financeiras	30	<u>(20.566.945)</u>	<u>(57.734.847)</u>	<u>(7.215.560)</u>
Resultados financeiros	30	<u>731.502</u>	<u>13.059.104</u>	<u>(11.810.516)</u>
Resultados relativos a investimentos	31	-	49.345.485	-
Resultados extraordinários				17.891.933
Resultado antes de impostos		<u>91.082</u>	<u>61.218.037</u>	<u>(8.647.280)</u>
Imposto sobre o rendimento	32	<u>17.783.674</u>	<u>22.919.737</u>	<u>20.320.220</u>
Resultado do exercício	33	<u>17.874.756</u>	<u>84.137.774</u>	<u>11.672.940</u>
Resultados por acção (básico e diluído)	33	<u>0,02</u>	<u>0,084</u>	<u>0,011</u>
				<u>0,074</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

The image shows four handwritten signatures in black ink, likely belonging to the members of the Board of Directors, placed below the title "O Conselho de Administração".

SONAE DISTRIBUIÇÃO SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital Social	Acções Próprias	Reservas Legais	Outras Reservas	Reservas Cobertura	Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	17	1.100.000,00	-	90.200,00	1.192.536,414	-	(4.384,162)	(227.707,550)	2.150.714,702
Aplicação do resultado de 2005:									
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2005								(227.707,550)	227.707,550
Dividendos distribuídos									(55.000,000)
Variação nas reservas:									
Variação de justo valor									22.000
Aquisição de acções próprias									(205.000,000)
Resultado líquido do exercício:									
findo em 31 de Dezembro de 2006								80.335,955	80.335,955
Outros									
Saldo em 31 de Dezembro de 2006		1.100.000,00	(205.000,00)	90.200,00	905.536,702			80.335,955	1.971.072,657
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	17	1.100.000,00	(205.000,00)	90.200,00	905.536,702	-	-	80.335,955	1.971.072,657
Aplicação do resultado de 2006:									
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2006					4.800,000	535,955			(5.335,955)
Dividendos distribuídos	33								(75.000,000)
Variação nas reservas:									
Variação de justo valor									919.625
Outros	30								(381.455)
Entrega de acções próprias					205.000,000				205.000,000
Fusão por incorporação	2								(81.095,866)
Resultado líquido do exercício:									
findo em 31 de Dezembro de 2007	33							84.137,774	84.137,774
Outros									
Saldo em 31 de Dezembro de 2007		1.100.000,00		95.000,00	824.976,791	535.170		84.137,774	2.104.852,735

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

SONAE DISTRIBUIÇÃO, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
 (Montantes expressos em euros)

	Notas	31-12-07	31-12-06
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimento de clientes		20.733.278	16.469.639
Pagamentos a fornecedores		1.657.683	1.324.072
Pagamentos ao pessoal		3.157.405	3.602.512
Fluxo Gerado Pelas Operações		<u>15.918.190</u>	<u>11.543.055</u>
Pagamento/recebimento imposto s/rendimento		(25.983.895)	(8.477.708)
Outros recebim./pagam.rel.à activ. Operacional		-4.195.902	4.135.255
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>37.706.183</u>	<u>24.156.018</u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		97.058.064	16.199.520
Imobilizações incorpóreas		275.000	184.500
Juros e proveitos similares		53.873.687	55.885.884
Dividendos		18.193.658	14.200.887
Outros		75.000.000	
Empréstimos concedidos		<u>3.191.397.022</u>	<u>4.588.519.463</u>
		<u>3.435.797.431</u>	<u>4.674.990.254</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(274.741.772)	(34.276.524)
Imobilizações corpóreas		(42)	(1.137)
Outros		(616.169.473)	(459.500)
Empréstimos concedidos		<u>(3.129.991.937)</u>	<u>(4.755.736.910)</u>
		<u>(4.020.903.224)</u>	<u>(4.790.474.071)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(585.105.793)</u>	<u>(115.483.817)</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		<u>3.255.876.455</u>	<u>1.256.298.793</u>
		<u>3.255.876.455</u>	<u>1.256.298.793</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(2.631.418.155)	(1.281.665.612)
Juros e custos similares		(50.742.069)	(22.989.891)
Dividendos		(75.000.036)	(54.999.980)
Aquisições de acções (quotas) próprias			(205.000.000)
		<u>(2.757.160.260)</u>	<u>(1.564.655.483)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>498.716.195</u>	<u>(308.356.690)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(48.683.415)	(399.684.489)
Caixa e seus equivalentes no início do período	16	50.030.583	449.715.072
Caixa e seus equivalentes - fusão por incorporação		(1.301.944)	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	16	<u>45.224</u>	<u>50.030.583</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração,

SONAE DISTRIBUIÇÃO, SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE DISTRIBUIÇÃO, SGPS, S.A. ("Empresa" ou "Sonae Distribuição", anteriormente denominada Modelo Continente, SGPS, S.A.) é uma sociedade anónima, que tem a sua sede social na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Matosinhos, Portugal.

A Empresa tem como actividade principal a gestão de participações sociais (Nota 5).

As demonstrações financeiras individuais são apresentadas, conforme requerido pelo Código das Sociedades Comerciais. De acordo, com o permitido pelo Decreto-Lei nº35/2005 de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.

2. FUSÃO POR INCORPORAÇÃO

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2007, foi realizada a fusão por incorporação, das empresas participadas, Modelo, SGPS, S.A. e Parcium Imobiliária, S.A., tendo o património daquelas sociedades sido incorporado nesta pelos seus valores contabilísticos, uma vez que as mesmas se encontravam sob controlo comum.

A fusão produziu efeitos contabilísticos a partir de 1 de Janeiro de 2007.

Os valores dos activos e passivos incorporados no âmbito do processo de fusão à data de produção de efeitos contabilísticos eram como se segue:

Activo	
Investimentos (Nota 6 e Nota 24)	457.860.106
Outros activos não correntes	230.072.099
Outros activos correntes	75.274.153
Caixa e equivalentes de caixa	45.046
	<hr/>
	763.251.404
Passivo	
Outros passivos correntes	(625.615.353)
Património líquido incorporado	<hr/> 137.636.051
	<hr/>
Acções próprias da incorporante atribuídas à accionista das incorporadas (Nota 18)	205.000.000
Valor entregue pela incorporante à accionista das incorporadas (Nota 18)	4.969.473
Valor dos investimentos financeiros na incorporante relativo às sociedades incorporadas	8.762.444
Impacto da fusão nos capitais próprios	
Outras reservas (Nota 19)	(81.095.866)
	<hr/>
	137.636.051

Consequentemente, as demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2007 não são directamente comparáveis com as do período homólogo anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras são as seguintes:



3.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), em vigor em 1 de Janeiro de 2007 tal como adoptadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras intercalares são apresentadas trimestralmente de acordo com a IAS 34 – "Relato Financeiro Intercalar".

Durante o exercício de 2007, foi aplicada pela primeira vez a IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros – Divulgação de informação" cuja aplicação é obrigatória para os exercícios com início em ou após 1 de Janeiro de 2007 e as correspondentes alterações ao IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". O impacto da aplicação destas normas resultou no acréscimo de informação divulgada ao nível dos instrumentos financeiros utilizados na Empresa.

Adicionalmente e a partir de 1 de Janeiro de 2007 entraram em vigor quatro Interpretações: a IFRIC 7 - "Adopção do método de reexpressão de acordo com o IAS 29 - Reporte Financeiro em Economias Hiperinflacionárias"; IFRIC 8 - "Âmbito do IFRS 2"; IFRIC 9 - "Reavaliação dos Derivados Embutidos"; e IFRIC 10 - "Demonstrações Financeiras Intercalares e Imparidade". A aplicação destas interpretações não teve impacto relevante nas políticas contabilísticas da Empresa.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para alguns instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor (Nota 3.5).

A 31 de Dezembro de 2007 estavam emitidas as seguintes normas e interpretações: IAS 23 - Revisão "Custos de empréstimos obtidos"; IFRS 8 - "Segmentos operacionais", IFRIC 13 - "Customer Loyalty Programmes"; IFRIC 11 IFRS 2 - "Group and Treasury Share Transactions" e IFRIC 12 - "Service Concession Arrangements". A aplicação destas normas e interpretações não é obrigatória para o exercício com início a 1 de Janeiro de 2007, sendo convicção do Conselho de Administração que, da sua aplicação não resultarão efeitos materiais nas demonstrações financeiras futuras da Empresa.

Em 31 de Dezembro de 2007, não tinham sido ainda aprovadas pela União Europeia as seguintes normas e interpretações: Revisão do IAS 23, IFRS 8, IFRIC 11, IFRIC 12 e IFRIC 13.

3.2. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	10 a 15
Equipamento de transporte	5
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	10
Outras imobilizações corpóreas	5

3.3. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas

só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, desde a data em que os activos estão disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

3.4. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

3.5. Instrumentos financeiros

A empresa classifica os investimentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com o Balanço conforme identificado na Nota 5.

a) Investimentos em subsidiárias e associadas

Os investimentos em partes de capital de empresas subsidiárias e associadas são mensurados de acordo com o estabelecido na IAS 27, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

b) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Empresa tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como Investimentos correntes. Os investimentos disponíveis para venda são classificados como Activos não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor naquela data. No caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda, são incluídas as despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor, incluída na rubrica "Outras reservas" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados (as) na demonstração de resultados do exercício, na rubrica de resultados financeiros.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

c) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa efectiva e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os proveitos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, excepto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes instrumentos financeiros resultam do facto da Empresa providenciar fundos ou prestar serviços às suas subsidiárias e associadas sem que tenha a intenção de transaccionar esse activo.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como não correntes. Estes activos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 9.

d) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflictam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que se perspective um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

e) Classificação de capital próprio e passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

f) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 3.8. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

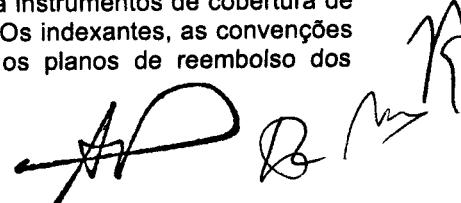
g) Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal.

h) Instrumentos derivados

A Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos.

Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos



instrumentos de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficácia de cobertura, caso existam, são registadas na rubrica de Resultados financeiros da Demonstração de resultados.

Os critérios utilizados pela Empresa para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro e de câmbio são inicialmente, registados pelo seu valor, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura incluída na rubrica Reservas e Resultados transitados, sendo transferidas para resultados no mesmo exercício em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros é efectuada com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e teve por base a actualização, para a data do balanço, dos fluxos de caixa futuros do "leg" fixo e do "leg" variável do instrumento derivado.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura incluída em Reservas e Resultados transitados são transferidas para Resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos de acolhimento e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

i) Acções Próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são reconhecidas directamente em Capitais Próprios.

j) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de Caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos Bancários de curto prazo, no balanço.

3.6. Responsabilidades por pagamentos baseados em acções

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das acções da Sonae, SGPS, S.A. (Empresa detentora da Sonae Distribuição, SGPS, S.A..)

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Março de cada ano) e posteriormente actualizado no final de cada período de reporte em função do número de acções atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em custos com pessoal e outros passivos correntes e não correntes, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

3.7. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.8. Réido e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no exercício em que são atribuídos pelos sócios ou accionistas das empresas participadas.

Os custos e proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

3.9. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.10. Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem:

- Registo de ajustamentos aos valores do activo e provisões;
- Análise de imparidade de empréstimos e de investimentos em subsidiárias e em associadas;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto no IAS 8.

3.11. Imposto sobre o rendimento

A Sonae Distribuição encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (sociedade dominante), sendo que cada uma das sociedades abrangidas por este regime regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais por contrapartida da rubrica de Empresas do grupo. Nos casos em que as filiais contribuem com prejuízos, é registado nas contas individuais o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades abrangidas por este regime.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os princípios gerais da gestão de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração, estando a sua implementação e acompanhamento supervisionados pela Tesouraria do Grupo.

a) Risco de mercado

Revestem-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado os riscos taxa de juro e os riscos taxa de câmbio.

1) Risco de taxa de juro

A Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos de mercado a que está exposta como forma de garantir a sua cobertura, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação ou especulação.

A exposição do grupo à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

O objectivo da Empresa é limitar a volatilidade dos cash-flows e resultados tendo em conta o perfil da sua actividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política da Empresa permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa na gestão do risco de taxa de juro, são definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa por configurarem relações perfeitas de cobertura. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados.

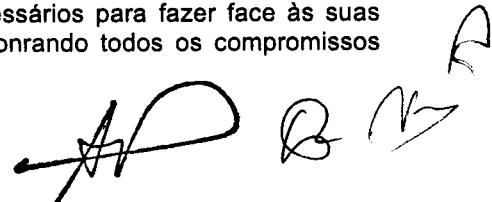
Estima-se que a exposição a este risco à data do balanço seja imaterial, de tal forma que, nos últimos 12 meses, uma subida (descida) de 75 pontos base nas taxas de juro do Euro, teria tido um impacto negativo (positivo) não superior a 0,7 milhões de euros (1,5 milhões em 2006) no resultado da empresa antes de impostos.

2) Risco de taxa de câmbio

A Sonae Distribuição, SGPS, S.A. não está directamente exposta ao risco de variação das taxas de câmbio.

b) Risco de liquidez

O principal objectivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que a Empresa tenha disponível, a todo o momento, os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos



assumidos com terceiros, quando se tornam devidos, através de uma adequada gestão do binómio custo-maturidade dos financiamentos.

A Empresa prossegue assim uma política activa de refinanciamento pautada pela manutenção de um nível elevado de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face a necessidades de curto prazo e pelo alongamento ou manutenção da maturidade da dívida de acordo com os cash-flows previstos e a capacidade de alavancagem do seu balanço.

Constituem também importantes instrumentos de resposta ao risco de liquidez, a limitação da amplitude das cláusulas contratuais capazes de despoletar o vencimento antecipado dos empréstimos. A Empresa assegura ainda, no seu relacionamento com as instituições financeiras, um elevado nível de diversificação que permite agilizar a contratação de novos empréstimos e limitar o impacto negativo de eventuais descontinuações de relacionamento.

c) Risco de crédito

A Empresa está exposta ao risco de crédito nas suas relações com as instituições financeiras relativas a aplicações de fundos, garantias de colocação em instrumentos de dívida, derivados, entre outros.

O risco de crédito é limitado pela gestão da concentração de riscos e uma rigorosa selecção de contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional com rating emitido por agência de rating internacional mínimo BBB ou equivalente.

A Sonae Distribuição, SGPS, S.A. está ainda exposta ao risco de crédito resultante dos empréstimos a empresas participadas.

5. CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

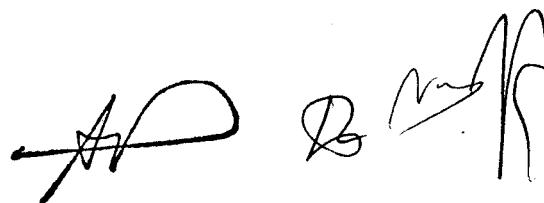
Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 3.5, a 31 de Dezembro de 2007, foram classificados como segue:

ACTIVOS FINANCEIROS

	Nota	Empréstimos e contas a receber	Derivados de cobertura	Subtotal	Activos fora do âmbito do IFRS 7	Total
ACTIVOS NÃO CORRENTES:						
Empréstimos a empresas do grupo	9	774.196.909		774.196.909		774.196.909
		<u>774.196.909</u>		<u>774.196.909</u>		<u>774.196.909</u>
ACTIVOS CORRENTES:						
Clientes	10	3.540.891		3.540.891		3.540.891
Empresas do Grupo	11	734.444.255		734.444.255		734.444.255
Outras dívidas de terceiros	13	7.101.105		7.101.105		7.101.105
Outros activos correntes	14	1.451.118		1.451.118	599.972	2.051.090
Derivados	15		1.113.658	1.113.658		1.113.658
Caixa e equivalentes de caixa	16	48.033		48.033		48.033
		<u>746.585.402</u>	<u>1.113.658</u>	<u>747.699.060</u>	<u>599.972</u>	<u>748.299.032</u>

PASSIVOS FINANCEIROS

	Nota	Empréstimos e contas a pagar	Passivos fora do âmbito do IFRS 7	Total
PASSIVOS NÃO CORRENTES:				
Empréstimos obrigacionistas	20	1.100.672.731		1.100.672.731
		<u>1.100.672.731</u>		<u>1.100.672.731</u>
PASSIVOS CORRENTES:				
Empréstimos bancários	20	2.809		2.809
Fornecedores	21	104.307		104.307
Empresas do Grupo	11	310.274.622		310.274.622
Outras dívidas a terceiros	22	3.965.364		3.965.364
Outros passivos correntes	23	19.613.486	906.445	20.519.931
		<u>333.960.588</u>	<u>906.445</u>	<u>334.867.033</u>



Os instrumentos financeiros de acordo com as politicas descritas na Nota 3.5 a 31 de Dezembro de 2006, foram classificados como segue:

ACTIVOS FINANCEIROS

			Activos fora do âmbito do IFRS 7	Total
	Nota	Empréstimos e contas a receber	Subtotal	
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Empréstimos a empresas do grupo	9	457.114.129	457.114.129	457.114.129
		457.114.129	457.114.129	457.114.129
ACTIVOS CORRENTES:				
Clientes	10	21.191.886	21.191.886	21.191.886
Empresas do Grupo	11	897.398.511	897.398.511	897.398.511
Outras dívidas de terceiros	13	2.709.977	2.709.977	2.709.977
Outros activos correntes	14	3.462.276	3.462.276	3.521.868
Caixa e equivalentes de caixa	16	50.033.177	50.033.177	50.033.177
		974.795.827	974.795.827	974.855.419

PASSIVOS FINANCEIROS

		Empréstimos e contas a pagar	Passivos fora do âmbito do IFRS 7	Total
PASSIVOS NÃO CORRENTES:				
Empréstimos obrigacionistas	20	593.166.278	593.166.278	593.166.278
		593.166.278	593.166.278	593.166.278
PASSIVOS CORRENTES:				
Parcela de curto prazo dos empréstimos bancários de longo prazo	20	161.400.000	161.400.000	161.400.000
Empréstimos bancários	20	2.594	2.594	2.594
Fornecedores	21	81.620	81.620	81.620
Empresas do Grupo	11	41.033.321	41.033.321	41.033.321
Outras dívidas a terceiros	22	11.165.157	11.165.157	11.165.157
Outros passivos correntes	23	10.084.675	1.696.068	11.780.743
		62.367.367	1.696.068	64.063.435



6. INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o detalhe dos investimentos era o seguinte:

Empresa	31.Dezembro.2007		31.Dezembro.2006	
	% detenção	Saldo Final	% detenção	Saldo Final
Investimentos em partes de capital				
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A. (1)	100,00%	875.000	-	-
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, S.A. (1)	100,00%	1.579.375	-	-
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A. (1)	100,00%	2.244.591	-	-
Citorres - Sociedade Imobiliária, S.A. (1)	100,00%	477.848	-	-
Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.	100,00%	372.000	100,00%	372.000
Contimobe - Imobiliária Castelo Paiva, S.A. (1)	100,00%	231.318.722	10,00%	10.728.063
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A. (1)	100,00%	2.095.191	-	-
Difusão - Sociedade Imobiliária, S.A. (1)	100,00%	50.000	-	-
Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	24.940	100,00%	24.940
Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, S.A. (1)	100,00%	6.264.902	-	-
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	100,00%	182.228.145	100,00%	117.425.732
Fundo Fechado de Investimento Imobiliário Efisa Imobiliário	0,00%	-	100,00%	43.913.700
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedé	42,16%	34.536.577	33,81%	13.525.000
IGI - Investimento Imobiliário, SA (1)	100,00%	114.495.350	-	-
Igimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	220.000	100,00%	220.000
Iginha - Sociedade imobiliária, S.A.	100,00%	109.000	-	-
Imoconti - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	50.000	100,00%	50.000
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, S.A. (1)	100,00%	24.940	-	-
Imomuro - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	539.940	100,00%	439.940
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	109.736	100,00%	109.736
Imosistema - Sociedade Imobiliária, S.A. (1)	100,00%	280.000	-	-
Infofield - Informática, S.A.	10,00%	530.459	10,00%	530.459
Marcas MC zRt	100,00%	72.784.761	100,00%	79.545
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, S.A. (1)	100,00%	1.719.397	-	-
Modalfa - Comércio e Serviços, S.A. (1)	10,00%	27.933	-	-
Modelo Continente - Operações de Retalho, SGPS, S.A.	100,00%	1.050.000.000	100,00%	1.000.000.000
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	56,00%	174.990.240	46,20%	2.304.446
Modelo Continente Seguros - Sociedade de Mediação, Lda	75,00%	161.250	-	-
Modelo, SGPS, S.A. (2)	-	-	0,15%	562.444
Modelo-Com - Vendas por Correspondência, S.A.	100,00%	12.637.016	100,00%	12.637.016
Ok Bazar - Comércio Geral, S.A.	-	-	100,00%	1.953.945
Parcium Imobiliária, S.A. (2)	-	-	100,00%	8.200.000
Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A. (1)	100,00%	6.372.293	10,00%	187.548
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, S.A. (1)	100,00%	1.408.379	-	-
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	125.000	100,00%	50.000
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	25,00%	249.399	25,00%	249.399
Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.	100,00%	36.677.088	100,00%	36.677.088
Socijofra - Sociedade Imobiliária, S.A. (1)	100,00%	550.000	-	-
Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	10.000.000	100,00%	10.000.000
Soflorin, B.V.	100,00%	57.309.037	100,00%	57.309.037
Sonae Capital Brasil, S.A.	37,00%	23.334.858	37,00%	23.334.858
Sonae Retalho Espanha, S.A.	100,00%	2.549.831	100,00%	2.549.831
Sonae, SGPS, S.A.	-	-	0,003%	75.500
Sonaegest - Soc. Gest. de Fundos de Investimentos, S.A. (1)	20,00%	159.615	-	-
Sondis Imobiliária, S.A. (1)	100,00%	49.940	-	-
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. (1)	100,00%	10.600.000	-	-
Sonvecap, B.V.	100,00%	3.000.000	100,00%	3.000.000
Sportzone - Comércio de Artigos de Desporto, S.A.	10,00%	706.326	10,00%	706.326
SRE - Projectos de Consultadoria, S.A.	-	-	100,00%	1.259.784
Todos os Dias-Comércio Ret. e Expl. de Centros Comerciais, S.A.	100,00%	1.180.000	100,00%	1.180.000
Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, S.A.	100,00%	50.000	-	-
Valor N, S.A.	100,00%	2.087.315	-	-
Worten - Equipamentos para o Lar, S.A.	10,00%	462.494	10,00%	462.494
Imparidade de Investimentos Financeiros (Nota 24)		2.047.618.888		1.350.118.831
		(38.568.497)		1.350.118.831
		2.009.050.391		1.350.118.831

- (1) – Investimentos incorporados por via do processo de fusão (Nota 2)
(2) – Investimentos extintos por via do processo de fusão (Nota 2)

Os movimentos registados na rubrica de Investimentos durante os exercícios de 2007 e de 2006 é discriminada como se segue:

	31. Dezembro.2007	31. Dezembro.2006
	Não Correntes	Não Correntes
<u>Investimentos em Empresas do Grupo</u>		
Saldo em 1 de Janeiro	1.163.752.000	1.180.747.775
Aquisições durante o exercício	83.712.782	8.203.592
Alienações durante o exercício	(12.148.502)	
Investimentos incorporados por via da fusão	493.563.316	
Extinção de investimentos por via da fusão	(8.762.444)	(24.750.954)
Saldo em 31 de Dezembro	1.720.117.152	1.164.200.413
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 24)	<u>(38.568.497)</u>	<u>(448.413)</u>
	<u>1.681.548.655</u>	<u>1.163.752.000</u>
<u>Investimentos em Empresas Associadas</u>		
Saldo em 1 de Janeiro	249.399	249.399
Aquisições durante o exercício	-	-
Alienações durante o exercício	-	-
Investimentos incorporados por via da fusão	159.615	
Saldo em 31 de Dezembro	409.014	249.399
Perdas por imparidade acumuladas	<u>409.014</u>	<u>249.399</u>
<u>Prestações Suplementares</u>		
Saldo em 1 de Janeiro	2.480.000	2.480.000
Aquisições durante o exercício	-	-
Alienações durante o exercício	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor	-	-
Outros	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>2.480.000</u>	<u>2.480.000</u>
<u>Unidades de Participação em Fundos Investimento</u>		
Saldo em 1 de Janeiro	174.864.432	159.611.020
Aumentos durante o exercício	85.813.990	31.452.932
Alienações durante o exercício	-	-
Liquidação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Efisa	(43.913.700)	(16.199.520)
Saldo em 31 de Dezembro	216.764.722	174.864.432
Perdas por imparidade acumuladas	<u>216.764.722</u>	<u>174.864.432</u>
<u>Entradas Facultativas de Capital</u>		
Saldo em 1 de Janeiro	8.773.000	6.953.000
Constituição durante o exercício	98.675.000	1.820.000
Alienações durante o exercício	(2.075.000)	-
Investimentos incorporados por via da fusão	2.475.000	
Saldo em 31 de Dezembro	107.848.000	8.773.000
Perdas por imparidade acumuladas	<u>107.848.000</u>	<u>8.773.000</u>
<u>Adiantamento por conta de investimentos financeiros</u>		
Saldo em 1 de Janeiro	-	-
Aquisições durante o exercício	660.000	-
Investimentos incorporados por via da fusão	660.000	-
Regularização do adiantamento	(1.320.000)	-
	<u>2.009.050.391</u>	<u>1.350.118.831</u>

O aumento de 83.712.782 euros registado na rubrica “Investimentos em empresas do grupo” inclui fundamentalmente o aumento de capital na sociedade Marcas MC, ZRT, no montante de 72.705.216 euros; o aumento capital na sociedade Imoponte – Sociedade Imobiliária, S.A., no montante de 8.700.000 euros e a aquisição de 100% da sociedade Valor N, S.A., no montante de 2.087.315 euros.

A diminuição de 12.073.002 euros registada na rubrica “Investimentos em empresas do grupo” inclui a alienação da totalidade das acções detidas em diversas filiais (Nota 31).

O aumento de 85.813.990 euros registado na rubrica “Unidades de Participação em Fundos de Investimento” corresponde: à aquisição de unidades de participação do fundo imobiliário fechado de subscrição particular Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois, no montante de 64.802.413 euros; bem como ao aumento de capital, no montante de 21.011.577



efectuado no fundo imobiliário fechado de subscrição particular Fundo de Investimento Imobiliário Imosedé, passando a sociedade a deter 42,16% das unidades de participação daquele fundo.

7. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E CORPÓREAS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o movimento ocorrido na rubrica de imobilizações incorpóreas e corpóreas, bem como as respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas foi como se segue:

Imobilizações incorpóreas:

	Saldo inicial 2006-12-31	Aumentos	Diminuições	Incorporação por fusão	Saldo final 2007-12-31
Activo bruto:					
Propriedade industrial e outros direitos	1.401.602				1.401.602
Software				479	479
Imobilizado incorpóreo em curso		136			136
Adiantamentos por conta imobilizações incorpóreas	275.000		275.000		-
	1.676.602	136	275.000	479	1.402.217
Amortizações e Perdas de imparidade acumuladas	Saldo inicial 2006-12-31	Reforço	Anulação/ reversão	Incorporação por fusão	Saldo final 2007-12-31
Propriedade industrial e outros direitos	980.934	280.321			1.261.255
Software				479	479
	980.934	280.321		479	1.261.734

Imobilizações corpóreas:

	Saldo inicial 2006-12-31	Aumentos	Diminuições	Incorporação por fusão	Saldo final 2007-12-31
Activo bruto:					
Equipamento básico	2.464				2.464
Equipamento de transporte	19.062				19.062
Equipamento administrativo	16.653	33		8.119	24.805
Outras imobilizações corpóreas	679				679
	38.858	33		8.119	47.010
Amortizações e Perdas de imparidade acumuladas	Saldo inicial 2006-12-31	Reforço	Anulação/ reversão	Incorporação por fusão	Saldo final 2007-12-31
Equipamento básico	411	246			657
Equipamento de transporte	19.062				19.062
Equipamento administrativo	8.663	2.534		8.119	19.316
Outras imobilizações corpóreas	679				679
	28.815	2.780		8.119	39.714

	Saldo inicial 2006-12-31	Aumentos	Diminuições	Saldo final 2007-12-31
Total Imobilizado Líquido:				
Imobilizado incorpóreo	695.668	(280.185)	275.000	140.483
Imobilizado corpóreo	10.043	(2.747)		7.296



Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, o movimento ocorrido na rubrica de imobilizações incorpóreas e corpóreas, bem como as respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas foi como se segue:

Imobilizações Incorpóreas:

	Saldo inicial 2005-12-31	Aumentos	Diminuições	Saldo final 2006-12-31
Activo bruto:				
Propriedade industrial e outros direitos	1.401.602			1.401.602
Adiantamentos por conta imobilizações incorpóreas		459.500	184.500	275.000
	1.401.602	459.500	184.500	1.676.602
	Saldo inicial 2005-12-31	Reforço	Anulação/ reversão	Saldo final 2006-12-31
Amortizações e Perdas de imparidade acumuladas				
Propriedade industrial e outros direitos	700.614	280.320		980.934
	700.614	280.320		980.934

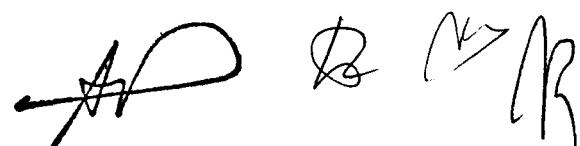
Imobilizações corpóreas:

	Saldo inicial 2005-12-31	Aumentos	Diminuições	Saldo final 2006-12-31
Activo bruto:				
Equipamento básico	2.464			2.464
Equipamento de transporte	19.062			19.062
Equipamento administrativo	15.474	1.179		16.653
Outras imobilizações corpóreas	679			679
	37.679	1.179		38.858
	Saldo inicial 2005-12-31	Reforço	Anulação/ reversão	Saldo final 2006-12-31
Amortizações e Perdas de imparidade acumuladas				
Equipamento básico	164	247		411
Equipamento de transporte	19.062			19.062
Equipamento administrativo	6.923	1.740		8.663
Outras imobilizações corpóreas	679			679
	26.828	1.987		28.815
	Saldo inicial 2005-12-31	Aumentos	Diminuições	Saldo final 2006-12-31
Total Imobilizado Líquido:				
Imobilizado incorpóreo	700.988	179.180	184.500	695.668
Imobilizado corpóreo	10.851	(808)		10.043

8. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2007 de 2006, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Activos		Passivos	
	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Instrumentos Financeiros				194.034
Anulação de Imobilizações incorpóreas	304	1.649		
Diferença entre amortizações económicas e fiscais			39.372	115.282
	304	1.649	233.406	115.282



O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos activos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 foi como segue:

	Activos		Passivos	
	31. Dezembro.2007	31. Dezembro.2006	31. Dezembro.2007	31. Dezembro.2006
Saldo inicial	1.649	75.490	115.282	157.879
Efeito em resultados:				
Anulação de imobilizações incorpóreas (Nota 32)	(1.345)	(26.040)	(75.910)	(38.247)
Homogeneização das amortizações (Nota 32)				
Valorização de instrumentos financeiros		(47.738)		
Efeito da alteração da taxa		(63)		(4.350)
	(1.345)	(73.841)	(75.910)	(42.597)
Efeito em reservas:				
Valorização de instrumentos financeiros			194.034	
Saldo final	304	1.649	233.406	115.282

Em 31 de Dezembro de 2007 existiam prejuízos fiscais reportáveis no montante de 36.519.737 euros (145.243.801 euros em 31 de Dezembro de 2006), cujos activos por impostos diferidos não se encontravam registados numa óptica de prudência.

	31.Dezembro.2007			31.Dezembro.2006		
	Prejuízo fiscal	Valor de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Valor de imposto	Data limite de utilização
Gerados em 2005	36.519.737	9.129.934	2011	145.243.801	36.310.950	2011
	36.519.737	9.129.934		145.243.801	36.310.950	

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, inclusive, e cinco anos a partir de 2001) excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que os prazos são prolongados ou suspensos.

O Conselho de Administração entende que eventuais revisões por parte da Administração Fiscal não resultarão em quaisquer passivos para a empresa.

9. EMPRÉSTIMOS A EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2007 e em 31 de Dezembro de 2006, o detalhe dos activos não correntes era o seguinte (Nota 35).

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Empréstimos concedidos a empresas do grupo	774.196.909	457.114.129

Estes empréstimos vencem juros à taxa mercado, e o seu justo valor é idêntico ao seu valor contabilístico. Os empréstimos referem-se a operações de suprimentos sem prazo de reembolso definido.

10. CLIENTES

O montante registado em dívidas de Clientes corresponde a montantes facturados, relativos a Fee's de Gestão e Fee's de Marca, essencialmente a empresas do Grupo Sonae Distribuição, SGPS, S.A..

À data de balanço, não existem contas a receber vencidas e não foram registadas quaisquer perdas de imparidade, dado não existirem indicações de que os clientes não cumpram as suas obrigações.

11. EMPRESAS DO GRUPO – CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o detalhe da rubrica Empresas do grupo era o seguinte:

Valores devedores:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Empréstimos de curto prazo (Nota 35)	61.473.000	779.656.609
Juros por liquidar	32.629.586	16.441.477
Impostos - RETGS (a)	29.141.669	26.088.132
Cessão de créditos		75.000.000
Outros (b)	<u>611.200.000</u>	<u>212.293</u>
	<u>734.444.255</u>	<u>897.398.511</u>

Valores credores:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Empréstimos de curto prazo (Nota 35)	308.140.500	39.919.201
Juros por liquidar		2.732
Impostos - RETGS (a)	<u>2.134.122</u>	<u>1.111.388</u>
	<u>310.274.622</u>	<u>41.033.321</u>

- a) Imposto do exercício apurado pelas empresas do grupo tributadas de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.
- b) Pagamento por conta da aquisição da Continente Hipermercados, SA (ex-Carrefour) efectuado pela Sonae Distribuição, SGPS, S.A. em nome da sociedade Modelo Continente Hipermercados, S.A. – Sucursal em Espanha, a 31 de Dezembro de 2007.
- c) O valor registado na rubrica Cessão de Créditos, em 31 de Dezembro de 2006, corresponde a montantes pagos por conta de uma filial destinados à aquisição de activos intangíveis. Este montante foi regularizado durante 2007

Não existiam activos vencidos ou em imparidade em 31 de Dezembro de 2007 e 2006. O justo valor dos empréstimos concedidos a empresas do grupo é similar ao seu valor contabilístico.

12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 esta rubrica tinha a seguinte composição:

Valores devedores:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Imposto sobre o rendimento	<u>9.916.188</u>	<u>10.954.848</u>
	<u>9.916.188</u>	<u>10.954.848</u>

Valores credores:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Imposto sobre o valor acrescentado	565.698	3.704.733
Contribuições para a Segurança Social	2.110	2.894
Retenção de Imposto sobre Rendimentos	413.455	5.266
Outros	<u>203.435</u>	<u>220.042</u>
	<u>1.184.698</u>	<u>3.932.935</u>

13. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o detalhe da rubrica Outras dívidas de terceiros era o seguinte:

	Outros devedores	
	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Não vencido	<u>7.101.105</u>	<u>2.709.977</u>



A rubrica de Outros devedores apresenta o montante de, aproximadamente, 5.790.887 euros (2.650.000 euros em 2006) relativos a impostos que se encontram reclamados junto das autoridades fiscais, sendo entendimento do Conselho de Administração da Sonae Distribuição que o resultado da reclamação efectuada lhe será favorável, facto pelo qual não registou qualquer ajustamento para fazer face a eventuais perdas. O aumento registado é resultante da fusão por incorporação da sociedade Modelo, SGPS, S.A. (Nota 2). Os restantes valores referem-se a contas a receber de empresas do Grupo Sonae Distribuição, não vencidos, e sem qualquer indício de imparidade.

14. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o detalhe da rubrica Outros activos correntes era o seguinte:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Custos diferidos	599.972	59.591
Acréscimo proveitos	1.451.118	3.462.277
	2.051.090	3.521.868

A 31 de Dezembro de 2007, a rubrica custos diferidos discrimina-se da seguinte forma:

- (i) 230.856 euros relativos à especialização de seguros;
 - (ii) 369.116 euros relativos à especialização de custos com a emissão de dívida.
- A rubrica de Acréscimos de proveitos corresponde fundamentalmente a juros de empréstimos concedidos a empresas do Grupo.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Derivados de cobertura taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o justo valor dos instrumentos derivados, calculado tendo por base os valores de mercado actuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de juro é estimado como segue:

	31. Dezembro.2007	31. Dezembro.2006
Activos	1.113.658	-

Os ganhos e perdas do exercício associados à variação do justo valor dos instrumentos derivados ascenderam a um ganho líquido de 1.113.658 euros, excluindo o efeito do registo do respectivo imposto diferido passivo e foram registados directamente na rubrica de capitais próprios.

16. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Depósitos bancários	13.036	50.033.177
Aplicações de tesouraria	34.997	-
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	48.033	50.033.177
Descobertos bancários (Nota 20)	(2.809)	(2.594)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	45.224	50.030.583

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de Empréstimos bancários.



Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 15 de Outubro 2011. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da emitente nem por parte dos obrigacionistas.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE - 2004

10.000.000 obrigações - Valor Nominal: 10 euros.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 5 (cinco) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 1,15% a.a..

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado, com pagamentos em 18 de Março e em 18 de Setembro de cada ano.

Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 18 de Março 2009. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da emitente nem por parte dos obrigacionistas.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE - 2005/2010

265 000 obrigações - Valor Nominal: 245 euros.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 5 (cinco) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 0,70% a.a..

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado, com pagamentos em 3 de Fevereiro e em 3 de Agosto de cada ano.

Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, no final do 5º cupão de vida do empréstimo, ou seja, em 3 de Agosto de 2010, salvo se ocorrer reembolso antecipado.

Reembolso antecipado (Call-Option): O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da Emitente, total ou parcialmente, por redução ao valor nominal das obrigações, no 2º, 3º ou 4º ano de vida do empréstimo mediante o pagamento de um prémio de 0,125% sobre o valor reembolsado.

Em 3 de Agosto de 2007 a sociedade procedeu, de acordo com as condições de emissão, à amortização parcial das obrigações. A amortização será de 755 euros por obrigação, com um prémio a atribuir no montante de 0,94375 euros por obrigação.

Após amortização, o empréstimo reduziu-se para 64.925.000 euros, representado por 265.000 obrigações com o valor nominal de 245 euros cada.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE - 2005/2012

15.000.000 obrigações - Valor Nominal: 10 euros.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 7 (sete) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, com um spread de 0,85%.

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamento em 2 de Fevereiro e em 2 de Agosto de cada ano.

Reembolso: Ao par, na data de pagamento do 14º cupão, ou seja, em 2 de Agosto de 2012, salvo se ocorrer reembolso antecipado.

Reembolso antecipado (Call-Option): O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da Emitente, sem penalização, total ou parcialmente, por redução ao valor nominal das obrigações, nas datas de pagamento do 10º, 11º, 12º e 13º cupões.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE - 2007/2012

4.000 Obrigações – Valor Nominal: 50.000 euros.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 5 (cinco) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, com um spread de 0,5% a.a..

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamentos em 30 de Abril e em 30 de Outubro de cada ano.

Reembolso: Ao par, na data de pagamento do 10º cupão, ou seja, em 30 de Abril de 2012. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da emitente nem por parte dos obrigacionistas.

Empréstimo por obrigações - SONAE DISTRIBUIÇÃO - 2007/2015



17. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2007 e em 31 de Dezembro de 2006, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.100.000.000 acções ordinárias, com o valor nominal de 1 euro cada uma.

Em 31 de Dezembro de 2007 o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

Entidade	%
Sonae, SGPS, S.A.	74,98
Sonae Investments, B.V.	15,93
Soflorin, B.V.	9,09

A Sonae, SGPS, S.A. é controlada pela Efanor Investimentos, SGPS, S.A. e suas Filiais em 52,94%.

18. ACÇÕES PRÓPRIAS

Em 31 de Dezembro de 2007 e em 31 de Dezembro de 2006 o detalhe da rubrica de Acções próprias era o seguinte:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Acções Próprias - valor nominal	-	100.000.000
Acções Próprias - descontos e prémios	-	105.000.000
	-	205.000.000

A fusão por incorporação das sociedades Modelo, SGPS, S.A. e Parcium Imobiliária, S.A. na Sonae Distribuição, SGPS, S.A., conduziu a uma relação de troca nos seguintes termos:

- A cada acção da sociedade incorporada, Modelo, SGPS, S.A., corresponderam 7.327 acções Sonae Distribuição. Tal relação implicou entregar à Soflorin, B.V., detentora da incorporada Modelo, SGPS, S.A. e filial da sociedade, os 100.000.000 acções próprias, com valor nominal unitário de 1 euro, a que corresponde o valor total de 205.000.000 euros, bem como uma quantia em dinheiro no montante de 4.969.473 euros.

Tendo em consideração o disposto no Código das Sociedades Comerciais as referidas acções continuam a ser consideradas acções próprias uma vez que a Soflorin, B.V. é uma empresa detida a 100% pela sociedade.

19. RESERVAS

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Reservas legais	95.000.000	90.200.000
	95.000.000	90.200.000
Reservas e Resultados transitados:		
Reservas nos termos do artº 324 CSC	205.000.000	205.000.000
Reservas de justo valor	-	42.500
Reservas de cobertura	538.170	-
Outras reservas	619.976.791	700.494.202
	825.514.961	905.536.702
	920.514.961	995.736.702

Em 31 de Dezembro de 2007, a Empresa apresentava 95.000.000 euros relativos a Reservas legais, as quais, de acordo com o Código das Sociedades Comerciais, não podem ser objecto de distribuição aos accionistas a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas podem ser utilizadas para absorver prejuízos acumulados, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas em capital.



Em resultado da aquisição de acções próprias no exercício de 2006, a empresa tornou indisponível, nos termos do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, Reservas livres de montante igual ao custo de aquisição das acções próprias. Esta reserva só poderá ser movimentada após a extinção ou alienação das referidas acções próprias, para sociedade que não se encontre em relação de domínio ou de grupo (Nota 18).

20. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e em 31 de Dezembro de 2006 os Empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31.Dezembro.2007				31.Dezembro.2006			
	Valor Contabilístico		Valor Nominal		Valor Contabilístico		Valor Nominal	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários					161.400.000		161.400.000	
Descobertos bancários	2.809		2.809		2.594		2.594	
Empréstimos obrigacionistas		1.100.672.731		1.106.925.000		593.166.278		597.000.000
	2.809	1.100.672.731	2.809	1.106.925.000	161.402.594	593.166.278	161.402.594	597.000.000

Os empréstimos e juros são reembolsáveis nos seguintes anos:

	31.Dezembro.2007		31.Dezembro.2006	
	Capital	Juros	Capital	Juros a)
2007	-	-	161.402.594	27.484.627
2008	2.809	57.954.762	-	32.135.507
2009	100.000.000	54.619.895	100.000.000	29.014.995
2010	64.925.000	51.688.373	265.000.000	26.168.458
2011	82.000.000	48.380.361	82.000.000	12.478.150
2012	350.000.000	38.775.565	150.000.000	7.949.825
2013	155.000.000	25.634.467	-	-
+2014	355.000.000	35.317.289	-	-
	1.106.927.809	312.370.710	758.402.594	135.231.562

- a) O comparável relativo aos juros toma em consideração a informação disponível à data relativa à evolução das taxas de juro, correspondendo o valor referenciado como de 2007, ao valor efectivamente suportado durante o exercício.

Os empréstimos obrigacionistas podem ser resumidos como segue:

Modelo Continente - 2003	82.000.000
Modelo Continente - 2004	100.000.000
Modelo Continente - 2005/2010	64.925.000
Modelo Continente - 2005/2012	150.000.000
Modelo Continente - 2007/2012	200.000.000
Sonae Distribuição - 2007/2015	200.000.000
Sonae Distribuição Setembro - 2007/2015	310.000.000

Empréstimo por obrigações – MODELO CONTINENTE - 2003

1.640.000 obrigações - Valor Nominal: 50 euros.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 8 (oito) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 0,75% a.a..

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado, com pagamentos em 15 de Abril e em 15 de Outubro de cada ano.

4.000.000 Obrigações – Valor Nominal: 50 euros.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 8 (oito) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, com um spread de 0,48% a.a..

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamentos em 10 de Fevereiro e em 10 de Agosto de cada ano.

Reembolso: Ao par, na data de pagamento do 16º cupão, ou seja, em 10 de Agosto de 2015.

Reembolso antecipado (Call-Option): O empréstimo poderá ser reembolsado total e antecipadamente por iniciativa da Emitente, sem penalização, nas datas de pagamento do 10º, 12º, 14º cupões.

Empréstimo por obrigações - SONAE DISTRIBUIÇÃO SETEMBRO - 2007/2015

31.000.000 Obrigações – Valor Nominal: 10 euros.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 8 (oito) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, acrescida de um spread de 0,25% a.a. nas primeiras 3 datas de pagamento de juros e 0,55% a.a. a partir da 4ª data de pagamento de juros.

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamentos em 10 de Março e em 10 de Setembro de cada ano (cada uma Data de Pagamento de juros).

Reembolso: Ao par nos seguintes termos:

50% na data de pagamento do 12º cupão, ou seja, em 10 de Setembro de 2013;

50% na data de pagamento do 16º cupão, ou seja, em 10 de Setembro de 2015.

Reembolso antecipado (Call-Option): O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da Emitente, sem penalização, total ou parcialmente, por redução ao valor nominal das obrigações, nas 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª e 15ª datas de pagamento de juros.

Reembolso antecipado extraordinário (Call-Option): até ao final do 18º mês de vida do empréstimo nas seguintes condições:

(i) o empréstimo poderá ser reembolsado total ou parcialmente, sem penalizações, em cada Data de Pagamento de Juros;

(ii) o empréstimo poderá ser reembolsado total ou parcialmente, sujeito a Breakage Costs, com 30 dias de pré-aviso no decurso de cada período de juros.

Os montantes de instrumentos financeiros destinados a cobrir as carências de tesouraria disponíveis a 31 de Dezembro de 2007 podem ser resumidas como se segue:

	31.Dezembro.2007	
	Compromisso Inferior a 1 ano	Compromisso Superior a 1 ano
Montante de linhas disponíveis	257.280.525	400.000.000
Montante de linhas contratadas	260.870.074	400.000.000

Os montantes considerados em instrumentos financeiros com compromisso superior a 1 ano são programas de papel comercial com garantia de colocação com um prazo de 7 anos.

21. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a rubrica de fornecedores apresenta valores a liquidar num prazo não superior a 90 dias, resultantes de aquisições decorrentes da actividade normal da empresa.

22. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a rubrica Outras dívidas a terceiros tinha o seguinte detalhe:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Outras dívidas a terceiros	3.965.364	11.165.157

A 31 de Dezembro de 2006 a rubrica Outras dívidas a terceiros inclui o montante de 7.200.000 euros relativo à aquisição da sociedade Parcium Imobiliária, S.A. que foi liquidado em 7 prestações mensais durante o exercício de 2007. Adicionalmente para além deste passivo os restantes são exigíveis à vista

23. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 a rubrica Outros passivos correntes tinha o seguinte detalhe:

Acréscimo de Custos	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Remunerações a liquidar	302.466	536.706
Juros a liquidar	19.220.778	9.517.966
Responsabilidade por prémios de desempenho diferido	906.445	1.696.068
Outros	90.242	30.003
	20.519.931	11.780.743

A Empresa, em 2007 e em anos anteriores, concedeu aos seus colaboradores prémios de desempenho diferidos sob a forma de acções, a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição. Em qualquer dos casos, a aquisição poderá efectuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade tem o direito de entregar em substituição de acções o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço de empresa do Grupo Sonae, na data de vencimento. Estas responsabilidades são valorizadas nos termos da Nota 3.6. Nas demonstrações financeiras consolidadas encontra-se apresentado uma descrição detalhada do referido plano.

24. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Em 31 de Dezembro de 2007 o movimento ocorrido na rubrica Provisões e perdas por imparidade acumuladas foi como se segue:

Rubrica	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Imparidade em investimentos	448.413	42.420.331	4.300.247	38.568.497

Do aumento registado, 38.997.825 euros foram reconhecidos por contrapartida da rubrica de Outras reservas em resultado da fusão (Nota 2), as restantes variações foram reconhecidas na rubrica de Resultados relativos a investimentos (Nota 31).

25. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2007 e em 31 de Dezembro de 2006, o detalhe de Activos e Passivos contingentes era o seguinte:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Garantias Prestadas:		
por processos fiscais em curso	18.821.550	22.595.842
por processos autárquicos em curso	289.380	
	19.110.930	22.595.842

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os diferendos para os quais foram prestadas garantias, por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sociedade.

A Empresa garantiu o cumprimento das obrigações assumidas pela Sonae Capital Brasil, S.A. no âmbito da alienação de uma subsidiária no Brasil relacionadas com a resolução de processos de natureza fiscal envolvendo a subsidiária alienada, conforme descrito na Nota 30

do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas. O Conselho de Administração entende que da resolução destes processos não resultarão perdas para a Empresa.

26. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções mais significativos efectuados com entidades relacionadas, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, foram:

Transacções	Prestação de Serviços		Outros proveitos operacionais	
	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Empresa- Mãe				
Empresas do grupo e associadas	3.128.682	17.614.059	3.170.758	1.802.394
	3.128.682	17.614.059	3.170.758	1.802.394
Transacções	Juros recebidos		Juros suportados	
	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Empresa- Mãe	2.787.374	3.560.871		
Empresas do grupo e associadas	60.102.568	45.125.812	11.235.553	479.520
	62.889.942	48.686.683	11.235.553	479.520
Transacções	Dividendos recebidos			
	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006		
Empresa- Mãe				
Empresas do grupo e associadas	18.193.658	14.200.887		
	18.193.658	14.200.887		
Saldos	Contas a receber		Contas a pagar	
	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Empresa- Mãe				1.068
Empresas do grupo e associadas	678.868.933	142.886.611	3.386.950	1.184.714
Outras partes relacionadas	8.735		4.646	1.434
	678.877.668	142.886.611	3.391.596	1.187.216
Saldos	Empréstimos concedidos		Empréstimos obtidos	
	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Empresa- Mãe				
Empresas do grupo e associadas	835.669.909	1.236.770.738	308.140.500	39.919.201
Outras partes relacionadas				
	835.669.909	1.236.770.738	308.140.500	39.919.201

Consideram-se partes relacionadas incluídas na categoria de Empresa - mãe as empresas Sonae, SGPS, S.A. e Efanor Investimentos, S.A.; na categoria de Empresas do grupo e associadas todas as empresas participadas pela Sonae Distribuição, SGPS, S.A. conforme descritas no anexo consolidado; na categoria Outras partes relacionadas as empresas subsidiárias e entidades sob contrato conjunto da Sonae, SGPS, S.A. e Efanor Investimentos, SGPS, S.A..

Para além das transacções acima identificadas com as filiais e associadas do Grupo Sonae, SGPS, S.A. não existiram transacções com outras empresas relacionadas.

Durante o exercício foram concedidas operações de tesouraria à Sonae SGPS, S.A., no montante global de 359.425.000 Euros, os quais foram liquidados durante o exercício

Em 2007 e 2006, não ocorreram transacções com os Administradores da sociedade nem lhes foram concedidos empréstimos.

Em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 não existiam saldos com os administradores da sociedade.

27. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O montante relativo a prestações de serviços corresponde a valores facturados por serviços prestados a empresas do Grupo Sonae Distribuição em Portugal.

28. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros proveitos operacionais nos exercícios de 2007 e 2006 é a seguinte:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Recuperação de encargos (a)	3.170.758	1.802.394
Outros proveitos operacionais	9.173	141.656
	<hr/> 3.179.931	<hr/> 1.944.050

- a) Proveitos relativos a custos assumidos por conta das participadas (Nota 29).

29. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros custos operacionais nos exercícios de 2007 e 2006 é a seguinte:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Impostos Indirectos	3.164.210	1.799.327
Serviços Bancários	110.964	104.853
Outros	14.580	14.414
	<hr/> 3.289.754	<hr/> 1.918.594

O montante de impostos indirectos suportados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 corresponde, fundamentalmente, a custos com taxas para abertura de lojas de retalho os quais foram posteriormente redebitados às Empresas do Grupo que detêm a exploração dessas novas lojas (Nota 28).

30. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios de 2007 e 2006 têm a seguinte decomposição:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Custos e perdas:		
Juros suportados		
relativos a descobertos e empréstimos bancários	3.080.111	1.212.532
relativos a obrigações não convertíveis	40.916.098	22.558.762
relativos a empréstimos obtidos de empresas do grupo	11.235.553	479.520
outros	5.586	
	<hr/> 55.237.348	<hr/> 24.250.814
Outros custos e perdas financeiras:		
encargos de emissão de dívida (Nota 20)	1.941.330	1.176.609
outros	556.169	157.409
	<hr/> 57.734.847	<hr/> 25.584.832
Resultados financeiros	13.059.104	24.825.811
	<hr/> 70.793.951	<hr/> 50.410.643
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos		
relativos a depósitos bancários	7.418.942	1.106.844
relativos a unidades de participação	6.779.673	
relativos a empréstimos concedidos de empresas do grupo	56.110.269	48.686.683
outros	484.982	439.760
Ganhos na valorização de instrumentos derivados		173.592
Outros proveitos e ganhos financeiros	85	3.764
	<hr/> 70.793.951	<hr/> 50.410.643

31. RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2007 e em 31 de Dezembro de 2006 o detalhe dos resultados relativos a investimentos era o seguinte:

	2007		2006	
	4º Trimestre	Acumulado	4º Trimestre	Acumulado
Dividendos		18.193.658	-	14.200.887
Ganhos na alienação de investimentos		35.728.616	-	-
Perdas na alienação de investimentos		(5.454.530)	-	(24.750.954)
Perdas de imparidade de investimentos (Nota 24)		(3.422.506)	-	-
Reversão (Perdas) imparidade de investimentos (Nota 24)		4.300.247	-	28.442.000
		49.345.485		17.891.933

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2007 a sociedade procedeu à alienação de 100% da participação na OK Bazar – Comércio Geral, S.A., 100% da participação na SRE – Projectos de Consultoria, S.A. e 10% da participação na Cacetinho - Comércio Retalhista e Exploração de Centros Comerciais, S.A., à sua filial Modelo Continente Hipermercados, S.A., tendo registado uma mais valia líquida de 35.668.833 euros.

Adicionalmente, a sociedade alienou a uma filial da Sonae, SGPS, S.A. 100% da participação na Imoponte – Sociedade Imobiliária, S.A., tendo registado uma perda de 4.976.834 euros e revertido a perda de imparidade no montante de 3.851.834 euros, a qual tinha sido assumida por via da fusão da Modelo, SGPS, S.A. (Nota 2).

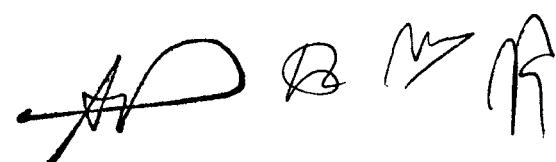
Ainda durante o período foram alienadas as acções que a sociedade detinha na Sonae, SGPS, S.A., àquela empresa, tendo sido registada uma menos valia de 417.913 euros e revertido a correspondente perda por imparidade que se encontrava reconhecida.

32. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos no exercício de 2007 e 2006 são detalhados como segue:

	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Estimativa de imposto	(135.073)	(2.189)
Excesso / (Insuficiência) estimativa	(9.245.971)	(3.990.568)
Outros	1.087.487	-
	Imposto corrente	(8.293.557)
Anulação imobilizado incorpóreo (Nota 8)	(1.345)	(26.103)
Diferença entre amortizações económicas e amortizações fiscais (Nota 8)	75.910	42.597
Instrumentos financeiros	-	(47.738)
Prejuízos fiscais (utilizados ao nível RETGS)	31.138.729	26.462.606
Outros	-	1.182.645
	Imposto diferido	31.213.294
		27.614.007
		22.919.737
		23.621.250

A reconciliação do resultado antes de impostos com o imposto do exercício em 31 de Dezembro de 2007 e 2006 é como se segue:



	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Resultado antes de Imposto	61.218.037	56.714.705
Taxa de Imposto	26,50%	27,50%
	<u>16.222.780</u>	<u>15.596.544</u>
Utilização de perdas fiscais anteriormente não reconhecidas	(35.390.551)	(37.812.931)
Perdas de Imparidade não aceites fiscalmente	232.601	(7.821.550)
Insuficiência/Excesso de estimativa de imposto	9.245.971	3.990.568
Diferencial entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	(8.070.333)	4.916.177
Efeito de Dividendos não sujeitos a tributação	(4.821.319)	(3.905.244)
Outros	(338.886)	1.415.187
Imposto sobre o Rendimento	<u>(22.919.737)</u>	<u>(23.621.250)</u>

33. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção do exercício foram calculados, tendo em consideração os seguintes montantes:

	31. Dezembro.2007	31. Dezembro.2006
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	84.137.774	80.335.955
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>84.137.774</u>	<u>80.335.955</u>
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	1.000.000.000	1.089.315.068
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>1.000.000.000</u>	<u>1.089.315.068</u>
Resultado por acção (básico e diluído)	0,084	0,074

Conforme Assembleia Geral de Accionistas de 2 de Maio de 2007, foram atribuídos 75.000.000,00 euros, a título de dividendos.

34. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 5 de Março de 2008.

O resultado líquido do exercício da empresa Sonae Distribuição, SGPS, S.A., foi de 84.137.774,42 euros, relativamente ao qual o Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição:

Reserva legal	4.300.000,00 Euros
Dividendos	79.837.774,42 Euros

Uma vez que se propõe a distribuição de 85.000.000,00 Euros a título de dividendos a atribuir às acções não detidas directa ou indirectamente pela Sonae Distribuição, SGPS, S.A., serão para o efeito utilizados 5.162.225,58 Euros de Reservas livres

35. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-Lei nº 3318/94 art. 5º nº 4

Durante o período findo a 31 de Dezembro de 2007 foram celebrados contratos de Suprimentos com as seguintes empresas:

Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.
Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Chão Verde – Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.
Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.
Contimobe – Imobiliária Castelo Paiva, S.A.

Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.
Difusão – Sociedade Imobiliária, S.A.
Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
IGI – Investimento Imobiliário, S.A.
Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoconti – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoestrutura – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoponte – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.
Infofield – Informática, S.A.
MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Modelo Continente Hipermercados, S.A.
Modelo Continente Seguros – Sociedade de Mediação, Lda
Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.
Selifa – Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.
Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.
Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.
Socioloures – Sociedade Imobiliária, S.A.
Soflorin, B.V.
Sonae Retalho Espanha, S.A.
Sondis Imobiliária, S.A.
Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Sonvecap, B.V.
Sportzone – Comércio de Artigos de Desporto, S.A.
Worten – Equipamentos para o Lar, S.A.

Durante o período findo a 31 de Dezembro de 2007 foram celebrados contratos de Operações de tesouraria com as seguintes empresas:

Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.
Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Carnes do Continente – Indústria e Distribuição de Carnes, S.A.
Chão Verde – Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.
Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.
Contibomba – Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.
Contimobe – Imobiliária Castelo Paiva, S.A.
Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.
Difusão – Sociedade Imobiliária, S.A.
Efanor – Indústria de Fios, S.A.
Equador & Mendes – Agência de Viagens e Turismo, S.A.
Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Global S – Hipermercados, S.A.
IGI – Investimento Imobiliário, S.A.
Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoconti – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoestrutura – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.
Infofield – Informática, S.A.
Marcas MC, zRt
MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.
Modelo Continente Hipermercados, S.A.
Modelo Continente Seguros – Sociedade de Mediação, Lda.
Nova Equador Internacional – Agência de Viagens e Turismo, Lda.
Pharmacontinente – Saúde e Higiene, S.A.

Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.
Selifa – Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.
Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.
Sociloures – Sociedade Imobiliária, S.A.
Solaris – Supermercados, S.A.
Sonae, SGPS, S.A.
Sondis Imobiliária, S.A.
Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Sportzone – Comércio de Artigos de Desporto, S.A.
Star – Agência de Viagens e Turismo, S.A.
Tlantic Portugal – Sistemas de Informação, S.A.
Todos os Dias – Comércio Retailista e Exploração de Centros Comercias, S.A.
Worten – Equipamentos para o Lar, S.A.

A handwritten signature consisting of stylized letters 'A', 'D', 'R', 'M', and 'R'.

As respectivas posições credoras em 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 são as seguintes:

Empréstimos concedidos correntes (Nota 11) e não correntes (Nota 9):

EMPRESAS	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	15.934.000	-
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	3.006.000	-
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.	2.791.584	-
Citorres - Sociedade Imobiliária, S.A.	3.973.000	-
Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.	214.000	172.000
Contimobe - Imobiliária Castelo Paiva, S.A.	75.909.000	35.000.000
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.	3.056.000	-
Difusão - Sociedade Imobiliária, S.A.	25.527.000	-
Efanor - Indústria de fios, S.A.	1.253.000	-
Equador & Mendes - Agência Viagens e Turismo, Lda	213.000	-
Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	1.932.000	2.050.000
Global S - Hipermercados, Lda	735.000	-
IGI - Investimento Imobiliário, S.A.	183.902.000	-
Igimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	595.000	654.000
Iginha - Sociedade Imobiliária, S.A.	14.277.500	-
Imoconti - Sociedade Imobiliária, S.A.	18.761.222	19.763.401
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, S.A.	621.000	-
Imomuro - Sociedade Imobiliária, S.A.	4.106.897	4.175.897
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, S.A.	388.000	357.000
Imosistema - Sociedade Imobiliária, S.A.	4.565.000	-
Infofield - Informática, S.A.	5.000.000	-
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	3.981.000	-
Modalfa - Comércio e Serviços, S.A.	11.139.000	
Modelo , SGPS, S.A.	-	575.286.000
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	103.322.000	225.418.500
Modelo Continente Seguros - Sociedade de Mediação, Lda	1.400.000	
Nova Equador Internacional - Agência de Viagens e Turismo, Lda	176.000	
Ok Bazar - Comércio Geral, S.A.	-	10.044.000
Parcium Imobiliária, S.A.	-	41.259.000
Pharmacontinente - Saúde e Higiene, S.A.	4.854.000	-
Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A.	10.950.000	11.219.000
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, S.A.	4.189.000	-
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	17.128	93.000
Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.	47.354.000	50.169.000
Socijofra - Sociedade Imobiliária, S.A.	8.131.000	-
Socioloures - Sociedade Imobiliária, S.A.	31.635.347	39.281.000
Soflorin, B.V.	34.276.568	38.157.330
Solaris Supermercados, S.A.	1.171.000	-
Sonae , S.G.P.S., S.A.	-	-
Sonae Retalho Espanha, S.A.	13.002	60.001
Sondis Imobiliária, S.A.	20.278.159	-
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	3.639.502	-
Sonecap, B.V.	150.976.000	158.701.000
Sportzone - Comércio de Artigos de Desporto, S.A.	23.336.000	3.411.000
Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, S.A.	4.000	-
Todos os Dias - Comércio Ret. e Expl. de Centros Comerciais, S.A.	1.067.000	1.027.000
Worten - Equipamentos para o Lar, S.A.	7.000.000	20.472.609
	835.669.909	1.236.770.738

Dos montantes acima, 774.196.909 Euros (457.114.129 Euros em 31 de Dezembro de 2006) encontram-se registados como activos não correntes.

As respectivas posições devedoras relativas aos contratos mencionados à data de 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 eram como se segue:

Empréstimos obtidos correntes (Nota 11):

EMPRESAS	31.Dezembro.2007	31.Dezembro.2006
Bikini - Potal de Mulheres, S.A.	(3.250.000)	-
Carnes Continente - Indústria e Distribuição de Carnes, S.A.	(526.000)	-
Efanor - Design e Serviços, S.A.	(701.000)	-
Estevão Neves - Hipermercados da Madeira, S.A.	(6.448.000)	-
Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	(4.670.000)	-
Infofield - Informática, S.A.	(2.076.000)	-
Inventory - Acessórios de Casa, S.A.	(1.161.000)	-
Marcas MC ZRT	(10.178.000)	-
Modalfa - Comércio e Serviços, S.A.	-	(1.878.000)
Modelo Continente - Operações de Retailho, SGPS, SA	(216.459.000)	(35.615.000)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	(25.124.500)	-
Modelo Hiper - Imobiliária, S.A.	(40.000)	(2.040.000)
Modelo.Com - Vendas por Correspondência, S.A.	-	(194.201)
Peixes Continente - Indústria e Distribuição de Peixes, S.A.	(639.000)	-
SRE - Projectos de Consultoria, S.A.	-	(192.000)
Worten - Equipamentos para o Lar, S.A.	(36.868.000)	
	(308.140.500)	(39.919.201)

Matosinhos, 5 de Março de 2008



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

- Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada e individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 da Sonae Distribuição, S.G.P.S., S.A. ("Empresa", anteriormente denominada Modelo Continente, S.G.P.S., S.A.), as quais compreendem os balanços consolidado e individual em 31 de Dezembro de 2007 (que evidenciam um total de 3.224.590.780 Euros e 3.541.610.603 Euros, respectivamente e capitais próprios consolidados e individuais de 851.144.246 Euros e 2.104.652.735 Euros, respectivamente, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 167.492.214 Euros e um resultado líquido individual de 84.137.774 Euros), as Demonstrações Consolidadas e Individuais dos resultados por naturezas, das alterações do capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

- É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa; (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e individual das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
- A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira consolidada e individual contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

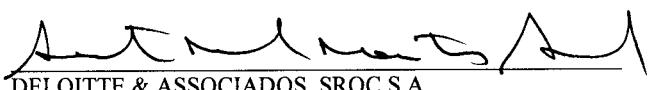
- O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas e individuais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 140 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada e individual da Sonae Distribuição, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2007, o resultado consolidado e individual das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 5 de Março de 2008



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por António Manuel Martins Amaral

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 140 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matrícula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com.pt

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

HJ 8
fa

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos Accionistas de
Sonae Distribuição, SGPS, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, submetemos à vossa apreciação este Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas e individuais da Sonae Distribuição, SGPS, S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal, ao longo do exercício em apreço, acompanhou a evolução da actividade da empresa e das suas principais participadas, a regularidade dos seus registos contabilísticos, o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor e os sistemas de gestão de riscos e do controlo interno, tendo efectuado reuniões com a periodicidade e extensão que considerou adequadas e, nas circunstâncias, sempre obteve da Administração e dos Serviços da empresa todas as informações e esclarecimentos solicitados para a devida compreensão das mutações patrimoniais e dos resultados.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal, emitiu pareceres favoráveis para a emissão de empréstimos obrigacionistas ao abrigo do art. 349º do Código das Sociedades Comerciais e examinou os Balanços consolidado e individual em 31 de Dezembro de 2007, as Demonstrações consolidada e individual dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio para o exercício findo nesta data e os correspondentes anexos.

Adicionalmente procedeu à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2007 e apreciou a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que mereceu o seu acordo.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que as demonstrações financeiras consolidada e individual supra referidas, o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação dos resultados, nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos manifestar ao Conselho de Administração e aos diversos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram

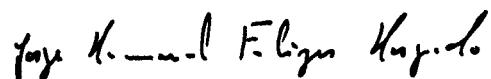
Declaração nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do nº 1 do art. 245º do Código dos Valores Mobiliários

Nos termos previstos na alínea c) do nº 1 do art. 245º do Código dos Valores Mobiliários, informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante nas Demonstrações Financeiras consolidada e individual, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae

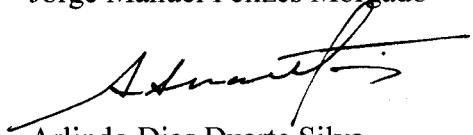
Distribuição, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonae Distribuição, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Matosinhos, 14 de Março de 2008

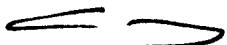
O Conselho Fiscal,



Jorge Manuel Felizes Morgado



Arlindo Dias Duarte Silva



Óscar José Alçada da Quinta

SONAE DISTRIBUIÇÃO - S.G.P.S., S.A.

Sede: Rua João Mendonça, nº. 529- Senhora da Hora
4460 Matosinhos

SONAE DISTRIBUIÇÃO - S.G.P.S., S.A.

Sede: Rua João Mendonça, nº. 529-Senhora da Hora - Matosinhos

Capital Social: 1 100 000 000 Euros

Pessoa Colectiva/Matrícula na Conservatória do Registo Comercial do Porto: 501 532 927

**EXTRACTO DA ACTA NÚMERO QUARENTA E QUATRO, DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL
REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2008, RELATIVO À APROVAÇÃO DE CONTAS E APLICAÇÃO
DE RESULTADOS:**

1 - Foi aprovada por unanimidade, a seguinte proposta apresentada pelo Conselho de Administração:

"PROPOSTA"

Propõe-se a aprovação, do Relatório de Gestão e Contas, individuais e consolidadas, do exercício de 2007, tal como apresentados.

O montante do resultado consolidado é de 168.815.845 euros".

2 - Foi aprovada por unanimidade, a seguinte proposta apresentada pelo Conselho de Administração:

"PROPOSTA"

O Conselho de Administração, propõe à Assembleia Geral, uma distribuição de 85.000.000 de Euros, pelas acções não detidas directa ou indirectamente pela Sonae Distribuição – S.G.P.S., S.A., a título de dividendos, a que corresponde um "dividend pay-out ratio" de aproximadamente 50% dos resultados líquidos consolidados do exercício.

O resultado líquido do exercício da empresa Sonae Distribuição – S.G.P.S., S.A., a título individual, foi de 84.137.774,42 Euros, relativamente ao qual o Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição:

Reserva Legal: 4.300.000,00 Euros;

Dividendos: 79.837.774,42 Euros.

Uma vez que se propõe a distribuição de 85.000.000 Euros, a título de dividendos, serão para o efeito utilizados 5.162.225,58 Euros de Reservas Livres".

Matosinhos, 31 de Março de 2008.

A Secretaria da Sociedade,

Alice da Assunção Castanho Amado
(Drª. Alice da Assunção Castanho Amado)